

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GEOVANA RODRIGUES DA SILVA

**O EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NA MICRORREGIÃO DE
ARARANGUÁ E MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA**

CRICIUMA/SC

2017

GEOVANA RODRIGUES DA SILVA

**O EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NA MICRORREGIÃO DE
ARARANGUÁ E MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a.Dra. Natália Martins
Gonçalves

CRICIUMA/SC

2017

GEOVANA RODRIGUES DA SILVA

**O EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NA MICRORREGIÃO DE
ARARANGUÁ E MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 04 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dra Natália Martins Gonçalves - Orientadora
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Prof. Dra Giovana Ilka Jacinto Salvaro - 1º Avaliador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Prof.D rRafael Rodrigo Muller - 2º Avaliador
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu esposo William Machado, aos meus amigos e aos meus professores do meu curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus maravilhoso que me deu forças para concluir esta árdua fase da minha. Muito obrigado Senhor.

Agradeço à minha mãe que me apoiou e me ajudou a conquistar meus sonhos, e principalmente ao meu pai, por acreditar em mim e ser o meu maior incentivador.

Agradeço também as minhas irmãs por todo o apoio e torcida em todos os momentos da minha vida

Agradeço ao meu esposo, por me ajudar a enfrentar as barreiras do dia a dia, não me deixando desanimar apesar do cansaço.

Gostaria de agradecer a minha professora Dra. Natália Martins Gonçalves pelas inúmeras orientações e colaboração para conclusão deste trabalho.

Agradeço também a minha professora de monografia Giovana Ilka Jacinto Salvaro por muitas vezes ser muito mais do que professora.

Agradeço as minhas amigas do curso inteiro, Bianca, Luana e Maria Paula pelo apoio, força e ajuda em todos os caminhos desta caminhada. Cada uma conseguiu sua própria vitória.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral descrever quais as características do emprego formal e do perfil socioeconômico da população ocupada na atividade de Abate e Fabricação de produtos de Carne nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, no período de 2006-2015, descrevendo o perfil sócio demográfico dos trabalhadores deste setor, bem como as características do trabalho nos frigoríficos, examinando assim a mobilidade extrarregional destes trabalhadores. Políticas públicas são adotadas pelo governo para intensificar a geração de emprego e renda no país, que conseqüentemente acarreta em um nível maior de desenvolvimento regional. Identifica-se no contexto, os índices de participação de trabalhadores no setor de Abate e Fabricação de produtos de Carne dentro dos grandes setores da economia. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os resultados dos dados indicam o destaque que o município de Morro Grande tem dentro da Microrregião de Araranguá, assim como os municípios de Forquilha e Nova Veneza dentro da Microrregião de Criciúma.

Palavras-chave: Economia do trabalho. Agroindústria. Frigoríficos. Abate e fabricação de produtos de carne.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Microrregião de Araranguá	39
Mapa 2–Microrregião de Criciúma	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fórmula de índice de rotatividade	18
Quadro 2– Programas de Qualificação social e profissional	25
Quadro 3 – Programas de geração de emprego e renda.....	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Oferta e demanda no mercado de trabalho	15
Gráfico 2 - Piso salarial efetivo de Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados (2004-2016).....	20
Gráfico 3- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (2005- 2015)...	20
Gráfico 4- Variação do salário mínimo no Brasil (2005 – 2015)	21
Gráfico 5 - Evolução do faturamento da indústria de alimentos no Brasil, em bilhões desde 2010.....	28
Gráfico 6- Participação no faturamento dos principais setores da indústria de produtos alimentares do Brasil em 2016	29
Gráfico 7- Evolução do faturamento da indústria de derivados de carne no Brasil, em bilhões (2010-2016)	29
Gráfico 8 - Balança comercial brasileira do agronegócio - série histórica 2008 - 2017	33
Gráfico 9 - Exportações brasileiras do Agronegócio, por setores, em valores percentuais, US\$ (2017)	34
Gráfico 10 - Principais destinos das exportações brasileiras do agronegócio, em valores percentuais, US\$ (2017)	34
Gráfico 11- Trabalhadores da Microrregião de Araranguá, SC inseridos nos grandes setores de classificação do IBGE (2010 e 2015).....	43
Gráfico 12- Participação das mulheres nos grandes setores do IBGE - Microrregião de Araranguá, SC.....	44
Gráfico 13 - Trabalhadores da Microrregião de Criciúma, SC inseridos nos grandes setores do de classificação do IBGE em 2010 e 2015	48
Gráfico 14 - Participação das mulheres nos grandes setores do IBGE – Microrregião de Criciúma	50
Gráfico15 - Sexo dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015) ..	53
Gráfico 16 - Sexo total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	55
Gráfico 17 - Sexo dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)....	56
Gráfico 18 - Sexo total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)	58

Gráfico 19 - Faixa etária dos trabalhadores na microrregião de Araranguá – 2010 e 2015	58
Gráfico 20 - Faixa etária total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá – 2010 e 2015	60
Gráfico21 - Faixa etária dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015	61
Gráfico 22- Faixa etária total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015	63
Gráfico23- Escolaridade dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	64
Gráfico 24 - Escolaridade total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015).....	66
Gráfico 25 - Escolaridade dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015	67
Gráfico 26- Escolaridade total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)	70
Gráfico 27 - Renda (em SM) dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	71
Gráfico 28 - Renda total (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	73
Gráfico 29 - Renda (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015).....	73
Gráfico 30 - Renda total (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015).....	75
Gráfico31 - Tempo de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015).....	76
Gráfico 32 - Tempo total de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	77
Gráfico 33Tempo de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)	79
Gráfico 34 - Tempo total de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015).....	80
Gráfico 35- Soma dos trabalhadores admitidos e demitidos na microrregião de Araranguá (2007 – 2016)	81

Gráfico36- Soma dos trabalhadores admitidos e demitidos na microrregião de Criciúma (2007 – 2016).....	82
Gráfico 37– Trabalhadores brasileiros na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)	85
Gráfico 38– Trabalhadores brasileiros na microrregião de Criciúma (2010 e 2015) .	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Salário Mínimo Nominal em R\$ e IPCA em %	20
Tabela 2 - Características demográficas do Estado de Santa Catarina	37
Tabela 3 - Características demográficas da Microrregião de Araranguá - 2010	40
Tabela 4 - Estrutura etária da população em 2010 - Microrregião de Araranguá.....	40
Tabela 5 - Características socioeconômicas da Microrregião de Araranguá.....	41
Tabela 6 - Escolaridade da população (%) de 25 anos ou mais – 2010	41
Tabela 7 - Características da população e emprego (%) em 2010 – Microrregião de Araranguá.....	42
Tabela 8 - Composição do Produto Interno Bruto - 2013 - Microrregião de Araranguá	42
Tabela 9 - Características demográficas da Microrregião de Criciúma - 2010.....	45
Tabela 10 - Estrutura etária da população da Microrregião de Criciúma– 2010	46
Tabela 11 - Características socioeconômicas da Microrregião de Criciúma - 2010..	46
Tabela 12 - Escolaridade da população (%) de 25 anos ou mais da Microrregião de Criciúma - 2010	47
Tabela 13 - Características da população e emprego (%) na Microrregião de Criciúma - 2010	47
Tabela 14 - Composição do Produto Interno Bruto da Microrregião de Criciúma – 2013	48
Tabela 15 - Sexo dos trabalhadores de Morro Grande	54
Tabela 16 - Sexo dos trabalhadores de Forquilha.....	57
Tabela 17 - Sexo dos trabalhadores de Nova Veneza	57
Tabela 18 - Faixa etária dos trabalhadores de Morro Grande.....	59
Tabela 19 - Faixa etária dos trabalhadores de Forquilha	61
Tabela 20 - Faixa etária dos trabalhadores de Nova Veneza	62
Tabela 21 - Escolaridade dos trabalhadores de Morro Grande.....	65
Tabela 22 - Escolaridade dos trabalhadores de Forquilha	68
Tabela 23 - Escolaridade dos trabalhadores de Nova Veneza	68
Tabela 24 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Morro Grande	72
Tabela 25 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Forquilha.....	74
Tabela 26 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Nova Veneza	74
Tabela 27 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Morro Grande	77

Tabela 28 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Forquilha	78
Tabela 29 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Nova Veneza	78
Tabela 30 – Comparativo dos totais de empregados com os totais do emprego da indústria e do setor da carne – 2015 – Microrregião de Araranguá	83
Tabela 31 - Comparativo dos totais de empregados com os totais do emprego da indústria e do setor da carne – 2015 – Microrregião de Criciúma	84
Tabela 32 - Nacionalidade dos trabalhadores de Morro Grande	85
Tabela 33 - Nacionalidade total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá	86
Tabela 34 - Nacionalidade dos trabalhadores de Forquilha	87
Tabela 35 - Nacionalidade dos trabalhadores de Nova Veneza	87
Tabela 36 - Nacionalidade total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamentos
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETIAESC	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Indústrias da Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MT	Mercado de Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 ECONOMIA DO TRABALHO	14
2.1.1 Mercado de trabalho	14
2.1.2 A rotatividade no trabalho	17
2.1.3 O absenteísmo	18
2.1.4 Os acordos salariais setoriais	19
2.2 EMPREGO E RENDA	19
2.2.1 As políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil	22
2.2.1.1 Seguro-desemprego	24
2.2.1.2 Qualificação social e profissional	24
2.2.1.3 Programas de Geração de Emprego e Renda	25
2.2.2 A mobilidade dos trabalhadores	26
2.3 O SETOR DA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	26
2.3.1 A agroindústria da carne no Brasil e em Santa Catarina	27
2.3.2 A participação das carnes na balança comercial brasileira	33
2.3.3 As características do trabalho no ramo de frigoríficos	35
2.3.3.1 Formação do mercado de trabalho no setor da agroindústria da carne	35
2.3.3.2 Características ambientais do trabalho na agroindústria da carne: insalubridade e esforço físico repetitivo	35
2.4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	37
2.4.1 Caracterização e contextualização dos municípios da Microrregião de Araranguá	38
2.4.1.1 Características demográficas e socioeconômicas da Microrregião de Araranguá, SC.....	39
2.4.1.2 Os setores de atividade e o emprego na Microrregião de Araranguá, SC	41

2.4.2 Caracterização e contextualização dos municípios da Microrregião de Criciúma.....	45
2.4.2.1 Características demográficas e socioeconômicas da Microrregião de Criciúma, SC	45
2.4.2.2 Setores de atividade e o emprego na Microrregião de Criciúma, SC	47
3 METODOLOGIA	51
3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	51
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	51
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	52
4 O EMPREGO NO RAMO DO ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA, SC.....	53
4.1 O PERFIL DO TRABALHADOR NA ATIVIDADE DE ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA	53
4.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NOS FRIGORÍFICOS NOS NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA, SC.....	71
4.2.1 A política salarial nos frigoríficos.....	71
4.2.2 Trabalhadores empregados e tempo de trabalho	75
4.2.3 A rotatividade de trabalhadores.....	80
4.3 A MOBILIDADE EXTRAREGIONAL DE TRABALHADORES DO RAMO DE ATIVIDADE DA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NAS MICROREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

O estudo tem como tema principal a identificação das características principais do emprego, no ramo do Abate e Fabricação de produtos de Carne, nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, Estado de Santa Catarina, no período entre 2006 e 2015.

Analisa-se no contexto, o perfil dos trabalhadores dos frigoríficos que estão inseridos no ambiente de trabalho. A rotatividade de trabalhadores, ou seja, altos níveis de contratações e demissões é um problema que se mostra constante nos ambientes de trabalho do setor de Abate e Fabricação de produtos de Carne em razão de haver muito esforço físico, repetitivos movimentos, no corte das carnes, insalubridade entre outros fatores (ALONSO ; TORRICELLI 2016).

O presente estudo está organizado em cinco seções: a primeira seção descreve uma breve introdução e os objetivos do trabalho; a segunda seção aponta a revisão da literatura sobre o mercado de trabalho e a participação do agronegócio brasileiro na economia nacional e internacional; a terceira seção descreve a metodologia utilizada para a coleta de dados e elaboração do trabalho; a quarta seção apresenta os resultados e a análise da pesquisa documental; e, por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agroindústria de carnes no Brasil e em Santa Catarina ganhou amplo destaque no cenário econômico nacional e internacional nos anos 2000 (BRASIL-MAPA, 2017). Com base nesses dados, o tema foi escolhido por se tratar de um setor da economia que apresenta muita importância no agronegócio brasileiro, destacando a importância dos trabalhadores nos frigoríficos. Diante de tal relevância, propôs-se para este estudo responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são as características do emprego formal e do perfil socioeconômico da população ocupada na atividade de Abate e Fabricação de produtos de Carne nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, no período de 2010 e 2015?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Descrever as características do emprego formal e do perfil socioeconômico da população ocupada na atividade de Abate e Fabricação de produtos de Carne nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, no período de 2006-2015.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os índices de participação de trabalhadores no setor de Abate e Fabricação de produtos de Carne na microrregião de Araranguá e microrregião de Criciúma entre 2006-2015;
- b) Descrever o perfil sócio demográfico (sexo, idade, escolaridade);
- c) Verificar as características do trabalho nos frigoríficos (faixa salarial, rotatividade e tempo de trabalho);
- d) Examinar a existência de mobilidade extrarregional dos trabalhadores na atividade de Abate e Fabricação de produtos de Carne na microrregião de Araranguá e microrregião de Criciúma.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo traz uma proposta de análise da agroindústria brasileira de carne, onde podemos localizar frigoríficos industriais que impactam fortemente a economia na microrregião de Araranguá e de Criciúma, absorvendo pouca mão de obra do município onde estão instalados os frigoríficos e utilizando com maior intensidade a mão de obra das localidades próximas e de imigrantes de outros países, promovendo assim uma mobilidade de trabalhadores que se deslocam para outras regiões que necessitem da sua mão de obra, desta forma há um desenvolvimento de todas as localidades envolvidas nesta relação socioeconômica.

Através de um estudo mais teórico, verificam-se as características dos trabalhos realizadas pelos operários dos frigoríficos, no qual há uma necessidade intensa de especialização e de segurança nesses locais de trabalho, pois este é um serviço que expõe a vida dos trabalhadores a perigos constantes.

A produção de carnes vem ganhando espaço na economia na microrregião de Araranguá e Criciúma, onde inicialmente eram pequenas propriedades familiares produtoras, cenário este que mudou, e hoje podemos ver algumas localidades se destacando, com frigoríficos de alta capacidade produtiva, com altos índices de empregabilidade e renda dos trabalhadores que aumentam o consumo e, conseqüentemente, aumenta o desenvolvimento econômico e social da região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ECONOMIA DO TRABALHO

Todos os dias, milhares de pessoas saem de suas casas para dedicarem boa parte de suas vidas aos mais diversos tipos de trabalho, buscando alcançar uma ascensão econômica, permitindo-lhes desfrutar de determinados bens ou serviços, proporcionando a elas bem-estar social e financeiro.

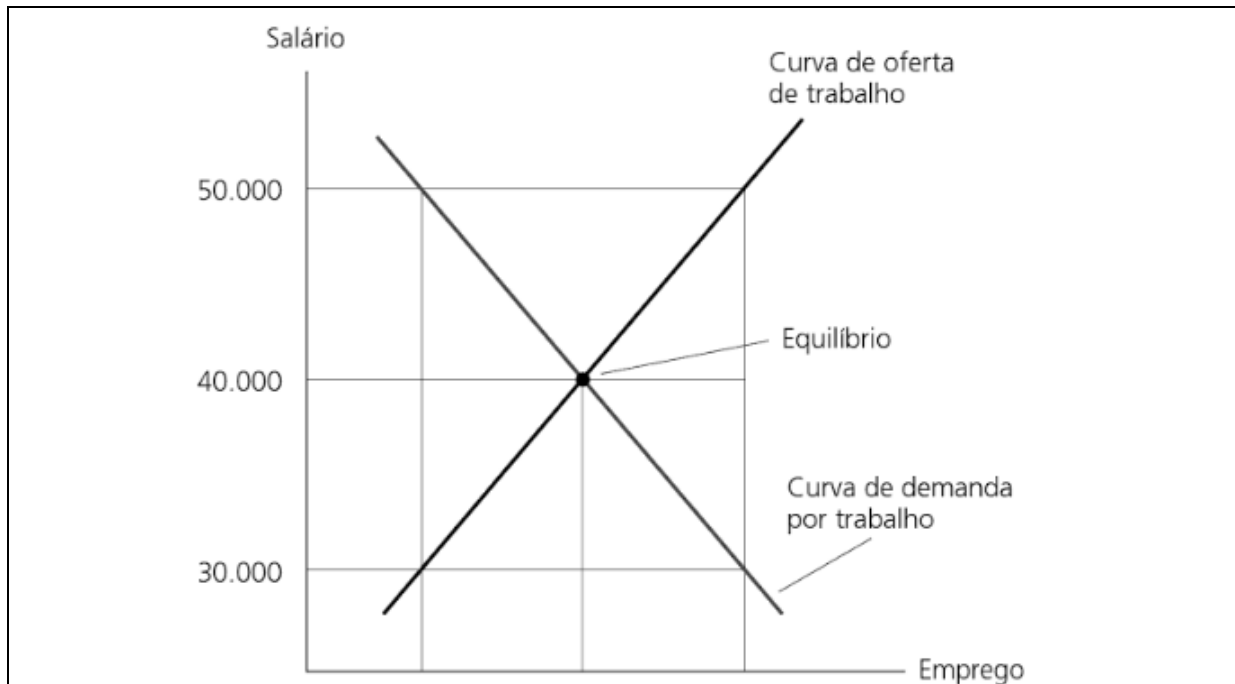
No campo da economia do trabalho, há diversos autores que estudam e definem conceitos sobre este tema, dentre eles George Borjas (2012, p.2) apresenta o conceito seguinte: “A economia do trabalho estuda como os mercados de trabalho funcionam e como ela nos ajuda a compreender e resolver muitos problemas sociais e econômicos que as sociedades modernas enfrentam”.

2.1.1 Mercado de trabalho

Borjas (2012) observa que o mercado de trabalho é composto por três agentes importantes: trabalhadores, empresas e governos. De acordo com o autor, os trabalhadores buscam vender sua mão de obra ao preço máximo que conseguirem, buscando otimizar o seu bem-estar, dedicando mais tempo e esforços as atividades dos trabalhos que ofereçam salários melhores; as empresas, por sua vez, buscam maximizar seus lucros através de tomadas de decisões de produção e na contratação de mão de obra quando esta for mais barata, visando satisfazer os desejos dos consumidores.

Segundo Borjas (2012, p.4), “o relacionamento entre o preço da mão de obra e quantos trabalhadores as empresas estão dispostas a empregar é resumido pela curva de demanda por trabalho que se inclina negativamente.”. Desta forma, trabalhadores e empregadores são inseridos no mercado de trabalho com interesses opostos e o equilíbrio será alcançado quando a oferta de empregos for igual à demanda por trabalhadores, conforme demonstra Borjas (2012), por exemplo, no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Oferta e demanda no mercado de trabalho



Fonte: George Borjas (2012, p.4).

O governo é o terceiro agente existente no mercado de trabalho, segundo o autor, atua como tributador de impostos, defendendo os interesses da classe dominante da sociedade, sendo responsável por criar e manter as condições necessárias para a produção e também por implantar políticas públicas para a população. É neste contexto que há o desenvolvimento do capital agroindustrial e o avanço das forças de trabalho. (BORJAS, 2012).

Ainda, sobre a economia do trabalho e sua relação com o campo dos estudos do mercado de trabalho, cabe ressaltar e retomar os fundamentos da economia do trabalho, de acordo com a conceituação apresentada por Kon (2016 p. 3):

A economia do trabalho é uma parte fundamental do corpo teórico da Economia do Trabalho e oferece o entendimento sobre uma série de forças e decisões que podem afetar o desempenho global da área. Estuda a força de trabalho como um elemento no processo de produção e envolve o estudo dos fatores que afetam a eficiência do trabalho, sua alocação em diferentes ocupações, setores e segmentos produtivos, bem como os determinantes de seu pagamento.

De acordo com Kon (2016), entende-se como trabalho a maneira como os homens se organizam na sociedade para realizar a produção de bens e serviços que serão necessários para que possam sobreviver no meio em que vivem. Na teoria marxista, por exemplo, “a força de trabalho é definida como a capacidade de fazer

um trabalho, enquanto que o trabalho é a quantidade realizada de trabalho de um indivíduo e para o capitalista, o objetivo do emprego é maximizar a quantidade de trabalho obtida da força de trabalho”. (KON, 2016, p.4).

O mercado de trabalho brasileiro apresentou indícios de sua consolidação em 1930, quando a industrialização, a criação da carteira de trabalho e da consolidação das leis de trabalho (CLT), junto com as migrações regionais, vão criar as condições para a nacionalização do mercado de trabalho brasileiro (BARBOSA, 2016. p.12).

De acordo com Mota e Oliveira (2015, p.91), alguns momentos da história da economia brasileira são destacados por proporcionar aos trabalhadores uma melhoria nas condições de trabalho, garantindo-lhes proteção e amparo sócio econômico:

No Brasil, é importante sinalizar que a legislação pública na área do trabalho teve alguns recortes históricos importantes, foi o caso da criação do Ministério do Trabalho em 1930; da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943; do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em 1966, do Sistema Nacional de Emprego em 1976 e do Seguro Desemprego em 1986.

Ainda na análise de Dedecca (2005 apud MOTA; OLIVEIRA, 2015, p. 93), a partir de 1940 mudanças ocorreram na relação entre o mercado e o trabalho, onde “criou-se o Ministério do Trabalho e instituíram-se o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho, reunida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”.

Subsequente a este período, o mercado de trabalho inicia um processo de concretização, nacionalizando as leis trabalhistas e possibilitando aos trabalhadores assalariados direitos e garantias trabalhistas, contribuindo desta forma para uma elevada diminuição do número de trabalhadores de empregos não formais e que, em muitos casos, tinham condições precárias de trabalho. (MOTA ; OLIVEIRA, 2015).

Nota-se que o mercado de trabalho brasileiro passa por inúmeras transformações no seu ambiente socioeconômico, no qual Baltar (2014, p.112) descreve esse período da seguinte forma:

Uma década de ampliação do mercado de trabalho, redução do desemprego, aumento da formalidade dos contratos de trabalho e elevação da renda dos trabalhadores, com redução das diferenças entre eles revigorou a capacidade de mobilização das organizações de trabalhadores para consolidar e aprofundar os avanços conquistados.

Ampliando a discussão sobre o mercado de trabalho, Chiavenato (2010, p. 104) apresenta uma conceituação do tema acima mencionado, destacando que o “mercado significa o espaço de transações, o contexto de trocas e intercâmbios entre aqueles que oferecem um produto ou serviço e aqueles que procuram um produto ou serviço”.

Partindo deste pressuposto, Chiavenato (2010, p. 104) discorre sobre como o mercado de trabalho constitui-se, ressaltando que: “O mercado de trabalho (MT) é composto pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas diversas organizações”. Assim sendo, consta-se que o MT é dinâmico e que passa por constantes mudanças, notando-se que o excesso ou a escassez de trabalhadores impactam diretamente nesse ambiente.

2.1.2 A rotatividade no trabalho

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011, p.11), “a rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores”.

Segundo Alonso e Torricelli (2016, p.2), “os elevados índices de *turnover* (rotatividade de pessoal) são indesejáveis para a empresa, porque a cada desligamento de um colaborador surge a necessidade de se fazer uma nova admissão.” Desta forma, a empresa perderá mais tempo fornecendo treinamento para o novo funcionário, que por sua vez levará algum tempo para alcançar o mesmo nível do trabalhador que se desligou da empresa.

Ainda sobre a questão da rotatividade, Chiavenato (2010, p.88) destaca o conceito a seguir: “A rotatividade de pessoal (ou *turnover*) é o resultado da saída de alguns colaboradores e a entrada de outros para substituí-los no trabalho”.

De acordo com Rosário (2006 apud ALONSO; TORRICELLI, 2016, p.3) “a rotatividade nada mais é que a relação entre as admissões e os desligamentos que ocorrem voluntariamente ou não, em certo período de tempo”. Conforme Rosário (2006, apud ALONSO; TORRICELLI, 2016), o índice de rotatividade de pessoal exprime um valor percentual de empregados que circulam na organização em

relação ao número médio de empregados. O índice de rotatividade de pessoal pode ser encontrado seguindo a seguinte fórmula:

Quadro 1 - Fórmula de índice de rotatividade

$\text{Índice de Rotatividade Geral} = \frac{A+D}{2} \times 100$ $\frac{\quad}{EM}$

Fonte: Chiavenato (1992, apud ALONSO; TORRICELLI, 2016).

Onde:

A = admissões de pessoal dentro do período considerado (entradas);

D = desligamentos de pessoal (tanto por iniciativa da empresa como por iniciativa dos empregados) dentro do período considerado (saídas);

EM = efetivo médio dentro do período considerado. Pode ser obtido pela soma dos efetivos existentes no início e no final do período, dividida por dois.

Como consequências dos altos índices de rotatividade, Alonso e Torricelli (2016, p.5) destacam que “alta rotatividade gera a perda significativa em fatores como produtividade, lucro e principalmente na saúde organizacional”. Mediante a este acontecimento, salienta-se a necessidade desta empresa buscar entender quais as causas que estão levando estes trabalhadores a saírem da empresa, buscando solucionar da melhor forma possível, pois este problema além de gerar custos para a empresa, a falta de mão de obra pode impactar na produção da empresa.

2.1.3 O absenteísmo

O mercado de trabalho apresenta diversas questões referentes aos trabalhadores que impactam diretamente no bom funcionamento da empresa, no qual procura aumentar sua produção para conseqüentemente otimizar sua receita e seus ganhos. Desta forma, Chiavenato (2004, p.88) conceitua e descreve o absenteísmo da seguinte maneira:

Absenteísmo ou ausentismo é a frequência e/ou duração do tempo de trabalho perdido quando os colaboradores não comparecem ao trabalho. O absenteísmo constitui a soma dos períodos em que os colaboradores se encontram ausentes do trabalho, seja por falta, atraso ou a algum motivo interveniente.

Diversos fatores internos e externos podem ser apontados como motivos para essa ausência no trabalho, dentre elas estão acidentes, doenças causadas por

Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e questões familiares, e até mesmo a ausência de transporte público ou privado para realizarem sua locomoção até o ambiente de trabalho. (CHIAVENATO, 2010)

De acordo com Matos (2003, p.114 apud FINKLE; MUROFUSE, 2009) o absenteísmo pode ser causado pelo trabalho desgastante dos abates de carne, no qual:

a permanência do trabalhador em pé, numa mesma posição, realizando movimentos repetitivos e segurando peso durante o trabalho, são fatores que os motiva a faltarem e demonstram sua insatisfação com o ambiente onde trabalham. A existência da prática de remanejamento dos trabalhadores para substituir faltosos ou para suprir necessidades por interrupção nas máquinas, confirma tratar-se de tarefas de fácil execução.

2.2 EMPREGO E RENDA

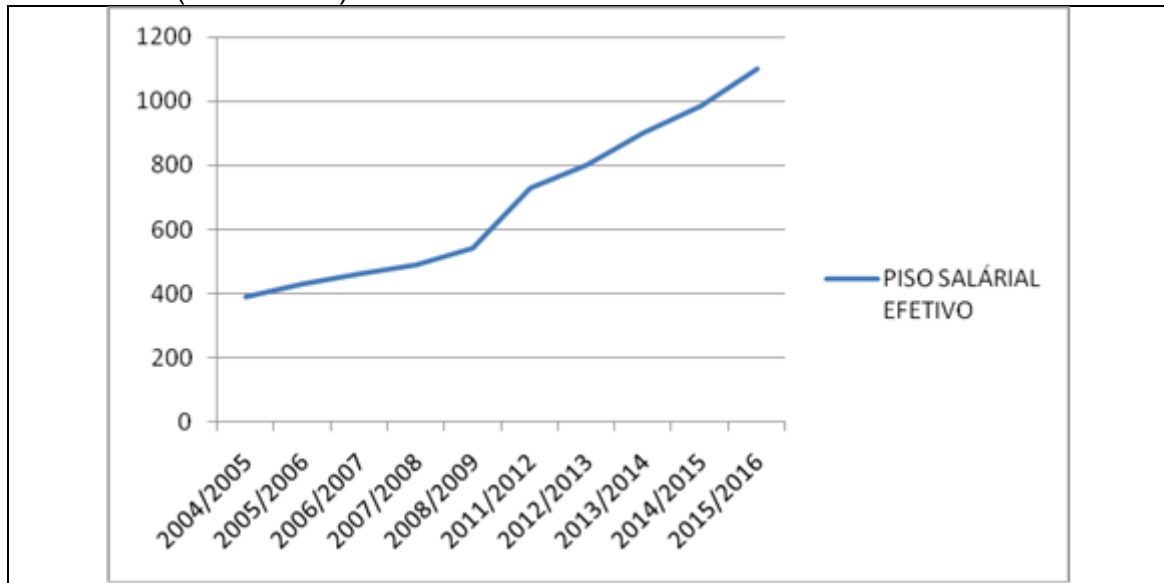
No âmbito econômico, o salário é um dos componentes na relação dos trabalhadores com seus respectivos empregadores. Chiavenato (2010, p.280) enfatiza que “salário é a retribuição em dinheiro ou equivalente pago pelo empregador ao empregado em função do cargo que este exerce e dos serviços que presta durante determinado período de tempo”.

De acordo com o DIEESE (2005, p.2) a Constituição de Federal de 1988, “define que o salário mínimo deve cobrir todas as necessidades do trabalhador e de sua família, ser unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo”. Porém nota-se que o valor do Salário Mínimo encontra-se muito distante do valor previsto na Constituição.

2.2.1 Os acordos salariais setoriais

No que se refere ao setor foco desta pesquisa, de acordo com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Indústrias da Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina (FETIAESC), a Cláusula Terceira - Piso Categoria da Convenção Coletiva de Trabalho dispõe o piso salarial efetivo dos trabalhadores do setor da indústria de carnes no decorrer do período de análise.

Gráfico 2 - Piso salarial efetivo de Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados (2004-2016)



Fonte: Elaborado com base nos dados do FETIAESC (2004-2016).

Pode-se visualizar no Gráfico 2 que, através dos reajustes anuais do piso salarial da categoria no Estado de Santa Catarina, houve constantes aumentos dos salários dos trabalhadores, apontando o primeiro período analisado 2004/2005 um salário efetivo de R\$ 390 e o último período 2015/2016 com salário de R\$ 1.100,00, isto equivale a um aumento de 182% no decorrer do período.

A Tabela 1 descreve a evolução do salário mínimo (SM) e os valores referentes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) numa série histórica entre 2005 e 2015.

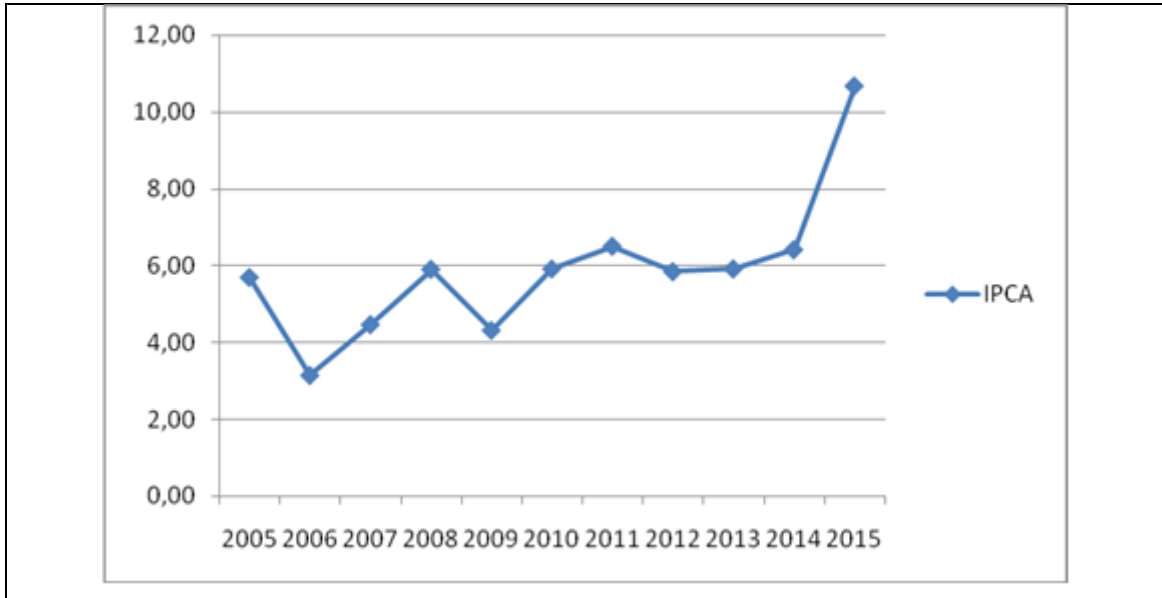
Tabela 1 - Salário Mínimo Nominal em R\$ e IPCA em %

ANOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
SM ¹	300	350	380	415	465	510	545	622	678	724	788
IPCA ²	5,69	3,14	4,46	5,9	4,31	5,91	6,5	5,84	5,91	6,41	10,67

Fonte: Elaboração própria com base em dados do DIEESE¹ (2017) e IBGE² (2017).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o indicador oficial utilizado pelo Governo Federal para medir as metas inflacionárias, desta forma o Gráfico 3 descreve a evolução do IPCA, apesar das oscilações no decorrer dos anos.

Gráfico 3- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (2005- 2015)

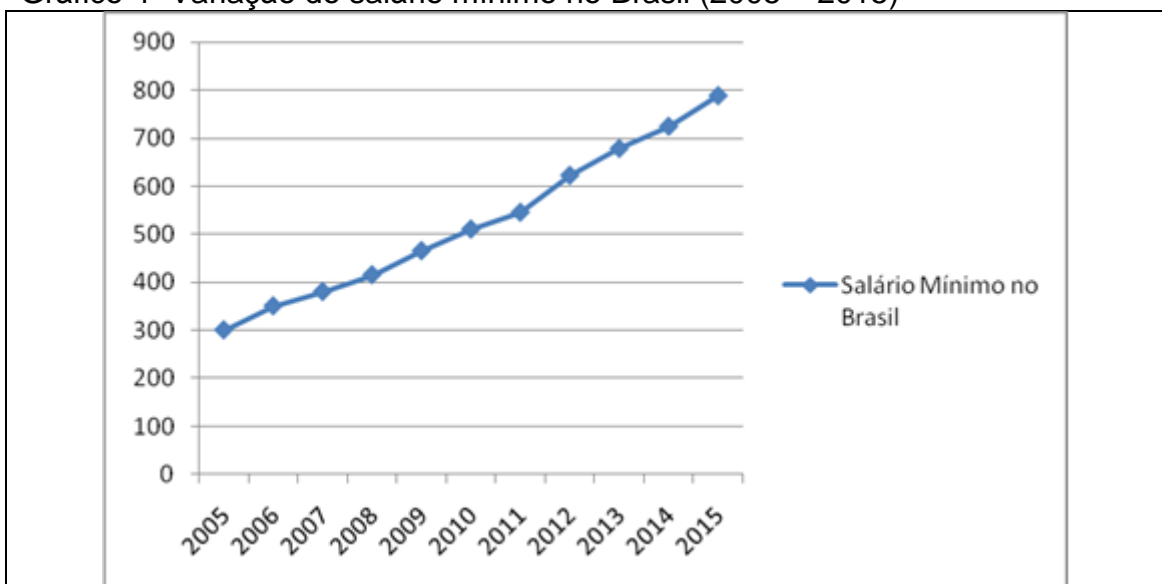


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2005-2015).

Conforme calculado nos dados do Gráfico 3, obtém-se um IPCA médio do período de 5,89%, porém de 2006 a 2009 a inflação é menor do que a média e em 2015 apresenta um índice de 10,67, alcançado o topo no decorrer do período analisado.

Diante do exposto, constata-se que os índices inflacionários se mantiveram estáveis durante a última década, apresentando alta elevação apenas em 2015, alcançando o dobro do que se mantiveram os anos anteriores.

Gráfico 4- Variação do salário mínimo no Brasil (2005 – 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados do DIEESE (2005-2015).

O valor do Salário Mínimo (SM) saltou de R\$ 300,00, em janeiro de 2005, para R\$ 788,00, em janeiro de 2015, demonstrando uma variação nominal de 163%, demonstrando que este aumento representa um maior poder de compra dos trabalhadores. Dentro do período analisado, entre 2005 e 2006 houve o aumento maior de 17% do salário mínimo, ficando acima da inflação de todos os anos, no qual comprova a valorização do aumento do SM, exceto em 2015 quando a inflação alcança o patamar de 10,67%, sendo o único período em que ultrapassa o aumento do salário mínimo apresentando uma perda real do salário mínimo.

Segundo Soares (2002, p.873), “no mundo neoclássico perfeito, o salário dos trabalhadores é determinado exclusivamente pelo valor de sua produtividade marginal nas firmas em que trabalham”. Em tal caso, como a produtividade dos trabalhadores não se apresentam de forma homogênea, ou seja, os trabalhadores não trabalham no mesmo ritmo, os salários se apresentarão de forma heterogênea.

2.2.2 As políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil

Conforme se observa no contexto econômico-social do Brasil, “políticas de mercado de trabalho” e “políticas de emprego” são definições diferentes, no qual Moretto (2010, p.8) descreve as políticas de emprego como “o conjunto de políticas e instrumentos que tenham a capacidade de fomentar o investimento produtivo e ocupação da capacidade produtiva”. Assim sendo, Moretto (2010) ainda destaca que estas políticas acabam por impactar diretamente no nível de emprego total da economia, através das decisões de política econômica, industrial, comercial, científico-tecnológica e social.

Em relação às políticas de mercado de trabalho, Moretto (2010, p.8) conceitua da seguinte forma:

Conjunto de políticas e ações que se dirigem tanto à demanda como a oferta de mão-de-obra tendo como objetivos: melhorar o funcionamento do mercado de trabalho; proteger a renda do trabalhador no momento de desemprego e auxiliá-lo a encontrar um novo emprego; e facilitar o ajuste entre oferta e demanda de trabalho.

De acordo com o autor, a política acima descrita é muito importante para a economia, pois possibilita deste modo que haja uma redução dos níveis do desemprego ocasionados muitas vezes por falta de informação dos empregos

disponíveis no mercado de trabalho e dos trabalhadores que se encontram disponíveis para preencher tais vagas, e também proporciona aos trabalhadores preparação e adaptação as suas novas funções que estão mudando devido a implementação de novas tecnologias de produção (MORETTO, 2010).

Tendo em vista expandir a inclusão dos trabalhadores em atividades formais e remuneradas, o governo atua como mediador neste elo, onde poderá seguir por dois caminhos distintos, no qual pode optar por manter o nível de empregos elevado obtido através dos incentivos aos investimentos, assumindo o compromisso de sustentar a demanda agregada que satisfaça a quantidade de pessoas que pretendem trabalhar, atuando neste sentido de forma ativa em relação ao nível de emprego. Em contrapartida se optar por manter o equilíbrio da economia na perspectiva do gasto público e do nível de preços, preferirá controlar o nível de preços e do equilíbrio fiscal, e então as forças do próprio mercado se ajusta para encontrar um novo nível de emprego satisfatório. O Estado atua neste sentido de forma passiva (MORETTO, 2010, p.9).

Diante de economias que estão em um ininterrupto processo de globalização, onde há constantes mudanças tecnológicas nos processos produtivos, no maquinário e inovações na organização da produção das indústrias, alguns setores devem buscar introduzirem-se nesses novos mercados para ampliarem deste modo a produtividade, porém como consequência deste processo de transformação, há uma redução da quantidade de trabalhadores nestes setores. Mas em contrapartida, este ambiente econômico com contínuas mudanças cria novas oportunidades de negócios que gera novos empregos (MORETTO, 2010).

É nesse contexto que o autor enfatiza a necessidade de “implementar políticas de mercado de trabalho, que cumpririam, então, um papel auxiliar à política de pleno emprego, eliminando as interferências que impeçam os trabalhadores o acesso às oportunidades abertas pelo mercado de trabalho. ” (MORETTO 2010, p.12). Destaca que o Ministério do Trabalho e Emprego implementou no Brasil algumas políticas de mercado de trabalho, descrevendo suas respectivas funções e os públicos a que se destinam.

2.2.2.1 Seguro-desemprego

Segundo Moretto (2010, p.14), “o seguro-desemprego foi implantado no Brasil somente em 1986 apesar de tentativas anteriores de implementação. Porém, sua cobertura foi bastante modesta nos primeiros anos, somente vindo a ter importância após a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1990”. Após deste período, houve uma ampliação desta política, atingindo 2/3 dos trabalhadores demitidos.

O principal objetivo do seguro é a assistência financeira temporária ao desempregado dispensado sem justa causa. Essa assistência, entretanto, ocorre por tempo determinado, variando de 3 prestações – para quem comprove ter trabalhado entre 6 e 11 meses – até 5 prestações – para quem trabalhou com registro em carteira 24 meses ou mais –, mesmo que o trabalhador não encontre uma nova ocupação durante o período do benefício (MORETTO, 2010 p.13).

Nota-se que apesar de todos os avanços evidenciados após a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o seguro é inapto no atendimento de todos os trabalhadores desempregados, devido ao fato de haver no mercado de trabalho brasileiro alto índice da rotatividade, ocasionado pelo excesso de mão-de-obra e a facilidade na contratação e demissão do trabalhador (MORETTO, 2010).

De acordo com o autor, as políticas de mercado objetivavam alcançar a redução da informalidade e o combate à discriminação dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho. Entretanto, o seguro desemprego é alvo de críticas, pois essa política “atende os trabalhadores melhores inseridos no mercado de trabalho, isto é, os trabalhadores assalariados que possuem registro em carteira” (MORETTO, 2010 p.22). Assim sendo, enxerga-se a necessidade de reformular esta política para que se possa atender os trabalhadores informais e mais vulneráveis.

2.2.2.2 Qualificação social e profissional

No período da industrialização brasileira, observou-se a necessidade de desenvolver políticas sociais que visavam qualificar a mão de obra dos trabalhadores inseridos neste novo contexto. Diante disto, destaca-se o primeiro movimento de formação de pessoal, com a implementação das políticas de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de

Aprendizagem do Comércio (SENAC), que forneciam qualificação e especialização para uma mão de obra mais qualificada (MORETTO, 2010 p.17).

Quadro 2– Programas de Qualificação social e profissional

“Sistema S”	Compreende, atualmente, além do Senai/Sesi e Senac/Sesc, o Serviço Nacional de Formação Rural Profissional (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (Senat), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
Escolas Técnicas	Cumprem um papel importante na formação de quadros técnicos de nível médio, notadamente para a indústria e a agropecuária.
Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor)	Implementado a partir de 1995, por meio de convênios estabelecidos com os governos estaduais e com entidades sociais e públicas, visava aumentar a eficiência econômica via elevação da produtividade da mão-de-obra – capacitando 20% da População Economicamente Ativa (PEA) do país – como também atender os trabalhadores de baixa qualificação,
Plano Nacional de Qualificação (PNQ).	Criado em 2003, tem como função introduzir o conceito de qualificação social e profissional, onde o objetivo é contemplar a formação integral do trabalhador e o desenvolvimento das habilidades necessárias ao exercício profissional.

Fonte: Elaboração própria com base em Moretto (2010).

2.2.1.3 Programas de Geração de Emprego e Renda

De acordo com Moretto (2010 p.18), os programas de geração de emprego e renda têm como principal objetivo “oferecer uma alternativa de reinserção produtiva para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, gerando trabalho e renda, estimulando a capacidade empreendedora e a auto sustentação dos empreendimentos”.

Quadro 3– Programas de geração de emprego e renda

Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger)	Criado em 1994, no qual agentes financeiros concedem crédito para micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, e iniciativas de produção do setor informal, normalmente com pouco ou nenhum acesso a crédito para a geração de emprego e renda.
Proger Rural e depois o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Criado em 1995, os agentes financeiros forneciam crédito para o setor rural para o custeio e investimento das atividades agrícolas.
Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego)	Programa gerido pelo BNDES, que financiava empreendimentos de maior porte e com potencial de geração de empregos.
Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na região Nordeste e Norte de Minas Gerais (Protrabalho)	Seguia a mesma linha do Proemprego e era operado pelo Banco do Nordeste (BNB).
Programa de Crédito Produtivo Popular	Em 1996, o FAT liberou recursos para o BNDES para o programa que operou até 2003 fornecendo recursos para uma grande variedade de instituições de microfinanças.
FAT Empreendedor Popular	Em 2002 foi criado este programa como parte do Proger Urbano, visando ampliar a capacidade de financiamento dos pequenos empreendimentos.

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	Criado em 2004, mas agora no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.
---	--

Fonte: Elaboração própria com base em Moretto (2010).

2.2.3 A mobilidade dos trabalhadores

O fenômeno da mobilidade de trabalhadores entre regiões no país está presente em diversos setores da economia, no qual se caracteriza por uma locomoção do trabalhador na maioria das vezes diariamente, de sua cidade de residência por outros locais que demandam por mão de obra. Diante disto Stambol (2003 apud MENDES et. al 2012, p. 212) define “mobilidade por mudança de emprego, sem mobilidade geográfica, e migração por mobilidade espacial da mão de obra”.

Com relação aos elementos que determinam a mobilidade de trabalhadores, Farber (1999 apud MENDES et. al. 2012, p. 213) destaca que há:

Três fatores centrais que descrevem a mobilidade dos trabalhadores no moderno mercado de trabalho, sendo eles: as relações de emprego de longo prazo são frequentes no mercado de trabalho; a maioria dos empregos recém-criados tem pequena duração; e a probabilidade de término de um emprego decresce com a experiência no mesmo vínculo.

Entretanto, Lameira et. al (2015, p. 405) destaca que “argumentos teóricos atribuem aos fatores de atração nas regiões de destino o motivo para migração, na qual diferenças nas vantagens econômicas, principalmente diferenciais de salário, são a principal causa da migração”.

Conforme aponta Golgher et. al (2005, apud LAMEIRA et. al 2015, p. 403) “os movimentos migratórios no Brasil são relacionados a aspectos históricos da distribuição espacial da população, que ainda possuem influência sobre a migração atualmente”. A partir disso então, o autor destaca que esse processo de migração da população das diversas regiões do Brasil pode ser relacionado com as desigualdades da renda *per capita* e a aglomeração populacional de determinadas regiões.

2.3 O SETOR DA AGROINDÚSTRIA DA CARNE NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A produção de alimentos no Brasil sofreu inúmeras transformações. Inicialmente, a produção estava voltada para subsistência e, posteriormente, foi se

intensificando e ganhando dimensões nacionais e internacionais nas vendas para mercados interno e externo.

2.3.1 A agroindústria da carne no Brasil e em Santa Catarina

Segundo Castro et al. (1994; 1996 apud TIRADO et. al 2008, p. 4), cadeias produtivas podem ser compreendidas o seu conceito como:

Conjunto de elos interativos, compreendendo os sistemas produtivos agropecuários e/ou agro-florestais, fornecedores de serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização, além de consumidores finais de produtos e subprodutos da cadeia. Por sua vez, sistema produtivo é um subsistema da cadeia produtiva e refere-se às atividades específicas podendo ser à produção de alimentos, fibras, produtos para bioenergia e outras matérias-primas de origem animal e vegetal.

De acordo com Sereia et. al. (2015, p.648), o Brasil se destaca na produção de carnes devido a diversos fatores como a vasta extensão de terras, a diversidade de recursos naturais e o clima favorável ao desenvolvimento do agronegócio. Dados do IBGE (2011) apontam que “ o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango e carne bovina, e o quarto de carne suína, e as exportações representam em media 22% da produção nacional”.

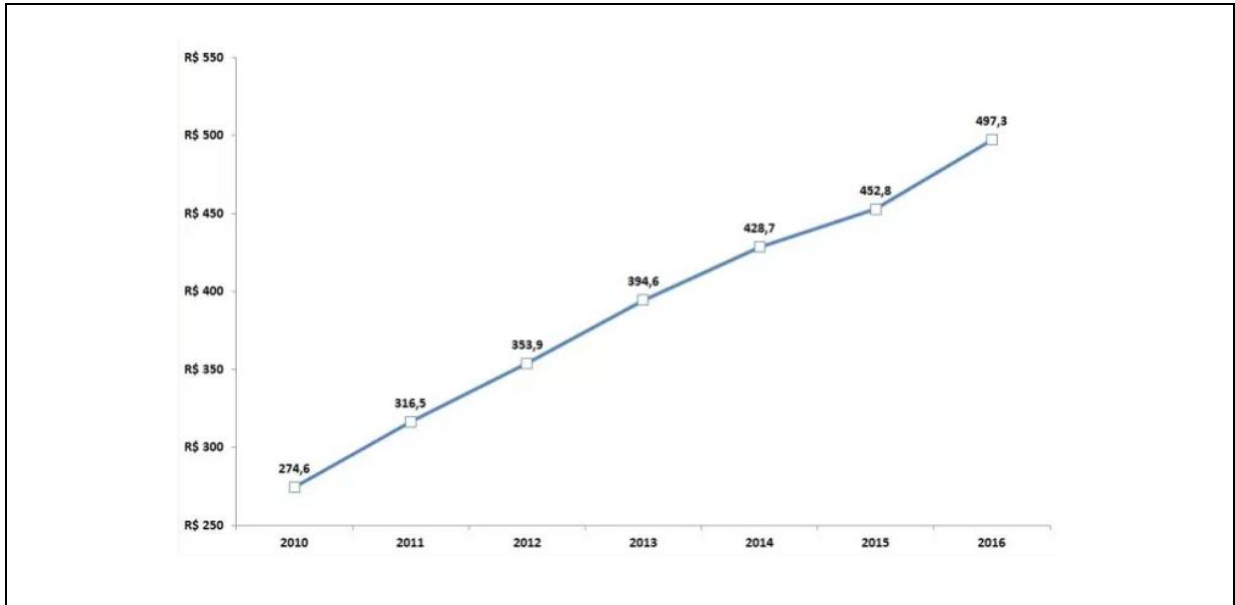
Continuando a análise de Sereia et. al, em que destaca a importância da inovação tecnológica no processo produtivo das agroindústrias de carnes, que apresentam baixos níveis de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no qual dominam com mais facilidade as inovações já presentes no mercado. Entretanto há agroindústrias de grande porte que são detentoras de capacidades tecnológicas avançadas que as distingue de outras empresas, tornando-as produtoras de carnes para o mercado interno e externo. É neste sentido, que Sereia et al.(2015, p.649) apresenta o seguinte conceito para inovação:

Segundo Schumpeter (1984), o conceito de inovação tecnológica abrange a introdução de: novo produto, novo processo de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de insumo e estabelecimento de uma nova organização industrial.

De acordo com dados apresentados por Formigoni (2017) o Gráfico 5 dispõe que o faturamento da Indústria de alimentos no Brasil vem apresentando crescimento constante entre 2010 e 2016, onde expressou um aumento do faturamento 81%. Aponta-se que em relação ao ano de 2010, o ano seguinte teve um crescimento acentuado de 15%, sendo os anos seguintes marcados por

crescimentos médios de 9% no ano, alcançando em 2016 um faturamento total de R\$ 497,3 bilhões.

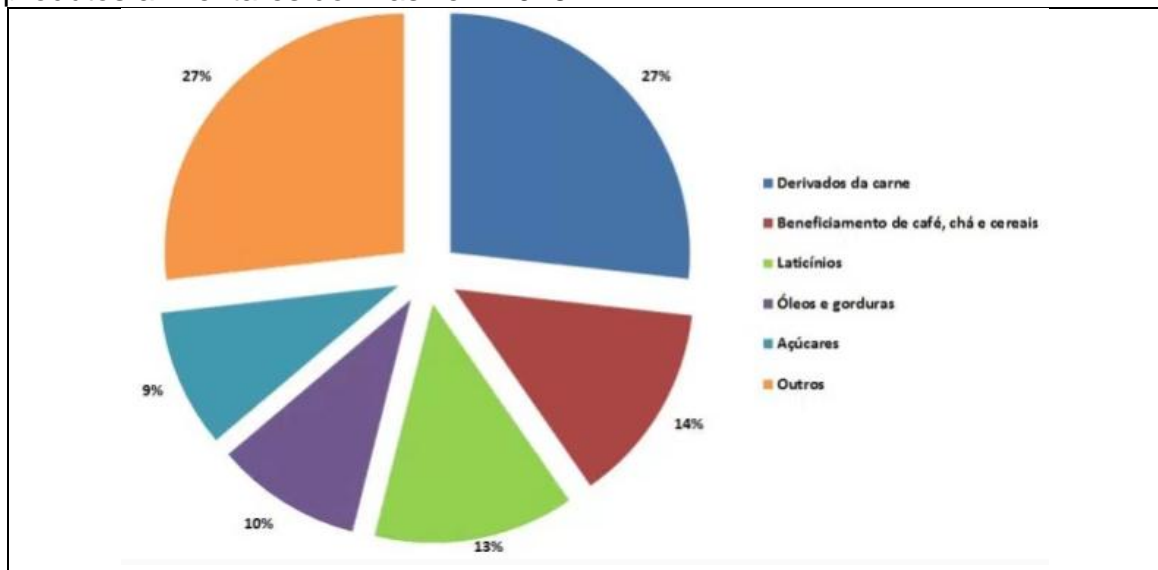
Gráfico 5 - Evolução do faturamento da indústria de alimentos no Brasil, em bilhões desde 2010



Fonte: ABIA (2010-2016).

A partir da análise de Formigoni (2017) do aumento do faturamento da indústria de alimentos no Brasil, percebe-se no Gráfico 6 que a indústria dos derivados da carne é a principal em termos de faturamento no Brasil, com 27% da receita de toda cadeia da indústria de alimentos nacional, seguido por 14% referente ao beneficiamento de café, chá e cereais, seguido pela indústria de laticínios, óleos e gorduras e açúcares.

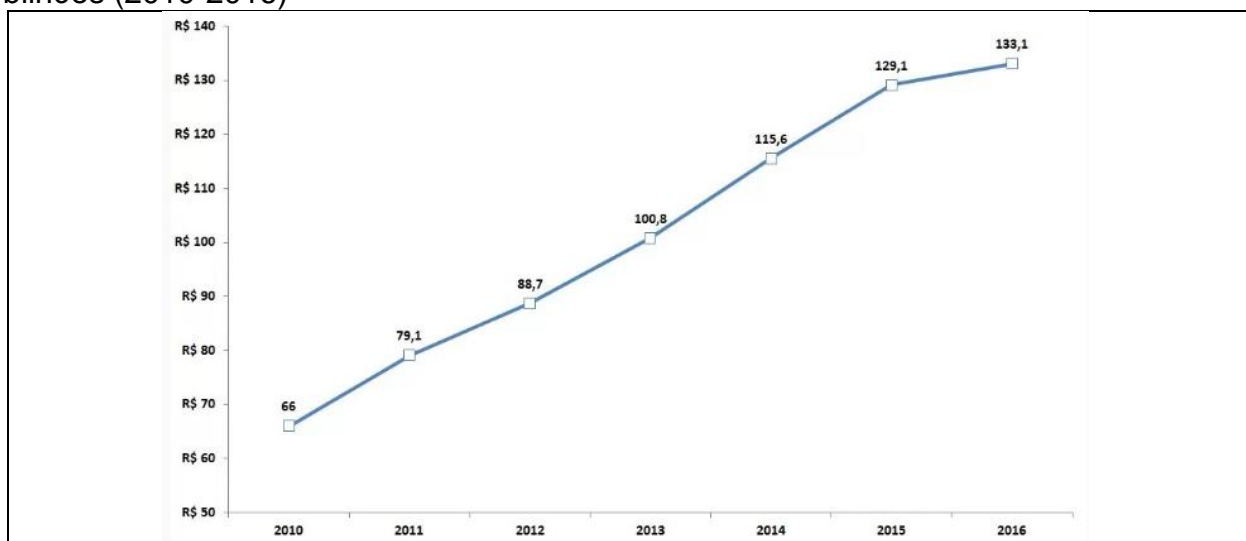
Gráfico 6 - Participação no faturamento dos principais setores da indústria de produtos alimentares do Brasil em 2016



Fonte: ABIA (2016).

Em relação ao faturamento da indústria de derivados de carne no Brasil, Formigoni (2017) aponta o Gráfico 7 que entre 2010 e 2016 houve um crescimento de 102%, destacando que o ano de 2011 foi marcado por um aumento de 20% comparado ao ano anterior, nos demais anos o crescimento se mantém numa média de 13% ao ano. É nítido que em 2016 houve um aumento decrescente de apenas 3% em relação a 2015.

Gráfico 7- Evolução do faturamento da indústria de derivados de carne no Brasil, em bilhões (2010-2016)



Fonte: ABIA (2010-2016).

Batalha et. al (2006, p.42) descreve o estudo realizado pela GEPAI/DEP/UFSCare UFV no qual apresenta como principais problemas da cadeia

agroindustrial da carne bovina no Brasil ligados ao ambiente institucional que impactam a competitividade, pode-se citar:

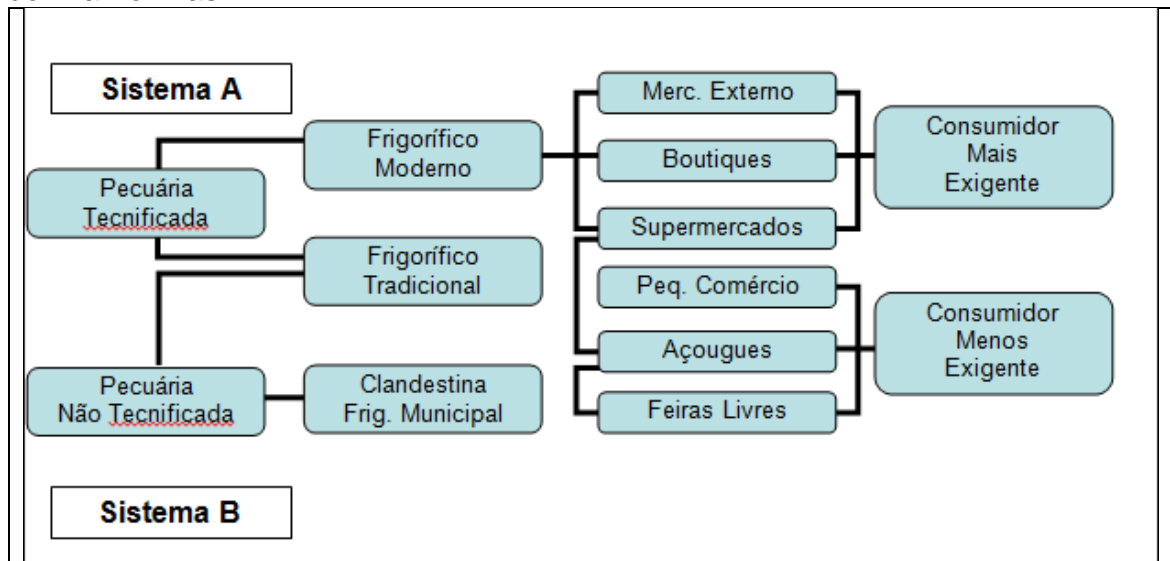
O protecionismo de alguns países importadores do produto, a tributação, a ineficiência do sistema de inspeção, os abates clandestinos, a existência da febre aftosa em algumas regiões, a baixa coordenação da cadeia produtiva e a inexistência de ações de marketing institucional que revertam a má imagem do produto junto ao consumidor.

De acordo com Batalha et. al. (2006 p.33), “uma melhor coordenação da cadeia produtiva da carne bovina, via contratos de longo prazo, pode apresentar ganhos importantes de competitividade pela diminuição de custos de abate e processamento”. Diante do exposto, o autor apresenta as três maiores vantagens para realizar uma melhor coordenação do sistema a seguir:

- **Redução de custos para os pecuaristas e para a indústria:** Realizar bons planejamentos da produção acarretará em diminuição da capacidade ociosa das indústrias, objetivando maximizar os ganhos em escala tanto das indústrias como dos pecuaristas.
- **Melhor gestão do risco:** Estabilidade nos contratos possibilita aos pecuaristas uma maior facilidade em realizar financiamentos que os protegerá nos períodos de crise e as indústrias devem buscar utilizar no máximo possível os maquinários.
- **Garantia da qualidade do produto:** Através da coordenação dos recursos próprios, o produtor estará preparado para enfrentar todas as adversidades existentes numa economia.

Diante disso, a Figura 1 explica através de um fluxograma como é que ocorre o funcionamento de um sistema de produção, industrialização e comercialização da carne bovina no Brasil.

Figura 1 - Sistemas de produção, industrialização e comercialização de carne bovina no Brasil



Fonte: SENAI (2006)

De acordo com a Figura 1, observa-se que a produção da carne está dividida em dois módulos, no qual existe a pecuária tecnificada e não tecnificada que atende a três tipos de frigoríficos que distribuem para diversos mercados que atenderão clientes menos exigentes e clientes mais exigentes.

Conforme destaca Batalha e Silva (2006 p. 46) o sistema agroindustrial da carne bovina brasileira pode ser dividido em dois sistemas diferentes, conforme se observa na Figura 1:

O Sistema A representa a parcela mais avançada e, portanto, mais competitiva da cadeia brasileira de carne bovina. Ele é formado por pecuaristas tecnificados, normalmente utilizadores de técnicas avançadas de produção animal, frigoríficos modernos e bem equipados, sendo sua produção escoada através de pontos de venda adaptados aos padrões de consumo de consumidores mais exigentes. O Sistema B reúne os agentes menos competitivos da cadeia. É formado por pecuaristas menos intensivos em utilização de tecnologia, os pequenos abatedouros/frigoríficos com condições de higiene comprometidas (principalmente os municipais) e os abates clandestinos. A distribuição dos produtos deste Sistema normalmente é realizada via açougues e feiras livres, em algumas regiões do país em péssimas condições de armazenamento, transporte e exposição.

De acordo com Batalha e Silva (2006 p. 46) com a constante expansão dos sistemas de produção de carne e derivados no país, observa-se que “para aumentar a competitividade do sistema agroindustrial da carne bovina no Brasil, é necessário, inicialmente, que o Sistema B seja progressivamente desestimulado e reconvertido para os padrões de eficiência do Sistema A”.

Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015, p.17):

Santa Catarina possui uma indústria alimentar bastante forte, sendo o maior produtor de carne suína do País e o segundo de frangos. O Estado também se destaca na pesca, ocupando nacionalmente a liderança na produção de pescados. Na pauta de exportações catarinenses, carnes e miudezas comestíveis são o primeiro produto. A indústria alimentar é a segunda maior empregadora entre os segmentos industriais do Estado.

O Estado de Santa Catarina tem notável participação na produção de carnes, principalmente relacionadas ao mercado externo. O Oeste catarinense foi a primeira região de Santa Catarina que iniciou a atividade de produção de carnes, o que promoveu um grande impacto na economia regional, atraindo investimentos dos setores financeiros e do Estado que visam desenvolver e aumentar o capital agroindustrial, contribuindo positivamente para o agronegócio brasileiro (PERTILE, 2011).

De acordo com Pertile (2011), alguns elementos estão diretamente ligados ao processo produtivo e a circulação do capital, como o setor bancário, meios de circulação material (rodovias e ferrovias) e imaterial (comunicações e informações). Indiretamente estão os bens e serviços de uso do coletivo (hospitais, escolas, lazer, etc).

Os equipamentos de consumo coletivo, relacionados diretamente ao processo de produção, desenvolvem-se de forma mais rápida que os demais que os demais (que ficam em segundo plano), porque estão em conexão direta com o processo produtivo ao permitirem a circulação da mercadoria (LENCIONI, 2007, apud PERTILE, 2011, p.15).

As regiões rurais do oeste catarinense são plenamente capacitadas para a produção em escala e com qualidade comprovada, pois são detentoras de tecnologias avançadas, através da aplicação de pesquisas de melhoramento genético e rastreamento via satélite dos animais, permitindo que as empresas tenham controle de tudo, desde a produção da matéria prima até o produto final adquirido pelos consumidores (PERTILE, 2011).

Com esse intenso crescimento agroindustrial, o Brasil tornou-se um dos maiores produtores de carnes do mundo, obtendo um maior destaque nas exportações de aves, sendo Santa Catarina o estado brasileiro que mais produz e exporta frangos. Entre as agroindústrias catarinenses que se destacam nacionalmente estão às empresas BRF Brasil Foods S/A (Fusão entre a Sadia S.A. e a Perdigão), Seara Alimentos S/A, Cooperativa Central Aurora Alimentos,

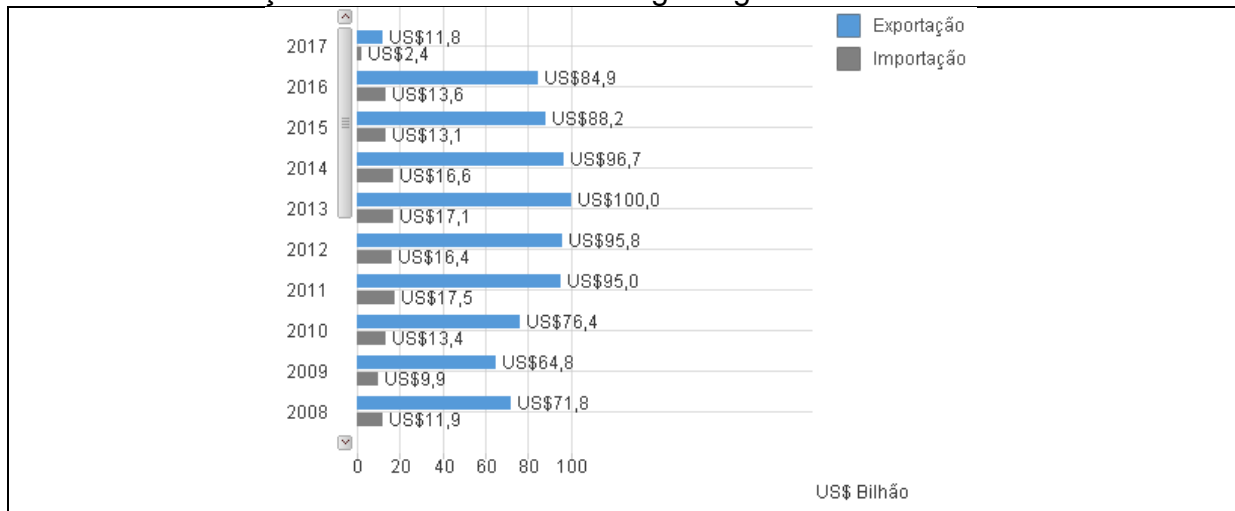
Frigorífico Riosulense S/A, Ceval Alimentos (atual Bunge), e JBS. (CORRÊA, 2010 p. 59).

2.3.2 A participação das carnes na balança comercial brasileira

O Brasil apresenta um aumento das exportações de carne bovina, no qual Oliveira et al. (2009 p.2) atribui uma explicação para esse aumento devido ao alto índice de consumo mundial per capita, a qualidade e precocidade do rebanho brasileiro, aspectos sanitários e o câmbio favorável às exportações. Ainda de acordo com os autores acima mencionados, “a atividade pecuária brasileira movimenta cerca de 55 bilhões de dólares por ano, sendo responsável por praticamente 20 milhões de empregos (PEDROSO et al., 2004 apud OLIVEIRA et al., 2009, p.2).

O Gráfico 8 mostra a composição da balança comercial do agronegócio de carnes no Brasil em bilhões, numa série histórica de 2008 a 2017, no qual aponta queda nas exportações no ano de 2009, que está associado a uma das maiores crises econômicas que abalou a economia mundial neste período.

Gráfico 8 - Balança comercial brasileira do agronegócio - série histórica 2008 - 2017

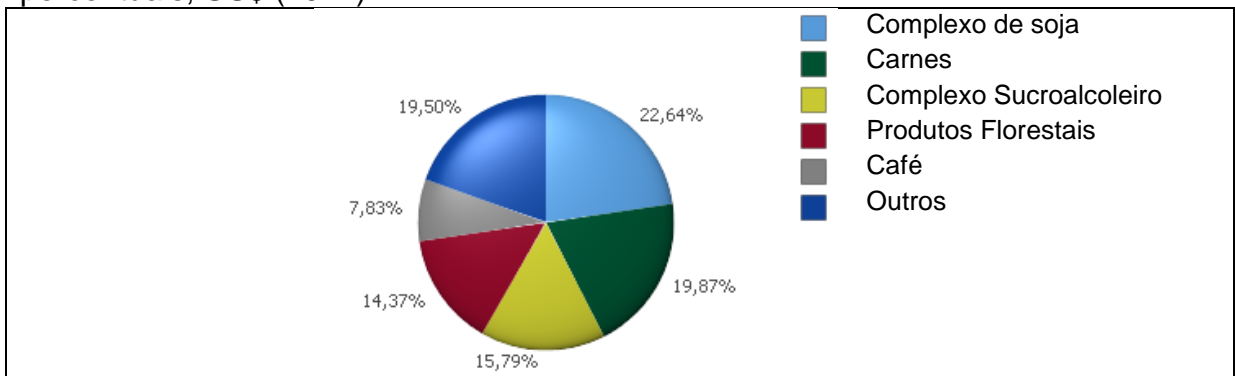


Fonte: BRASIL-MAPA (2017)

A produção de carnes é uma das principais atividades que compõe o agronegócio brasileiro, envolvendo na sua cadeia produtiva inúmeras atividades relativas à produção e industrialização da carne, onde a produção avícola é um grande destaque (BRASIL-MAPA, 2017).

O Gráfico 9 mostra as exportações brasileiras do agronegócio no primeiro trimestre de 2017. Observa-se que as carnes é o segundo grupo, dentre os produtos mais exportados, com 19,87% do total das exportações, sendo superado apenas pelo complexo de soja, com 22,64%. As carnes brasileiras, produzidas em diferentes Estados da Federação, alcançaram o mundo e tem sido um dos setores que tem gerado divisas para o país e também empregos e renda nesses estados.

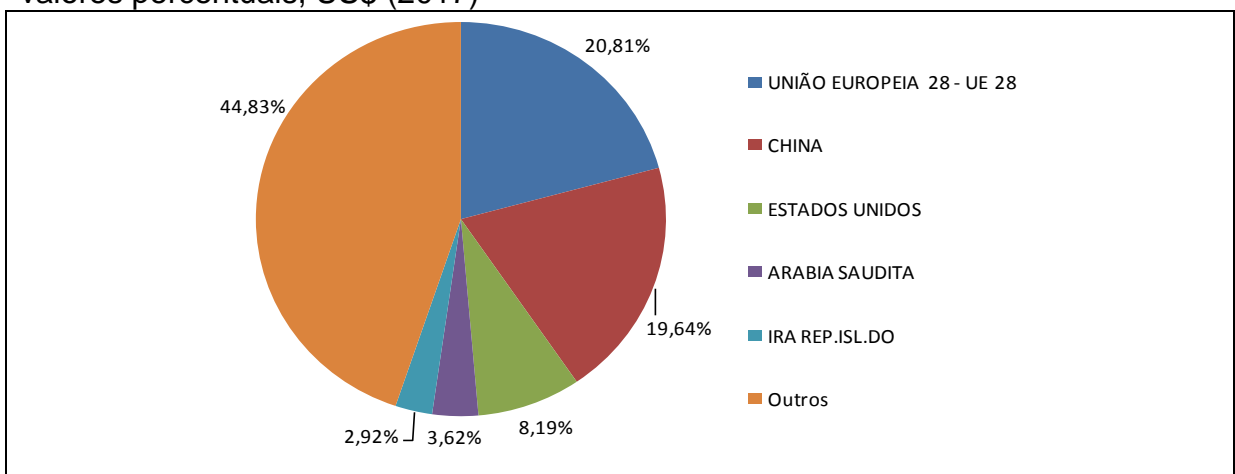
Gráfico 9 - Exportações brasileiras do Agronegócio, por setores, em valores percentuais, US\$ (2017)



Fonte: BRASIL-MAPA (2017)

O Gráfico 10 aponta os destinos principais das exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre de 2017. Verifica-se que a União Europeia é primeiro destino das exportações, com 20,81% do total das exportações, seguido depois pela China, com 19,64%. Os Estados Unidos é o terceiro destino destas exportações.

Gráfico 10 - Principais destinos das exportações brasileiras do agronegócio, em valores percentuais, US\$ (2017)



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil-MAPA (2017)

2.3.3 As características do trabalho no ramo de frigoríficos

2.3.3.1 Formação do mercado de trabalho no setor da agroindústria da carne

A agroindústria da carne, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) está relacionada à indústria de transformação, na divisão fabricação de produtos alimentícios, especificamente, no grupo abate e fabricação de produtos de carne (IBGE/CNAE, 2017).

Diante de uma economia cada vez mais globalizada, com inovações constantes das tecnologias de comunicação e informação, nota-se o surgimento de distintos meios de organização da produção de bens e serviços, havendo uma ampliação dos locais da realização do trabalho, passando então a serem realizados também em outros ambientes externos, desta forma o trabalhador fica sempre conectado no trabalho.

Os grandes blocos econômicos inseridos no mercado nacional e mundial estão sempre em transformação e reorganização da estrutura e dos meios de produção de diversos setores econômicos, devido a intensa concorrência dos mercados. O setor agroindustrial encontra-se inserido neste ambiente econômico e ao longo do tempo modernizou o processo de produção, adicionando mais valor ao produto, enfrentando com menos dificuldade a competitividade das muitas empresas.

2.3.3.2 Características ambientais do trabalho na agroindústria da carne: insalubridade e esforço físico repetitivo

De acordo com Finkler e Murofuse (2009, p.5) “os frigoríficos de aves é uma parte do complexo agroindustrial que é um dos setores produtivos que tem contribuído para o desenvolvimento econômico de regiões do estado em que estão instaladas”. Entretanto, de acordo com o autor, o setor de abate de aves é marcado por um ambiente de trabalho com insalubridade e movimentos repetitivos que causam consequências aos trabalhadores. Assim sendo, Santos Junior (2003,apud FINKLER; MUROFUSE,2005, p. 6) destaca um depoimento de um trabalhador que estava inserido neste ambiente de trabalho.

A temperatura do ambiente de trabalho variava entre 7º a 11ºC, a qual estava adequada para conservação da carne de frango mas para o

trabalhador: “[...] 7°, era muito frio, a cabeça congelava, doía de tanto frio, pedia para desligar e não podia desligar o refrigerador”.

Ainda na análise do autor a exposição destes trabalhadores a um ambiente de trabalho com temperaturas baixíssimas pode causar algumas consequências em seus metabolismos, como a vasoconstrição periférica (para diminuir a perda do calor) e tremores (para aumentar a produção de calor), doenças como geladura ou frosbite, hipotermia, além da urticária pelo frio, a irritação das vias aéreas e a redução de performance e capacidade física para o trabalho (SANTOS JUNIOR, 2003 apud FINKLER; MUROFUSE, 2009).

Além do problema do ambiente inadequado para o trabalho humano, a velocidade e repetição de movimentos são outras características presentes neste ambiente de trabalho, segundo o qual Finkler e Murofuse (2009, p.9) diz que: “O trabalhador acompanhava a cadência da esteira, repetindo gestos e movimentos várias vezes ao dia, durante toda a jornada de trabalho”. Para atingir as metas de produção, a empresa controlava a velocidade da esteira.

Seguindo ainda este contexto, Antunes (2014, p.46) descreve o funcionamento de uma agroindústria de carnes da seguinte maneira:

Uma das maiores empresas produtoras mundiais de carne de frango e derivados, em sua unidade em Toledo, estado do Paraná, onde empregava aproximadamente 6.500 funcionários e funcionava em sistema de turnos de trabalho de forma ininterrupta, 24 horas por dia durante sete dias na semana. O turno de trabalho é de 8h48m, com uma hora de almoço. A organização do trabalho no setor é predominantemente taylorista e fordista, através de uma esteira fixa que conduz o produto a ser desossado. O ritmo do trabalho é variável, mas a média de movimentos realizados para desossar uma perna de frango (coxa mais sobrecoxa) é de 18 movimentos realizados em 15 segundos. A temperatura ambiente é controlada entre 10 e 12 graus; a umidade e o barulho são intensos, assim como o forte cheiro que é peculiar nesse tipo de atividade. O resultado mais frequente é o desgaste físico e emocional dos trabalhadores e trabalhadoras, sendo frequentes os adoecimentos e os acidentes de trabalhos [...].

Pode-se perceber então que este sistema de produção segue o modelo taylorista/fordista, que busca explorar ao máximo a mão de obra dos trabalhadores, não demonstrando pouca preocupação com as questões relativas a saúde física e mental de seus colaboradores. Esse modelo de produção da agroindústria de carnes é caracterizado pela precarização e superexploração do trabalho (ANTUNES, 2014).

2.4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Antes de apresentar e descrever as microrregiões de Araranguá e Criciúma, busca-se dissertar sobre o conceito de desenvolvimento regional, descrevendo a importância da participação da sociedade neste processo de crescimento econômico e social. “As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida” (CAVALCANTE, 2008 apud MADUREIRA, 2015, p.8).

A partir dos dados do IBGE, pode-se observar de forma resumida na Tabela 2 a caracterização demográfica do Estado de Santa Catarina de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010.

Tabela 2 - Características demográficas do Estado de Santa Catarina

Capital	Florianópolis
População estimada 2016	6.910.553
População 2016	6.248.436
Área 2015 (Km²)	95.737,895
Densidade demográfica 2010 (hab/Km²)	65,27
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2016 (Reais)	1.458
Número de Municípios	295

Fonte: IBGE (2010)

O Estado de Santa Catarina está subdividido em 20 microrregiões, dentre tantas, destaca-se no estudo as microrregiões de Araranguá e Criciúma. Cario et al (2008, p. 31) discorrem que:

Santa Catarina tem como uma de suas características as regiões divididas de acordo com a atividade econômica. [...] Porém para o escoamento da produção, a malha rodoviária, que é o principal meio de transporte utilizado no estado, e a malha ferroviária não correspondem ao grau de modernização da indústria catarinense.

2.4.1 Meios de transporte

Assim sendo, a infraestrutura de Santa Catarina conta com meios de transporte de cargas o sistema rodoviário para trajetos mais curtos e para irem em direção aos portos, o sistema de transporte ferroviário que é usado para cargas de longa distância, que são destinadas para o mercado nacional e para cargas de outros Estados que irão para os portos para exportação. Os portos por sua vez caracterizam o terceiro meio de transporte de cargas, no qual existem no Estado

quatro portos: Imbituba, São Francisco, Itajaí e Laguna. Os aeroportos constituem o último meio de transporte tanto nacional com internacional, de carga e passageiros. (CARIO et al, 2008).

2.4.1.2 Energia

De acordo com Cário et al. (2008, p. 36), “a matriz energética em Santa Catarina é composta por quatro combustíveis principais: combustíveis fósseis e derivados de cana de açúcar; gás natural, carvão mineral e energia elétrica, gerada por usinas hidrelétricas, termelétricas e um parque eólico”. A demanda maior por energia elétrica vem das indústrias quase a metade do total do estado.

Ainda segundo os autores as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) composta por 12 usinas de pequeno porte gera apenas 2,3% da energia consumida no estado, todo o restante é fornecido por outras concessionárias de energia elétrica.

2.4.1.2.3 Saneamento básico

O saneamento básico consiste em fornecer a população o fornecimento de água tratada, tratamento de esgoto e recolhimento de lixo, assim sendo, a principal concessionária de água e esgoto do Estado de Santa Catarina é a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Segundo dados de 2010 (ATLAS/BRASIL), em Santa Catarina, 99,57% dos moradores da região rural tinham acesso a energia elétrica, enquanto que na região urbana eram 99,86%. Em relação a coleta de lixo, não há dados para a região rural e na região urbana 99,31% tinham coleta de lixo regular.

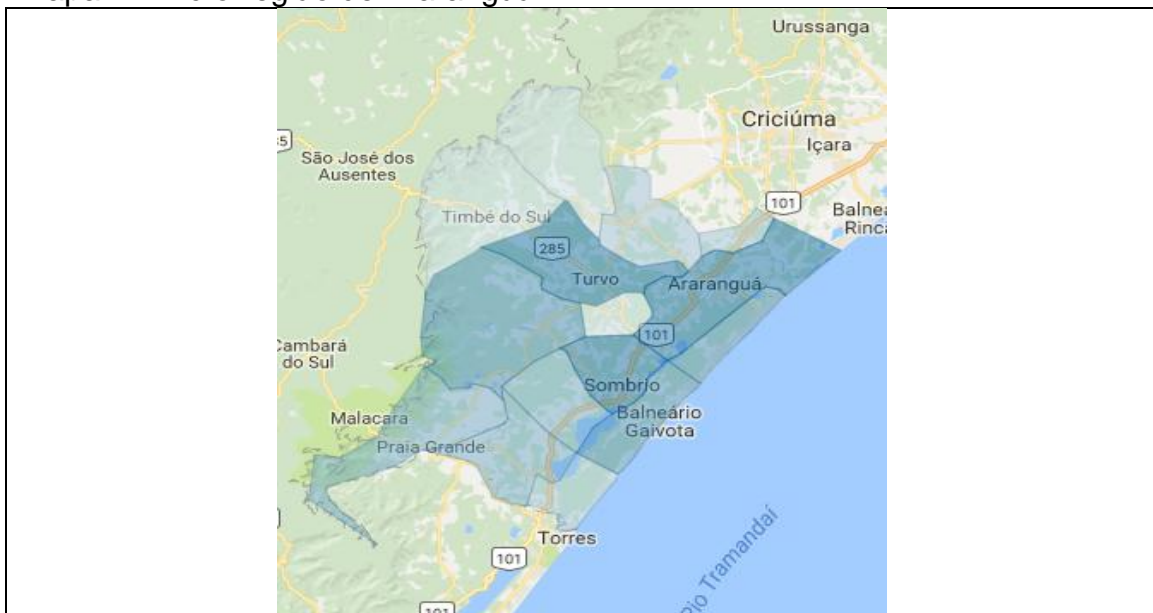
2.4.1 Caracterização e contextualização dos municípios da Microrregião de Araranguá

A microrregião de Araranguá é composta por 15 municípios, sendo eles Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo que juntos totalizam 180.877 habitantes, abrangendo uma área de 2.963 km² (CIDADE-BRASIL, 2017).

Atenta-se para este estudo que os municípios de Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Meleiro, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Timbé do Sul, Turvo não apresentaram a presença da atividade de Abate e Fabricação de produtos de carne (2.0 CNAE), por isso não foi possível realizar a coleta de dados das bases de dados RAIS e CAGED para estes municípios.

Na microrregião de Araranguá os municípios de Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Praia Grande e Sombrio apontam pouca presença da atividade de Abate e Fabricação de produtos de carne, entretanto Morro Grande é um destaque, pois localiza-se em seu território a indústria JBS S.A que é grande produtora de carnes e emprega centenas de trabalhadores das regiões próximas e de outros países.

Mapa 1– Microrregião de Araranguá



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL (2010)).

2.4.1.1 Características demográficas e socioeconômicas da Microrregião de Araranguá, SC

A Tabela 3 apresenta as descrições demográficas extraídas do ATLAS BRASIL para os municípios que compõem a microrregião de Araranguá, de acordo com o censo de 2010.

Tabela 3 - Características demográficas da Microrregião de Araranguá - 2010

Cidades	Área (Km²)	População total	Homens	Mulheres	Mortalidade infantil	Esperança de vida ao nascer
Araranguá	302,5	61.310	30.138	31.172	12,0	76,2
B. Arroio do Silva	86,22	9.586	4.743	4.843	11,6	76,5
B. Gaivota	146,12	8.234	4.092	4.142	12,7	75,6
Ermo	63,94	2.050	1.066	984	15,8	73,5
Jacinto Machado	428,7	10.609	5.262	5.347	14,9	74,1
Maracajá	63,45	6.404	3.248	3.156	11,4	76,6
Meleiro	186,32	7.000	3.458	3.542	15,8	73,5
Morro Grande	257,27	2.890	1.513	1.377	12,5	75,8
Passo de Torres	92,27	6.627	3.352	3.275	10,8	77,1
Praia Grande	280,06	7.267	3.658	3.609	13,0	75,4
S. Rosa do Sul	151,65	8.054	4.050	4.004	16,0	73,4
São João do Sul	183,66	7.002	3.530	3.472	13,0	75,4
Sombrio	142,78	26.613	13.072	13.541	11,6	76,5
Timbé do Sul	333,39	5.308	2.693	2.615	11,8	76,3
Turvo	234,82	11.854	5.850	6.004	10,9	77,0

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

A Tabela 4 expressa a composição da estrutura etária da população dos municípios da microrregião de Araranguá no ano de 2010 que está dividida em três grupos: jovens, adultos e idosos.

Tabela 4 - Estrutura etária da população em 2010 - Microrregião de Araranguá

Cidades	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
Araranguá	13.922	43.258	4.130
B. Arroio do Silva	2.076	6.578	932
B. Gaivota	1.857	5.514	863
Ermo	456	1.410	184
Jacinto Machado	2.243	7.403	963
Maracajá	1.485	4.493	426
Meleiro	1.902	4.496	602
Morro Grande	596	2.070	224
Passo de Torres	1.617	4.553	457
Praia Grande	1.576	5.046	645
Santa Rosa do Sul	1.856	5.568	630
São João do Sul	1.557	4.847	598
Sombrio	6.395	18.448	1.770
Timbé do Sul	1.380	3.473	455
Turvo	2.509	8.419	926

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

Na Tabela 5 pode-se visualizar as características socioeconômicas da microrregião de Araranguá, tais como o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada cidade, bem como a renda per capita da população e o Produto Interno Bruto (PIB) gerado por cada município.

Tabela 5 - Características socioeconômicas da Microrregião de Araranguá - 2010

Cidades	IDHM	Renda per capita (em R\$)	PIB (Valor Adicionado)
Araranguá	0,760	827,20	1.145.875
Balneário Arroio do Silva	0,746	866,42	92.257
Balneário Gaivota	0,728	768,73	70.001
Ermo	0,726	655,45	51.741
Jacinto Machado	0,716	655,70	193.262
Maracajá	0,768	861,85	100.356
Meleiro	0,738	768,23	134.168
Morro Grande	0,701	809,37	130.467
Passo de Torres	0,720	602,85	59.312
Praia Grande	0,718	591,62	104.905
Santa Rosa do Sul	0,705	630,29	98.652
São João do Sul	0,695	558,40	99.254
Sombrio	0,728	746,69	454.539
Timbé do Sul	0,720	709,63	73.609
Turvo	0,740	810,85	371.959

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

A Tabela 6 destaca a porcentagem dos níveis de escolaridade da população com 25 anos de idade ou mais em 2010 em relação ao total da população da microrregião de Araranguá.

Tabela 6 - Escolaridade da população (%) de 25 anos ou mais – 2010

Cidades	Fundamental incompleto e analfabeto	Fundamental incompleto e alfabetizado	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Araranguá	5,5	43,6	15,4	25,8	9,7
B. Arroio do Silva	5,8	46,5	15,0	22,8	9,9
B. Gaivota	7,6	52,4	13,9	19,0	7,2
Ermo	7,5	58,3	13,7	15,6	4,9
Jacinto Machado	9,4	56,8	11,1	15,6	7,1
Maracajá	6,8	50,7	13,8	22,5	6,3
Meleiro	6,7	52,1	13,7	18,6	8,9
Morro Grande	7,8	70,0	11,4	5,6	7,8
Passo de Torres	8,4	42,8	19,3	23,8	5,8
Praia Grande	11,9	48,5	15,2	17,2	7,1
Santa Rosa do Sul	8,3	59,5	13,7	13,7	4,8
São João do Sul	9,7	61,4	10,6	13,5	4,8
Sombrio	6,9	53,2	15	17,6	7,4
Timbé do Sul	10,1	59,1	12,6	13,1	5,2
Turvo	5,8	53,8	12,8	17,9	9,7

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

2.4.1.2 Os setores de atividade e o emprego na Microrregião de Araranguá, SC

Nesta seção, a Tabela 7 abordará os percentuais relativos ao total da população de 2010 da ocupação, desocupação ou inatividade dos habitantes que compõem a microrregião de Criciúma.

Tabela 7 - Características da população e emprego (%) em 2010 – Microrregião de Araranguá

Cidades	Economicamente ativa ocupada	Economicamente desocupada	ativa	Economicamente inativa
Araranguá	75,0	3,7		21,4
B. Arroio do Silva	61,6	6,2		32,2
B. Gaivota	64,6	4,5		30,9
Ermo	75,4	3,9		20,7
Jacinto Machado	73,6	2,4		24,1
Maracajá	73,3	4,0		22,7
Meleiro	74,3	1,6		24,0
Morro Grande	77,5	1,1		21,4
Passo de Torres	69,7	7,2		23,1
Praia Grande	72,4	3,6		24,0
Santa Rosa do Sul	77,6	1,3		21,1
São João do Sul	74,7	2,4		22,9
Sombrio	76,1	2,4		21,6
Timbé do Sul	71,4	3,3		25,2
Turvo	76,7	2,7		20,6

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

A composição do PIB resulta das atividades produtivas realizadas nos municípios, assim sendo, observa-se na tabela abaixo, quais são os setores que contribuem com mais intensidade para o crescimento do PIB e conseqüentemente carreta no desenvolvimento econômico do Estado.

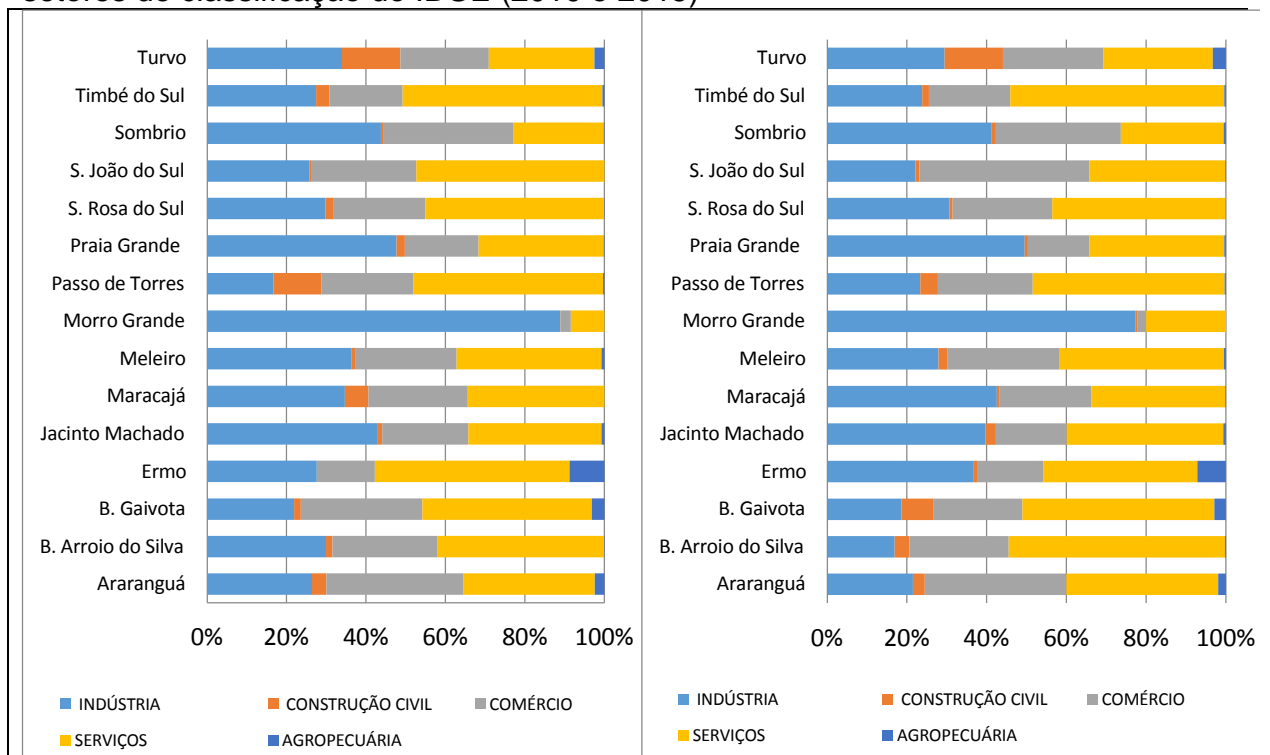
Tabela 8 - Composição do Produto Interno Bruto - 2013 - Microrregião de Araranguá

Cidades	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração e Serviços Públicos	Impostos
Araranguá	73.885,301	30.4459,736	64.9635,269	200.651,091	108.597,127
B. Arroio do Silva	11.230,103	10.387,727	62.490,341	37.344,971	4.063,582
B. Gaivota	17.373,457	8.425,737	43.291,105	34.009,788	3.212,949
Ermo	18.334,863	9.955,343	12.541,354	9.833,596	3.074,676
Jacinto Machado	51.289,615	60.122,16	95.399,74	34.056,11	30.961,29
Maracajá	13.057,705	26.466,834	72.711,92	24.173,46	21.404,358
Meleiro	41.829,017	16.432,05	50.525,855	26.048,394	10.406,754
Morro Grande	23.451,193	22.408,554	25.400,578	13.137,176	8.307,494
Passo de Torres	17.933,123	11.493,996	15.749,932	26.532,231	3.472,368
Praia Grande	15.021,162	18.104,999	48.289,167	25.128,476	8.087,32
S. Rosa do Sul	22.868,534	9.775,135	41.188,801	27.058,955	6.494,975
São João do Sul	39.895,727	9.595,674	29.951,497	24.478,242	3.898,975
Sombrio	96.330,9	81.676,492	221.764,654	95.114,937	37.030,044
Timbé do Sul	30.086,853	6.412,294	23.269,735	20.096,951	4.304,412
Turvo	59.376,088	86.312,903	14.1097,455	41.147,157	35.209,121

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

O Gráfico 11 descreve a participação dos trabalhadores da microrregião de Araranguá nos grandes setores do IBGE que são constituídos pela indústria, comércio, agropecuária, construção civil e serviços, nos períodos de 2010 e 2015.

Gráfico 11- Trabalhadores da Microrregião de Araranguá, SC inseridos nos grandes setores de classificação do IBGE (2010 e 2015)



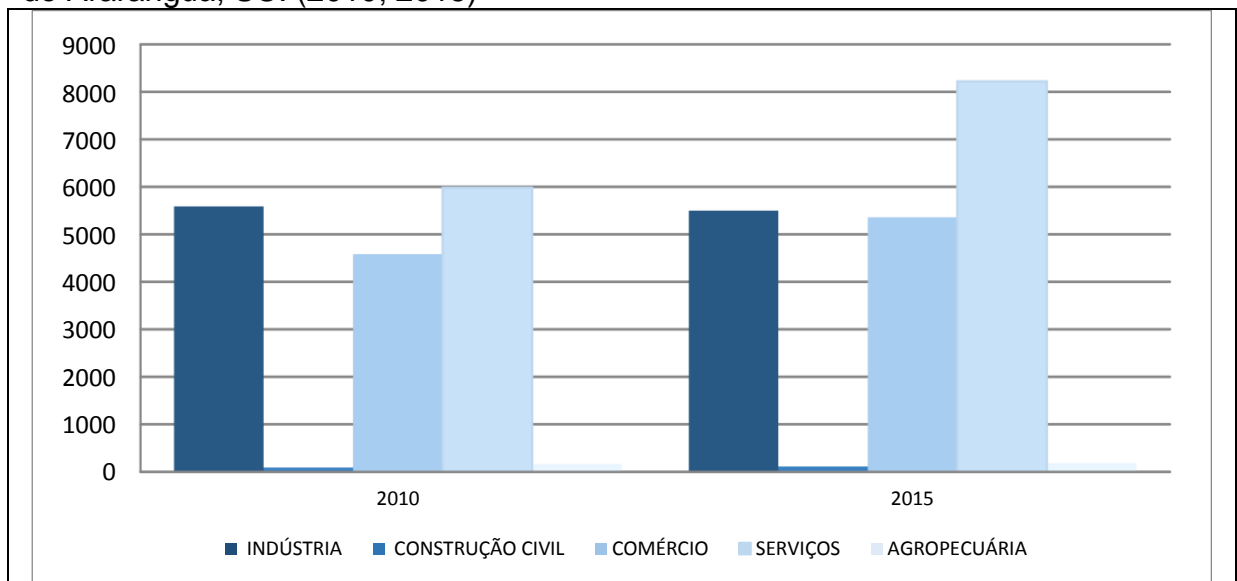
Neste contexto, o Gráfico 11 de um modo geral apresentou um desempenho positivo, pois todos os setores obtiveram aumento de trabalhadores em 2015, sendo que destacaram-se os setores da agropecuária, comércio e serviços, com respectivamente 13,33%, 15,48% e 29,65% de acréscimo comparado ao ano de 2010. Dentro do setor de serviços, apesar do município de Morro Grande não ser o mais populoso, foi o que apresentou em 2015 a maior variação percentual, de 162,42% na quantidade de trabalhadores. Em contrapartida, o setor da indústria foi a

que teve o menor crescimento no decorrer dos anos com apenas 1,57% de 2010 para 2015.

O setor que mais empregava trabalhadores em 2010 era o da indústria, no qual os municípios de Araranguá, Morro Grande, Sombrio e Turvo representam 72,75% dos trabalhadores da região. No ano de 2015 o setor de serviços se sobressai e ultrapassa o setor da indústria, e neste caso os mesmos municípios correspondiam a 62,61% do total da região. A agropecuária é a atividade que emprega menos pessoas, mas cresceu 55,25% no ano de 2015.

O Gráfico 12 aponta a evolução da participação dos trabalhadores do sexo feminino da microrregião de Araranguá nos grandes setores do IBGE em 2010 e 2015.

Gráfico 12- Participação das mulheres nos grandes setores do IBGE - Microrregião de Araranguá, SC. (2010; 2015)



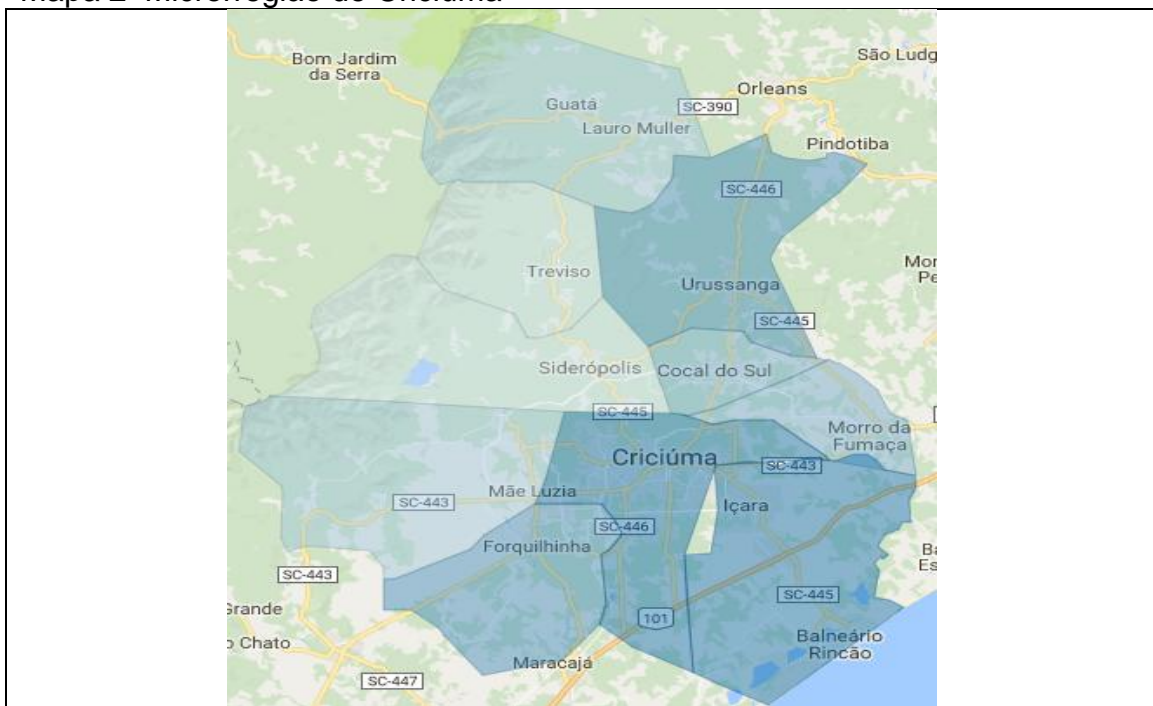
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Em relação a participação feminina nos grandes setores do IBGE, o Gráfico 12 indica uma redução de -2% em 2015 do número de mulheres trabalhando no setor da indústria, porém nos demais setores houve crescimento de 13% da agropecuária, 17% do comércio, 25% da construção e 37% nos serviços. Araranguá apresenta em 2015 uma maior participação feminina no setor de serviço, representando em 38,78% do total. Na somatória de todos os setores, houve um crescimento de 18% no número de trabalhadores no ano de 2015.

2.4.2 Caracterização e contextualização dos municípios da Microrregião de Criciúma

A microrregião de Criciúma é composta por 10 municípios, sendo eles: Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga, que juntos totalizam 369.366 habitantes, abrangendo uma área de 2.091 km² (CIDADE BRASIL, 2017).

Mapa 2–Microrregião de Criciúma



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010)

2.4.2.1 Características demográficas e socioeconômicas da Microrregião de Criciúma, SC

A Tabela 9 destaca a composição demográfica dos 10 municípios que fazem parte da microrregião de Criciúma de acordo com o censo demográfico de 2010.

Tabela 9 - Características demográficas da Microrregião de Criciúma - 2010

Cidades	Área (Km ²)	População total	Homens	Mulheres	Mortalidade infantil	Esperança de vida ao nascer
Cocal do Sul	71,64	15.159	7.523	7.636	11,5	76,5
Criciúma	237,89	192.308	94.607	97.701	12,3	75,8
Forquilha	182,14	22.548	11.307	11.241	11,4	76,6
Içara	289,69	58.833	29.303	29.530	11,4	76,7

Lauro Müller	270,16	14.367	7.187	7.180	14,6	74,3
M. da Fumaça	82,41	16.126	8.078	8.048	14,3	74,5
Nova Veneza	293,69	13.309	6.719	6.590	10,8	77,1
Siderópolis	263,29	12.998	6.480	6.518	10,0	77,8
Treviso	157,53	3.527	1.789	1.738	9,8	77,9
Urussanga	240,85	20.223	9.935	10.288	10,3	77,5

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

A Tabela 10 aponta a estrutura etária dos habitantes dos municípios que fazem parte da microrregião de Criciúma de acordo com o censo demográfico de 2010.

Tabela 10 - Estrutura etária da população da Microrregião de Criciúma– 2010

Cidades	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	População de 65 anos ou mais
Cocal do Sul	2.963	11.317	879
Criciúma	41.545	139.411	11.352
Forquilha	5.747	15.768	1.033
Içara	13.863	41.533	3.437
Lauro Müller	4.024	9.302	1.041
Morro da Fumaça	3.979	11.296	851
Nova Veneza	3.525	8.850	934
Siderópolis	2.697	9.285	1.016
Treviso	661	2.550	316
Urussanga	3.780	14.580	1.863

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, sendo utilizado para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH (ATLAS BRASIL, 2017).

Diante disso, a Tabela 11 aponta as características socioeconômicas dos municípios da microrregião de Criciúma em 2010.

Tabela 11 - Características socioeconômicas da Microrregião de Criciúma - 2010

Cidades	IDHM	Renda per capita (em R\$)	PIB (Valor Adicionado)
Cocal do Sul	0,780	833,24	434.805,00
Criciúma	0,788	1.062,53	3.4791,141
Forquilha	0,753	870,85	4.923,039
Içara	0,741	759,54	1.448.287
Lauro Müller	0,735	678,67	187.231
Morro da Fumaça	0,738	759,25	480.390
Nova Veneza	0,768	805,79	488.676
Siderópolis	0,774	855,02	349.755
Treviso	0,774	784,39	151.482

Urussanga	0,772	883,42	581.728
-----------	-------	--------	---------

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE cidades (2010)

Todos os municípios da microrregião de Criciúma apresentam um índice localizado entre 0,700 e 0,799, considerado um nível alto, sendo que Criciúma se destaca com o melhor índice de 0,788, o que significa que os habitantes deste municípios são detentores de uma melhor qualidade de vida. Em contrapartida, Lauro Muller apresenta o pior índice de 0,735.

Tabela 12 - Escolaridade da população (%) de 25 anos ou mais da Microrregião de Criciúma - 2010

Cidades	Fundamental incompleto e analfabeto	Fundamental incompleto e alfabetizado	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Cocal do Sul	3,4	42,4	18,5	27,6	8,1
Criciúma	3,7	37	18,1	25,7	15,5
Forquilha	5	52,4	17	20,8	4,9
Içara	5,3	49,9	19,1	19,6	6,2
Lauro Müller	6,2	47,1	15,7	24,4	6,6
M. da Fumaça	6,9	53,5	16,8	16,8	6,1
Nova Veneza	4,3	52,2	15,2	19,7	8,7
Orleans	5,5	51,9	16,2	19	7,3
Siderópolis	5,3	46,1	17	24,1	7,5
Treviso	2,8	52,7	18,8	20,9	4,8
Urussanga	3,9	49,3	14,8	22,3	9,7

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

2.4.2.2 Setores de atividade e o emprego na Microrregião de Criciúma, SC

A Tabela 13 aponta a caracterização da ocupação econômica da população dos municípios que fazem parte da microrregião de Criciúma no ano de 2010, no qual observa-se uma predominância da população na faixa economicamente ativa ocupada.

Tabela 13 - Características da população e emprego (%) na Microrregião de Criciúma - 2010

Cidades	Economicamente ativa ocupada	Economicamente desocupada	ativa	Economicamente inativa
Cocal do Sul	71,0	4,2		24,8
Criciúma	73,1	4,1		22,7
Forquilha	78,7	3,8		17,5
Içara	70,8	3,9		25,3
Lauro Müller	63,2	4,6		32,2
Morro da Fumaça	73,4	2,6		24

Nova Veneza	71,9	2,4	25,6
Siderópolis	72,6	4,0	23,4
Treviso	62,0	1,9	36,1
Urussanga	70,2	2,6	27,2

Fonte: Elaborado com base nos dados de PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS BRASIL, 2010).

A Tabela 14 indica a composição do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 da microrregião de Criciúma.

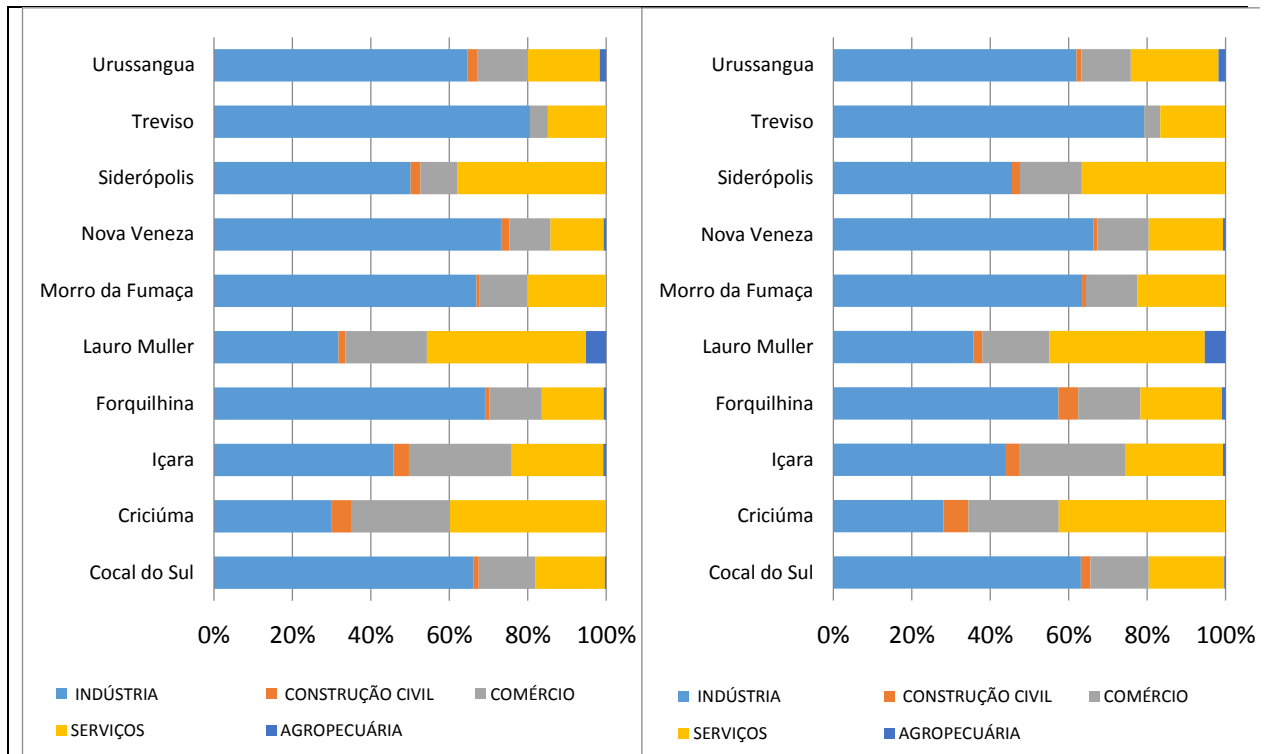
Tabela 14 - Composição do Produto Interno Bruto da Microrregião de Criciúma – 2013

Cidades	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração e Serviços Públicos	Impostos
Cocal do Sul	24.833,023	179.844,167	144.838,291	58.984,906	59.993,288
Criciúma	32.782,696	1.541.437,781	2.646.397,302	656.698,85	691.981,216
Forquilha	43.915,0	186.509,0	158.003,0	85.368,0	51.436,0
Içara	69.464,142	534.770,052	501.379,913	190.533,694	240.274,771
Lauro Müller	33.085,8	60.521,996	86.879,698	53.030,276	10.642,719
M. Fumaça	12.812,367	213.440,825	163.844,98	58.461,659	66.847,484
N. Veneza	44.940,667	164.497,423	137.394,485	51.488,037	71.460,277
Siderópolis	16.143,987	219.706,463	93.397,14	47.576,929	27.975,686
Treviso	10.276,339	157.683,92	51.592,872	19.488,705	4.706,287
Urussanga	27.905,849	295.931,032	146.244,595	76.353,099	64.259,587

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE cidades (2010)

No Gráfico 13 está descrito a participação dos trabalhadores da microrregião de Criciúma nos grandes setores do IBGE, nos períodos de 2010 e 2015.

Gráfico 13 - Trabalhadores da Microrregião de Criciúma, SC inseridos nos grandes setores do de classificação do IBGE em 2010 e 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

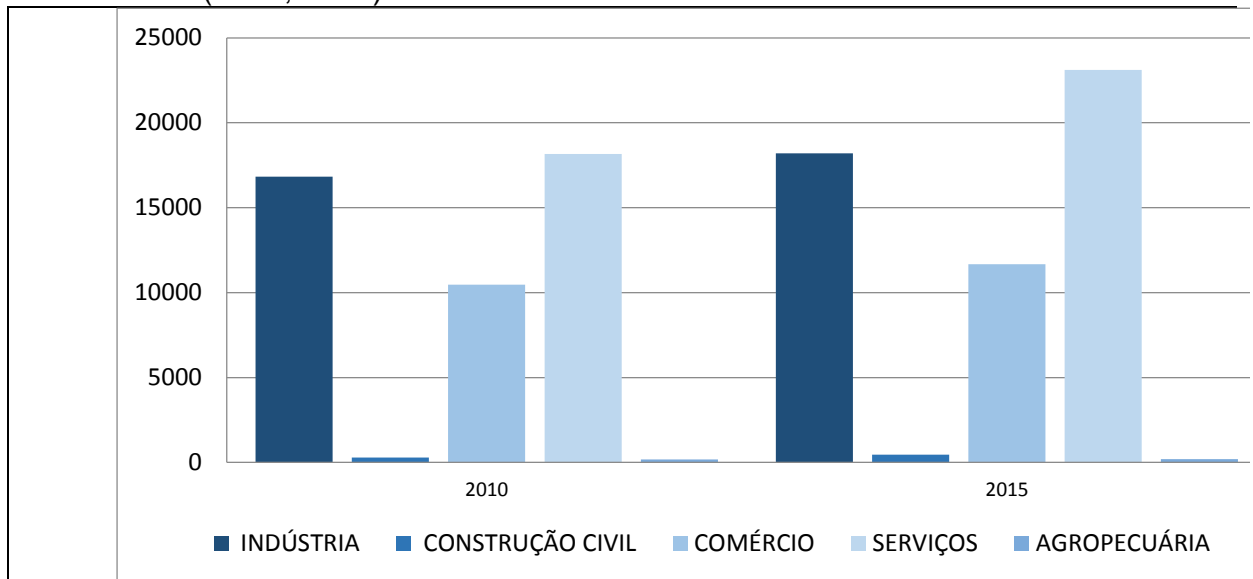
Na análise do Gráfico 13, observa-se que a microrregião de Criciúma, assim como na microrregião de Araranguá, apresentou de um modo geral um crescimento da quantidade de trabalhadores em todos os grandes setores do IBGE, no qual destacaram-se os setores agropecuária, serviços e construção civil com aumentos respectivos de 13,02%, 21,82% e 36% se comparado com o ano de 2010.

Dentro do setor da construção civil, que foi o que mais aumentou, Forquilhina apesar de não ser o município mais representativo dentro da microrregião, foi o município que em 2015 destacou uma variação bem acentuada, de 357,50% no número de trabalhadores. Por outro lado, o setor que apresentou um grau menor de crescimento de 3,86% foi o da indústria em 2015.

Em 2010 e 2015 o setor da indústria foi o que mais empregou trabalhadores, no qual somente o município de Criciúma representava 36,68% do total dos trabalhadores da microrregião. Em 2015 a quantidade dos trabalhadores deste mesmo setor cresceu 3,86% se mantendo na frente dos demais, entretanto, o setor de serviços teve um avanço de 21,82% se posicionando como segundo setor mais empregatício. A agropecuária ainda é o setor que menos emprega trabalhadores.

O Gráfico 14 indica o aumento da participação feminina nos grandes setores do IBGE dos municípios da microrregião de Criciúma em 2010 e 2015.

Gráfico 14 - Participação das mulheres nos grandes setores do IBGE – Microrregião de Criciúma (2010; 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Ao verificar os dados do Gráfico 14, enxerga-se que de 2010 para 2015 há uma maior participação dos trabalhadores do sexo feminino nos grandes setores da economia, dentre eles a construção civil teve um aumento de 56,71% de mulheres trabalhando em 2015, nos demais setores houveram acréscimos de 6,82% da agropecuária, 8,17% da indústria, 11,44% do comércio e 27,27% nos serviços. Dentro do setor de serviços que é o maior em 2015, o município de Criciúma representa 69,23% de toda a microrregião. Na somatória de todos os setores, houve um crescimento de 17,22% no número de trabalhadores mulheres no ano de 2015.

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi de natureza descritiva e define-se da seguinte forma: “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2010, p.28).

O tipo de pesquisa foi documental e bibliográfica, no qual define-se: “A característica da pesquisa documental é que a fonte e coleta e dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.157). A pesquisa bibliográfica “utiliza bibliografia tornada pública acerca do tema estudado.” (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada em arquivos públicos, necessários para definições de conceitos importantes e fontes estatísticas que permitem localizar dados relativos aos trabalhadores. Os dados foram obtidos em bases estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)¹. Pretende-se identificar, no período de 2006 e 2015, quais são os índices de participação dos trabalhadores dos setores de abate e fabricação de carne. Posteriormente identifica-se e define o perfil social dos trabalhadores, como a idade, o sexo e a escolaridade.

Após essa primeira etapa, é de suma importância analisar a faixa salarial desses trabalhadores. Como apresentado na fundamentação teórica, verifica-se características muito importantes no ambiente de trabalho, como a insalubridade, esforço físico muito intenso do trabalhador e movimentos muito repetitivos em algumas atividades desenvolvidas.

Além de todas estas questões observadas, foi analisado também o movimento de migração realizada todos os dias pelos trabalhadores, fator este que

¹BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/comparativo-rais-x-caged.htm>

impacta diretamente na qualidade de vida.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Foi realizada uma análise quantitativa de diversas variáveis envolvidas no mercado de trabalho do setor de abate e fabricação de produtos de carnes no estado catarinense, especificamente, em municípios das microrregiões de Araranguá e Criciúma. Define-se a análise quantitativa como descrições numéricas e estatísticas dos dados (RICHARDSON, 1999).

4 O EMPREGO NO RAMO DO ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA, SC

Neste Capítulo serão apresentados os resultados e a análise das pesquisas nas bases de dados documentais das identificações das características da participação de trabalhadores na atividade de abate e fabricação de produtos de carne nas Microrregiões de Araranguá e Criciúma, SC, 2006 – 2015, bem como apresentar o seu perfil sócio demográfico (sexo, idade, escolaridade) destes trabalhadores.

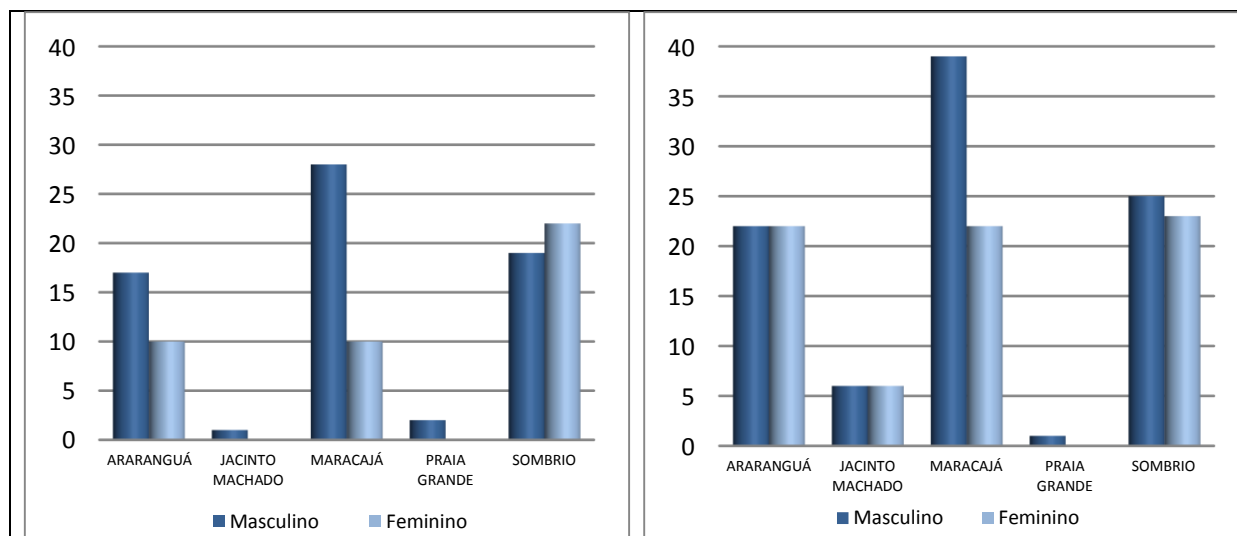
A seguir, será verificada as características do trabalho (faixa salarial, rotatividade e tempo de trabalho); Examina-se, neste contexto, a existência de mobilidade extrarregional dos trabalhadores na atividade de Abate e Fabricação de produtos de Carne na microrregião de Araranguá e microrregião de Criciúma.

4.1 O PERFIL DO TRABALHADOR NA ATIVIDADE DE ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA

De acordo com Borjas (2012), os trabalhadores são um dos principais componentes fundamentais para a formação do mercado de trabalho de uma economia capitalista que visa a obtenção da maximização dos lucros da empresa. Nesse sentido, os empresários buscam contratar a mão de obra que os levem a atingir tal objetivo.

Nessa seção são apresentados os dados referentes ao sexo dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Araranguá em 2010 e 2014, ressaltando que devido ao volume numeroso dos dados obtidos do município de Morro Grande, este será apresentado separadamente devido ao fato de se posicionar fora do padrão visualizado nos demais municípios, conforme destacado no Gráfico 15.

Gráfico15 - Sexo dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Ao analisar o perfil sócio demográfico dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Araranguá, o Gráfico 15 apresenta uma predominância dos trabalhadores do sexo masculino neste setor produtivo em quase todos os municípios, porém observa-se que estes são detentores de pouca participação neste setor, uma vez que os trabalhadores do sexo masculino e feminino dos municípios de Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Praia Grande e Sombrio juntos somente equivalem respectivamente a 8,8% e 4,64% do total.

Dentre os municípios, Maracajá apresentou um crescimento maior de trabalhadores homens e mulheres, apontando respectivamente crescimentos de 39% e 120% em 2015, comparado com 2010.

Seguindo este conceito, Tabela 15 apresenta a composição do sexo dos funcionários da atividade de Abate e Fabricação de produtos de carne no município de Morro Grande, que apresentam uma forte presença deste tipo de atividade em 2010 e 2015.

Tabela 15 - Sexo dos trabalhadores de Morro Grande (2010; 2015)

Sexo	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Masculino	694	44,57	676	48,39
Feminino	863	55,43	721	51,61
Total MG	1.557	100	1.397	100

Fonte: Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Ao apontar o município de Morro Grande pode-se notar que há um destaque da sua representatividade para toda a microrregião de Araranguá, pois nos períodos destacados na tabela acima, os trabalhadores do sexo masculino e feminino representam mais de 90% da quantidade total de todos os municípios da

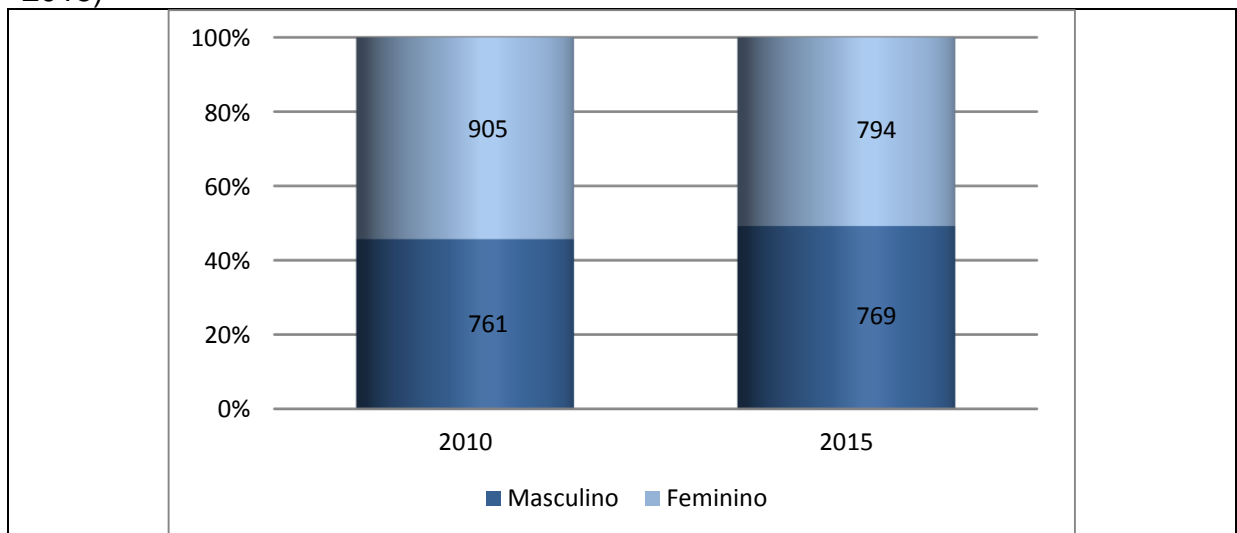
região. Porém ambos os sexos apresentaram uma redução do número de trabalhadores em 2015.

Nota-se que há uma participação feminina mais ativa, no qual em 2010 detinha 863 mulheres trabalhando em contrapartida com os 694 homens, indicando que os trabalhadores do sexo feminino são 24% a mais que os homens. Em 2015 o mesmo aspecto da participação feminina maior se repete em Morro Grande, com 7% a mais de mulheres, onde agora são 721 trabalhadores mulheres contrapondo os 676 trabalhadores homens.

Conforme verifica-se por meio dos dados extraídos do Atlas Brasil, o município de Morro Grande em 2010 tinha apenas 2.890 mil habitantes em um território, com aproximadamente 257,27 Km², sendo ressaltado a discrepância existente entre os trabalhadores do setor de Abate e Fabricação de produtos de carne e dos grandes setores do IBGE devido a existência da mobilidade de trabalhadores de outras regiões próximas e também de outros países para trabalharem no município.

O Gráfico 16 destaca a somatória dos trabalhadores do sexo masculino e feminino da microrregião de Araranguá nos anos de 2010 e 2015.

Gráfico 16 - Sexo total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



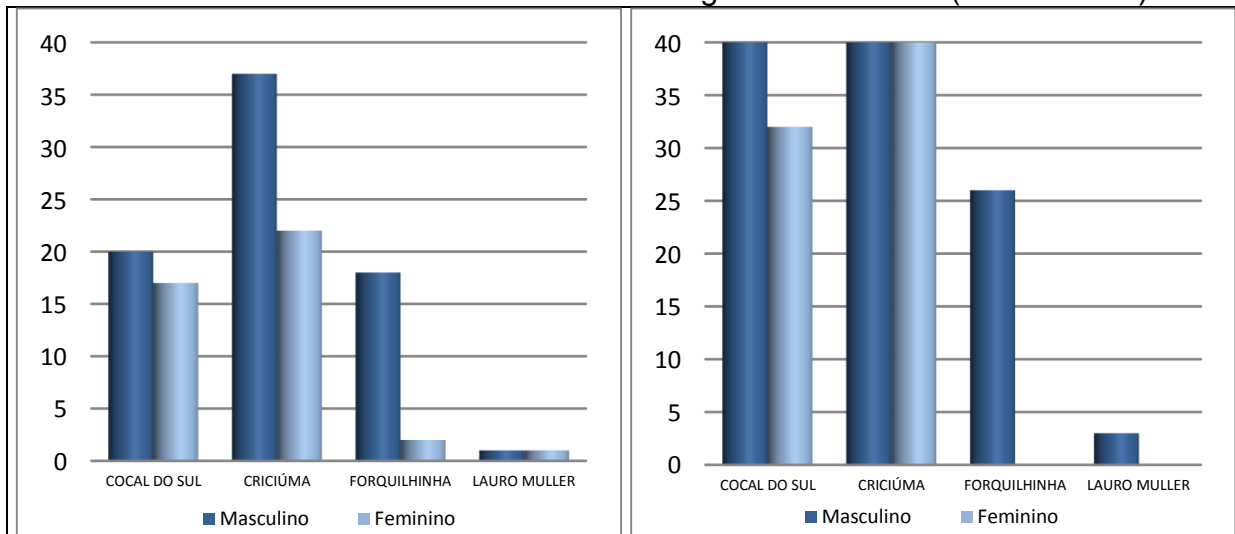
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Em relação ao total de trabalhadores do sexo feminino e masculino dos municípios da microrregião de Araranguá, verifica-se que, nos anos de 2010 e 2015, há um aumento bem pequeno, de apenas 8 trabalhadores homens, contudo as mulheres ao invés de expor um aumento no ano de 2015 comparado ao ano

anterior, expressou-se uma redução de -12% do número de mulheres trabalhando neste setor. Esta contração pode ser explicada pela maior participação das mulheres em 2015 trabalhando em outros setores da economia, como os setores da construção, comércio e principalmente do setor de serviços que destacou um aumento em todos os municípios de 37% em relação a 2010. O município de Morro Grande é o que detém uma maior predominância deste ramo de atividade na microrregião de Araranguá, mostrando-se contrário aos demais municípios, no qual somente ele representa 93,46% do total de trabalhadores em 2010 e 89,38% em 2015.

O Gráfico 17 aponta a composição do sexo dos trabalhadores do setor de Abate e Fabricação de produtos de carne na microrregião de Criciúma em 2010 e 2015. Cabe ressaltar que os municípios de Forquilha e Nova Veneza serão apresentados separados por conterem números altos.

Gráfico 17 - Sexo dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2017).

Na microrregião de Criciúma, os trabalhadores homens são a maioria em quase todos os municípios, exceto em Forquilha que apresenta 29% a mais de trabalhadores mulheres em 2010. O mesmo aspecto se aplica para o ano de 2015, só que em patamares menores, com 2% de prevalência do sexo feminino. Os municípios de Forquilha e Nova Veneza representam cerca de 97% do total de todos os trabalhadores, enquanto em contrapartida, os demais municípios juntos representam uma pequena participação de 3,31%.

A Tabela 16 especifica a formação do sexo dos trabalhadores do município de Forquilha em 2010 e 2015, apontando quais trabalhadores são a maioria e qual sua participação na microrregião como um todo.

Tabela 16 - Sexo dos trabalhadores de Forquilha (2010; 2015)

Sexo	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Masculino	777	43,63	926	49,47
Feminino	1.004	56,37	946	50,53
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Os trabalhadores de ambos os sexos no total da atividade de abate e fabricação de carnes tiveram um crescimento de 5,11% de 2010 para 2015, assim como os trabalhadores do sexo masculino que retratou um acréscimo de 19,18% em 2015, apesar disso, inversamente a esta expansão no quadro de funcionários, repara-se que o sexo feminino manifestou uma diminuição de - 5,78%. As mulheres são a maioria entre os trabalhadores, correspondendo em 2010 a 53,67% e em 2015 a 50,53% do total de Forquilha.

A Tabela 17 faz a mesma descrição do sexo dos trabalhadores, porém agora é do município de Nova Veneza como pode-se ver abaixo:

Tabela 17 - Sexo dos trabalhadores de Nova Veneza (2010; 2015)

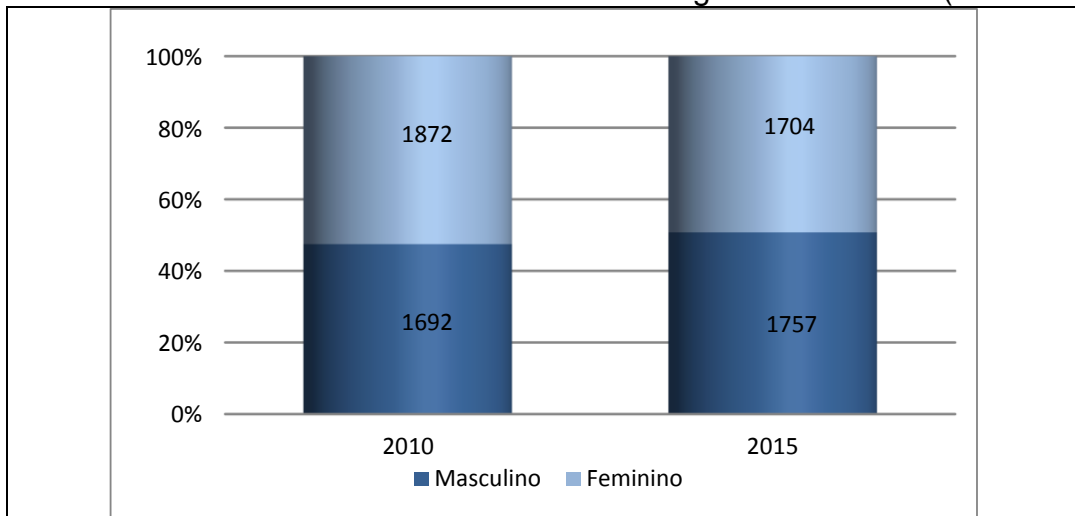
Sexo	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Masculino	839	50,39	712	51,22
Feminino	826	49,61	678	48,78
Total NV	1.665	100	1.390	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Verifica-se que neste município entre 2010 e 2015 houve um encolhimento em torno de 16,52% do montante de funcionários no setor. Nos dois anos os trabalhadores do sexo masculino são a maior parte, no qual equivale a 51,22% do total em 2015.

O Gráfico 18 descreve a somatória da composição dos trabalhadores do sexo masculino e feminino na microrregião de Criciúma em 2010 e 2015. Destaca na formação do quadro de trabalhadores deste setor, a existência de dois municípios, que são Forquilha e Nova Veneza com alta concentração da atividade de abate e fabricação de produtos de carnes na região.

Gráfico 18 - Sexo total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)

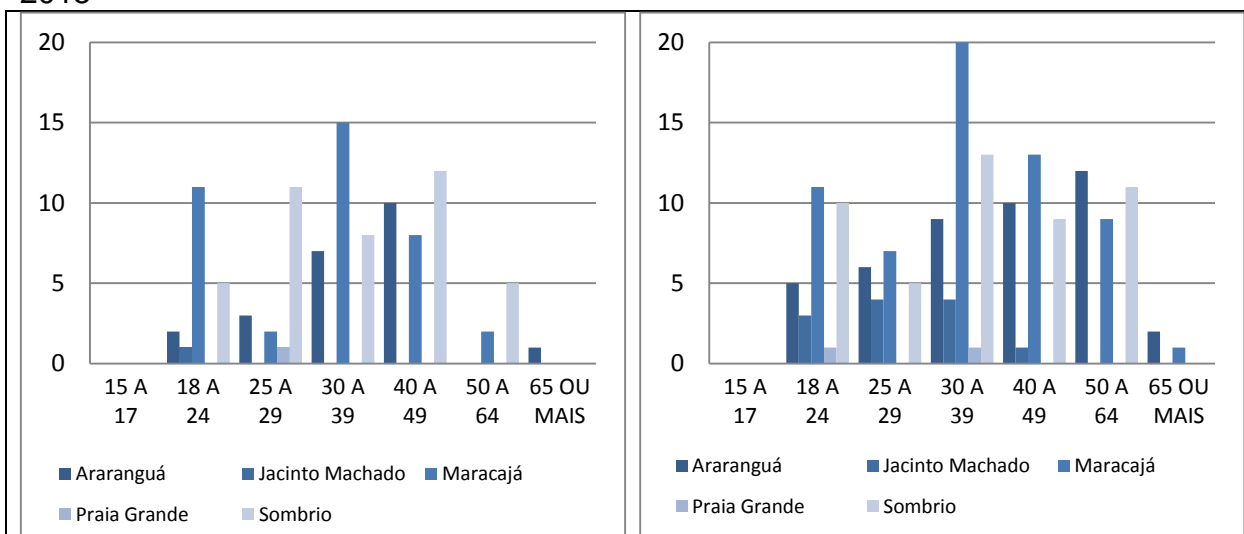


Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

No contexto geral, ao analisarmos a somatória dos trabalhadores inseridos nesta atividade, mostra-se um crescimento positivo, mas em patamares baixos dos trabalhadores do sexo masculino no setor, enquanto observa-se que há um decréscimo de -9% na quantidade de trabalhadores do sexo feminino. Ao relacionar com o Gráfico 14 é possível notar que a participação feminina em outros setores aumentou de 2010 para 2015, explicando então essa diminuição da participação feminina no setor de abate de carnes.

Na seção a seguir, o Gráfico 19 dispõe a formação da faixa etária dos trabalhadores do setor de abate e fabricação de produtos de carnes da microrregião de Araranguá, apontando o perfil característico deste tipo de atividade.

Gráfico 19 - Faixa etária dos trabalhadores na microrregião de Araranguá – 2010 e 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

A partir do Gráfico 19, percebe-se que em 2015 houve um aumento dos trabalhadores de todas as faixas etárias em relação ao ano de 2010 de aproximadamente 61%, diante disso, cabe ressaltar o crescimento de 57% da faixa etária entre 30 e 39 anos. Entretanto o crescimento maior apresentado foi na faixa etária mais velha de 50 a 64 nos municípios de Araranguá, Maracajá e Sombrio.

De acordo com os dados em 2010 e 2015 predominava nos municípios da microrregião de Araranguá uma faixa etária de trabalhadores da atividade de abate e fabricação de produtos de carnes não tão jovens, entre 30 a 39 anos e 40 a 49 anos.

A Tabela 18 aponta a composição da faixa etária dos trabalhadores do município de Morro Grande.

Tabela 18 - Faixa etária dos trabalhadores de Morro Grande (2010; 2015)

Idade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
15 a 17	0	0	0	0
18 a 24	601	38,60	323	23,12
25 a 29	292	18,75	274	19,61
30 a 39	404	25,95	396	28,35
40 a 49	220	14,13	272	19,47
50 a 64	40	2,57	131	9,38
65 ou mais	0	0	1	0,07
Total MG	1.557	100	1.397	100

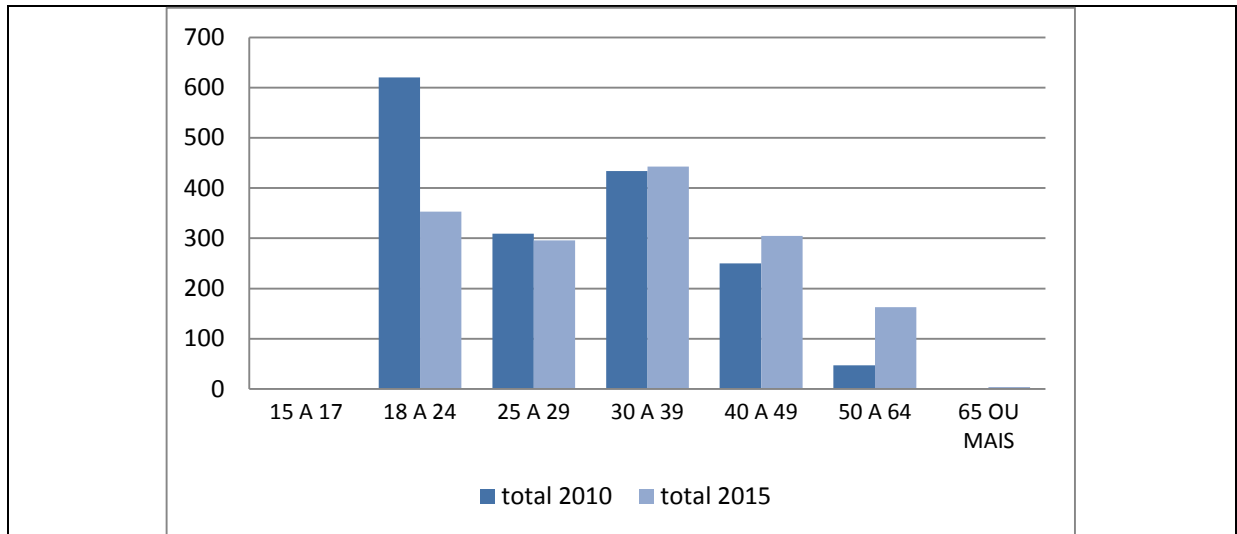
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

De acordo com a tabela acima, observa-se que em 2010 os trabalhadores do município de Morro Grande são compostos por mais jovens da faixa etária de 18 a 24 anos que condiz a 36,18% do total de todas as idades dos empregados desta atividade, no entanto em 2015 a faixa etária predominante muda para 30 a 39 anos que neste período equivale a 35,32%.

Observa-se um processo de retração entre os períodos destacados, do número de trabalhadores com faixa etária jovem, com idades entre 15 a 39 anos que contrapõe com o aumento em 2015 de trabalhadores mais velhos com idades entre 40 anos ou mais.

O Gráfico 20 refere-se a somatória dos trabalhadores dos município da microrregião de Araranguá, incluindo Morro Grande em 2010 e 2015.

Gráfico 20 - Faixa etária total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá – 2010 e 2015

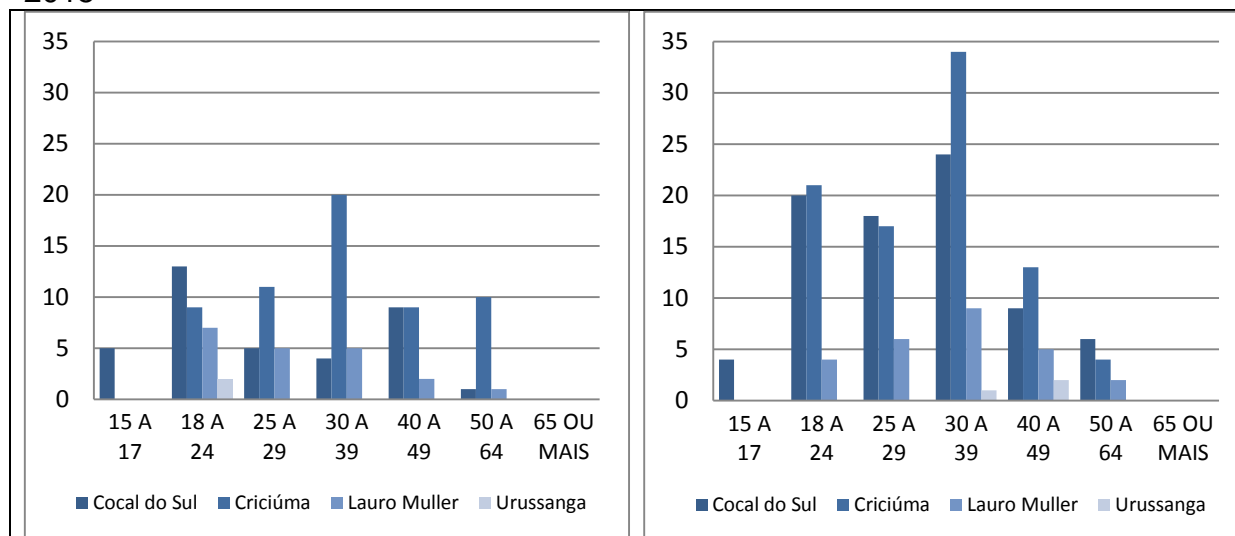


Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

De acordo com o Gráfico 20, em 2010 desponta os trabalhadores do setor de abate de carne da faixa etária mais jovem, entre 18 e 24 anos, que corresponde a 37,33% e também predomina a faixa etária de 30 a 39 anos com 26,13% da faixa etária total da microrregião de Araranguá. Ao relacionar com a Tabela 29 que descreve a estrutura da população da microrregião de Araranguá, percebe-se que esta é a faixa etária que predomina em todos os municípios, devido a isso há uma maior oferta de mão de obra que é alocada nas diversas atividades da região. Posteriormente em 2015 enxerga-se como um todo que as faixas etárias mais jovens vão caindo e as mais velhas vão aumentando simultaneamente, visualizando assim uma nova faixa etária de trabalhadores.

O Gráfico 21 aponta para a organização da faixa etária dos trabalhadores na microrregião de Criciúma, frisando que os municípios de Forquilha e Nova Veneza, SC, serão feitos a análise posterior.

Gráfico 21 - Faixa etária dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Nos municípios que compõem a microrregião de Criciúma, os trabalhadores jovens são também a maioria, alcançando a faixa etária de 18 a 24 anos um patamar de 26,27% do montante desta microrregião, excluindo neste momento os municípios de Forquilha e Nova Veneza que serão estudados adiante.

Somando todas as idades dos trabalhadores dos municípios, cabe ressaltar que no intervalo de 5 anos resultou num acréscimo de 69% dos trabalhadores de todas as idades, salientando que ocorreu um aumento de 134% dos trabalhadores com a idade entre 40 e 49 anos, no mesmo momento em que a faixa etária mais jovem que se localiza entre 18 a 24 cresceu em um nível mais baixo, de 45,16% em 2015 comparado ao ano de 2010.

A Tabela 19 destaca a faixa etária dos trabalhadores de Forquilha em 2010 e 2015.

Tabela 19 - Faixa etária dos trabalhadores de Forquilha

Idade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
15 a 17	2	0,11	3	0,16
18 a 24	489	27,86	425	22,70
25 a 29	365	20,49	338	18,06
30 a 39	547	30,71	571	30,50
40 a 49	336	18,87	413	22,06
50 a 64	41	2,30	122	6,52
65 ou mais	1	0,06	0	0
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

A idade que predomina neste município em 2010 situa-se entre 30 a 39 anos, que corresponde a 30,71% do total de todas as idades, em seguida a faixa etária de 18 a 24 anos, que equivale a 27,46%, juntas representam 58,17%, significando que este trabalho é formado por trabalhadores homens e mulheres mais jovens. Porém 2015 retrata uma redução de -10,66 dos trabalhadores de idades de 18 a 24 e 25 a 29 anos.

A Tabela 20 expõe a faixa etária dos trabalhadores de Nova Veneza nos períodos de 2010 e 2015.

Tabela 20 - Faixa etária dos trabalhadores de Nova Veneza

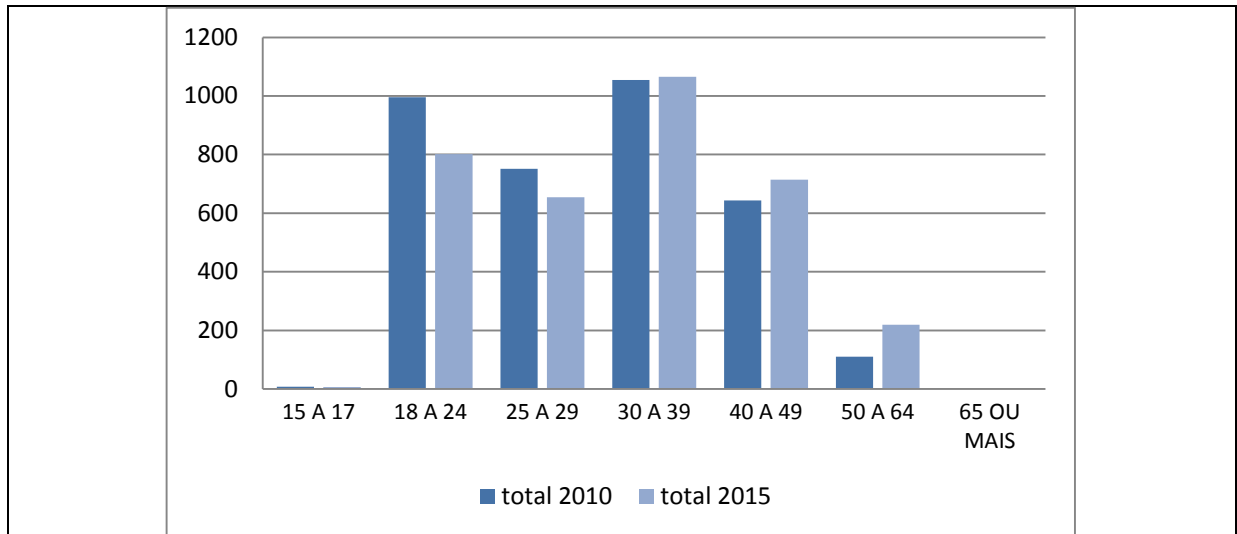
Idade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
15 a 17	1	0,06	0	0
18 a 24	476	29,37	332	23,88
25 a 29	365	21,92	275	19,78
30 a 39	478	32,85	426	30,65
40 a 49	287	20,18	272	19,57
50 a 64	57	2,46	85	6,12
65 ou mais	1	0,06	0	0
Total NV	1.665	100	1.390	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2017).

Conforme a Tabela 20, quase todas as faixas etárias obtiveram quedas na quantidade de trabalhadores em 2015, sendo a queda maior na idade de 18 a 24 anos com 30,25% e entre 25 a 29 anos com 24,66%. O que chama a atenção é o fato de haver um crescimento da faixa etária mais velha de 50 a 64 anos de cerca de 49,12%, ou seja, quase duplicou o número de trabalhadores com essa idade presente no quadro de funcionários do setor de abate de carne.

O Gráfico 22 consistirá em descrever e apresentar a somatória da faixa etária dos municípios da microrregião de Criciúma que possuem a presença da atividade de abates de carne.

Gráfico 22- Faixa etária total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015



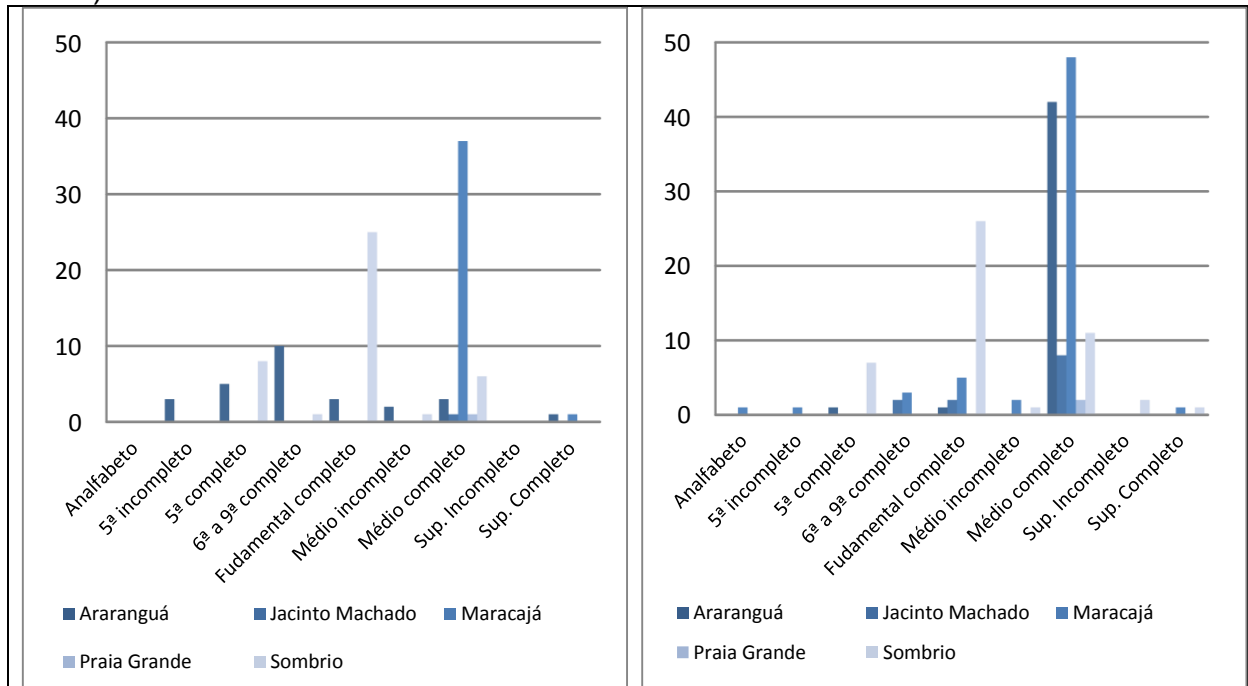
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2017).

Em concordância com o Gráfico 22 quando se refere a somatória de todos os trabalhadores incluso neste setor, atenta-se para a questão de haver uma queda no período de 2015 nas idades mais inferiores, entre 15 e 29 anos e contrapartida há um aumento das idades maiores que vão desde 30 a 64 anos de idade.

Em termos de quantidade de trabalhadores, nos municípios da microrregião de Criciúma 29,57% dos empregados no ano de 2010 tem a faixa etária entre 30 e 39 anos de idade sendo os mais representativos nesta região. No ano de 2015 esta mesma faixa etária representava 30,77% do total.

O Gráfico 23 refere-se ao nível de escolaridade dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Araranguá nos anos de 2010 e 2015.

Gráfico 23 - Escolaridade dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (200; 2015)

Observando os dados do Gráfico 23 percebe-se que em 2010 não havia nenhum trabalhador analfabeto, fato este que se modifica no ano de 2015, pois já conta com um empregado analfabeto. Os níveis de escolaridade do 5ª incompleto, 5ª completo e 6ª a 9ª completo apresentaram redução respectivamente de -66,67%, -38,46% e -54,55% do número de trabalhadores desta atividade. Em relação ao volume dos trabalhadores em 2010, a escolaridade médio completo representa 44,44% em relação a todos os níveis de escolaridade do período.

Contrariando o decréscimo acima destacado, os indicadores apontam para uma melhoria no quadro de funcionários que possuem um grau de escolaridade maior, uma vez que houve 21,43% de crescimento da massa de trabalhadores com ensino fundamental completo. Observa-se ainda que o maior pico de crescimento destes trabalhadores foi de 131,25% no ensino médio completo, indicando desse modo que está havendo um processo de maior qualificação da mão de obra operária.

A Tabela 21 descreve especificamente a escolaridade dos trabalhadores do setor de atividades de abate e fabricação de carne do município de Morro Grande em 2010 e 2015.

Tabela 21 - Escolaridade dos trabalhadores de Morro Grande (2010; 2015)

Escolaridade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Analfabeto	8	0,51	4	0,29
5ª Incompleto	61	3,92	90	6,44
5ª Completo	125	8,03	99	7,09
6ª a 9ª Completo	342	21,97	265	18,97
Fund. Completo	395	25,37	323	23,12
Médio Incompleto	209	13,42	163	11,67
Médio Completo	362	23,25	414	29,63
Superior Incompleto	39	2,50	14	1
Superior Completo	16	1,03	25	1,79
Total MG	1.557	100	1.397	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

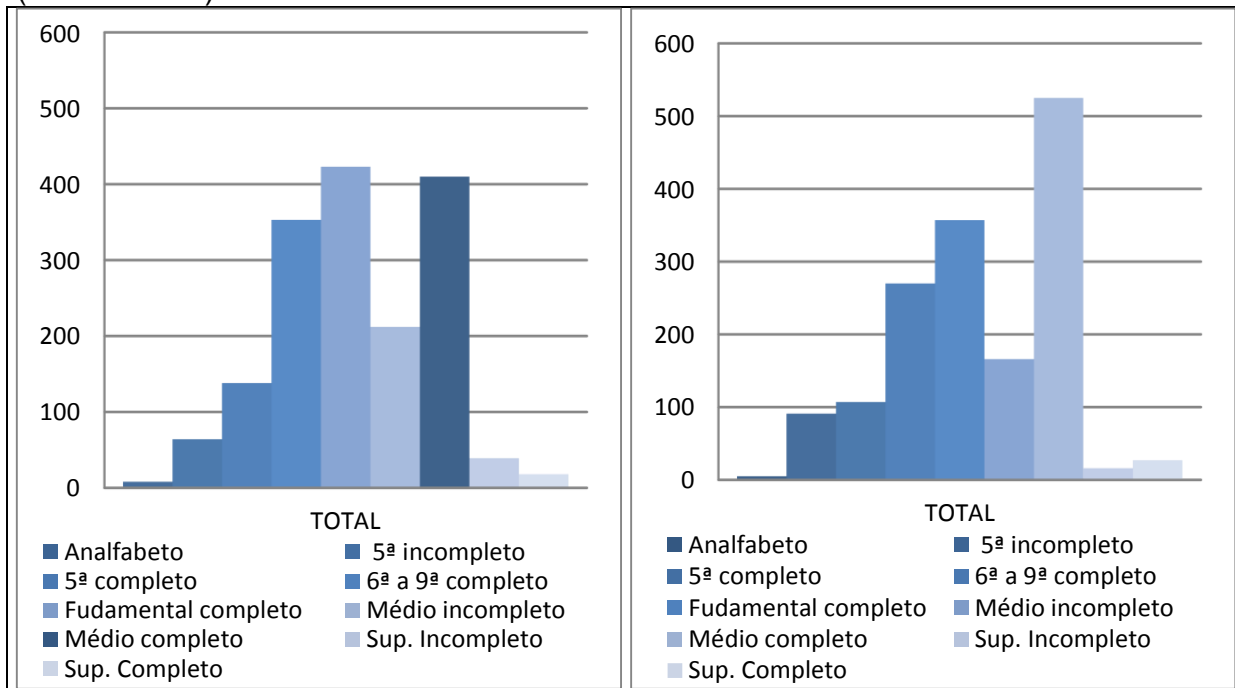
As informações a respeito do grau de escolaridade dos trabalhadores de Morro podem ser examinadas na Tabela 21, onde em 2010 concentra-se em entre 6ª a 9ª completo e médio completo, constituindo 78,56% de toda a mão de mão da microrregião Araranguá, a apenas 3,30% da mão de obra tem o ensino superior incompleto e superior completo.

Ao compararmos o nível de escolaridade do município de Morro Grande com o nível da população com 25 anos ou mais da microrregião de Araranguá, ambos no ano de 2010, conforme exposto na Tabela 6, observa-se que em média 52,76% da mão de obra total possuem ensino fundamental incompleto e alfabetizado, enquanto que em Morro Grande, são 23,72% de trabalhadores com ensino fundamental completo, isto significa dizer que o município de Morro Grande se encontra com níveis superiores de escolaridade.

Em relação a somatória de todos os níveis de escolaridade para o município, identifica-se uma retração de aproximadamente -10,28% da quantidade da mão de obra no período de 2015. Mais detalhadamente, o recuo maior foi de -64,10% no ensino superior incompleto e numa média de -20% para os níveis de ensino 5ª completa, 6 a 9ª completa, fundamental completa, e médio incompleto.

O Gráfico 24 discorre sobre a somatória da escolaridade dos trabalhadores do setor de abate e fabricação de produtos de carne de todos os municípios pertencentes a microrregião de Araranguá nos anos de 2010 e 2015.

Gráfico 24 - Escolaridade total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

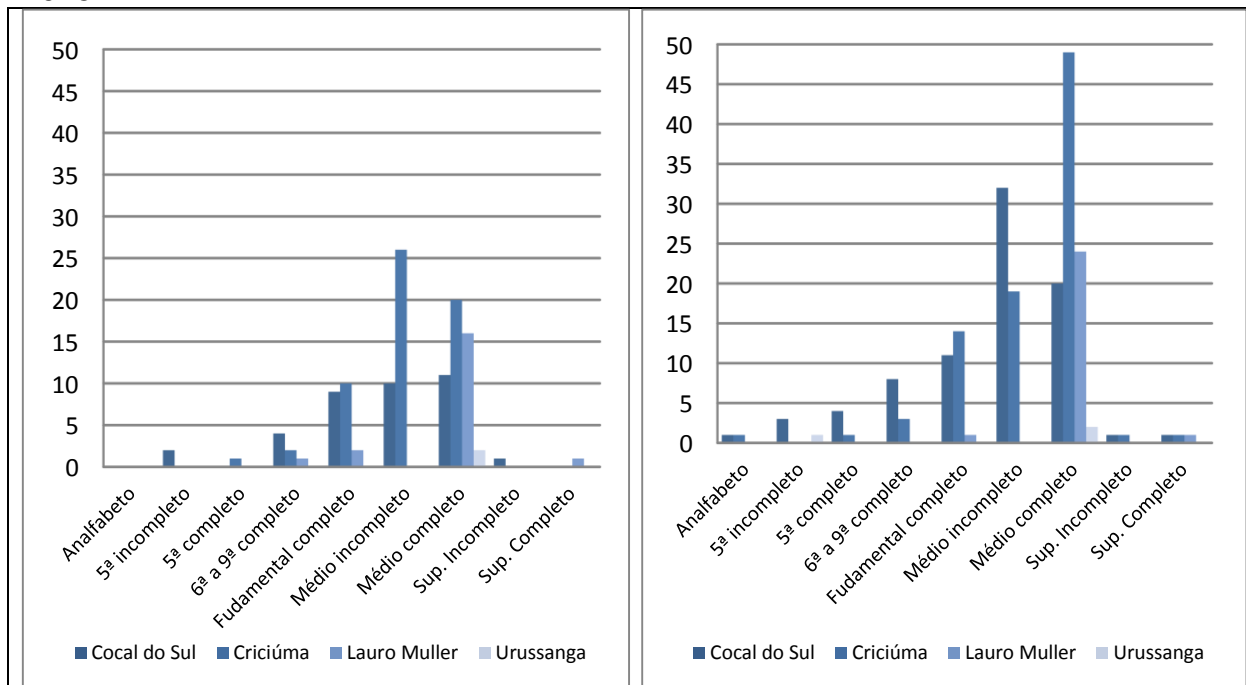
No conjunto dos municípios da microrregião de Araranguá conforme destaca no Gráfico 24, o grau de escolaridade dos trabalhadores que predomina em 2010 é o ensino fundamental com um percentual considerável de 25,41% em relação ao total e em segundo lugar, com 24,62%, encontra-se o ensino médio completo, que juntos apresentam um total de 50,03% da mão de obra da região. O índice de trabalhadores analfabetos é bem inferior aos demais níveis de escolaridade neste ano, sendo 0,48% do total e em 2015 este índice cai mais ainda para 0,32%.

Numa análise comparativa entre 2010 e 2015 dos municípios produtores de carne da microrregião de Araranguá, observa-se que no último período citado, o ensino médio completo se sobressai e cresce aproximadamente 28% em comparação com o ano de 2010, passando então a representar 33,57% da mão de obra absoluta da microrregião. Também pode-se chamar a atenção para o fato de haver um aumento de 50% dos trabalhadores com alto nível de escolaridade, ou seja com ensino superior completo para desempenharem funções de maior complexidade dentro da indústria da carne, visto que vive constantes transformações.

Ao comparar o Gráfico 24 com a Tabela 12 que descreve a escolaridade da população com 25 anos ou mais da microrregião de Criciúma de acordo com os dados do censo de 2010, observa-se que os trabalhadores do setor de abates de carne possuem um grau de escolaridade maior, pois a maioria tem ensino médio completo, enquanto que os trabalhadores de outros setores da economia tem apenas o ensino fundamental incompleto e alfabetizado.

O Gráfico 25 aponta a escolaridade dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Criciúma em 2010 e 2015, excluindo neste primeiro momento os municípios de Forquilha e Nova Veneza.

Gráfico 25 - Escolaridade dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

Com base nos dados do Gráfico 25, observa-se que no ano de 2010 a escolaridade da mão de obra do setor de abate de carnes se concentrava principalmente com 41, 53% no ensino médio completo, em seguida vem com 30,51% o ensino médio incompleto, 17,80% para o ensino fundamental completo, 5,93% de 6ª a 9ª completo, 5ª incompleto e completo representam 2,54% e apenas 1,69% de ensino superior incompleto e completo. Trabalhadores analfabetos não havia nenhum neste período.

O ano de 2015 foi marcado por aumento de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, neste ano também apresentou-se uma concentração de 47,74% de trabalhadores com ensino médio completo e 25,63% de ensino médio

incompleto, percentuais estes referente ao total da mão de obra destes municípios. A escolaridade de 6ª a 9ª apresentou crescimento menor de 5,53% e os demais níveis de escolaridade obtiveram crescimentos médio de 1,61%, inclusive dos trabalhadores analfabetos que não havia em 2010.

A Tabela 22 especifica a escolaridade dos trabalhadores do município de Forquilha, nos anos de 2010 e 2015, descrevendo sua representatividade na microrregião de Criciúma.

Tabela 22 - Escolaridade dos trabalhadores de Forquilha (2010; 2015)

Escolaridade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Analfabeto	1	0,06	2	0,11
5ª Incompleto	155	8,70	54	2,88
5ª Completo	148	8,31	63	3,37
6ª a 9ª Completo	414	23,25	325	17,36
Fund. Completo	214	12,02	364	19,44
Médio Incompleto	263	14,77	264	14,10
Médio Completo	493	27,68	679	36,27
Superior Incompleto	45	2,53	50	2,67
Superior Completo	48	2,70	71	3,79
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

De acordo com a Tabela 22, em 2010 o município de Forquilha possuía trabalhadores com todos os níveis de escolaridade, no qual em 1º lugar com 26,35% está a mão de obra com ensino médio completo e em segundo lugar com 22,13% vem a escolaridade de 6ª a 9ª completa, ambos os níveis juntos somam 48,48 % da mão de obra dos trabalhadores, configurando quase a metade do todo do município. No ano de 2015 o ensino médio completo ainda predomina com 36,27%, porém os trabalhadores com ensino fundamental completo, com 19,44% passam neste período a ocupar a 2ª posição de maior número de trabalhadores.

Em análise paralela com os dados do censo de 2010 dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Criciúma, dispostos na Tabela 12 que indica uma predominância de trabalhadores com escolaridade fundamental incompleto e alfabetizado, diferentemente dos trabalhadores do agronegócio da carne que tem uma concentração em um nível maior.

A Tabela 23 indica a escolaridade dos trabalhadores do município de Nova Veneza em 2010 e 2015.

Tabela 23 - Escolaridade dos trabalhadores de Nova Veneza (2010; 2015)

Escolaridade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Analfabeto	11	0,66	2	0,14
5ª Incompleto	69	4,14	126	9,06

5ª Completo	198	11,89	164	11,80
6ª a 9ª Completo	392	23,54	257	18,49
Fund. Completo	163	9,79	131	9,42
Médio Incompleto	278	16,70	239	17,19
Médio Completo	436	26,19	405	29,14
Superior Incompleto	55	3,30	34	2,45
Superior Completo	63	3,78	32	2,30
Total NV	1.665	100	1.390	100

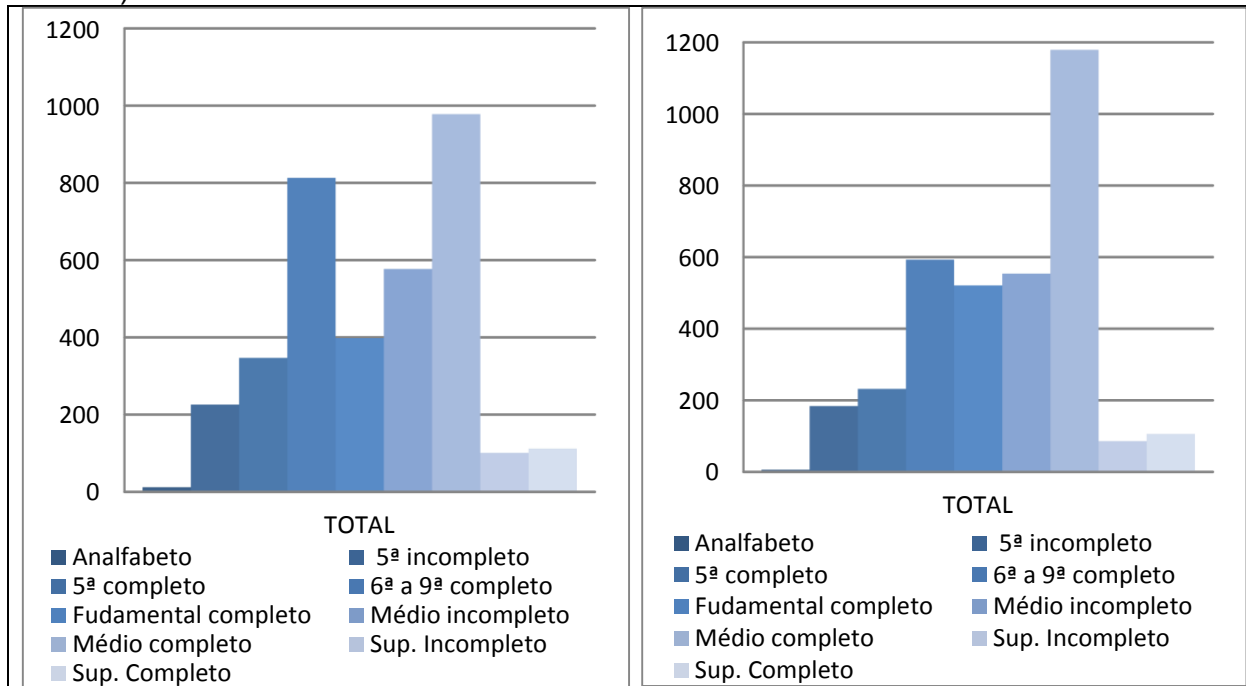
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015)

O município de Nova Veneza, assim como Forquilha, aponta uma concentração de mão de obra com nível de escolaridade ensino médio completo, cerca de 26,19% do total do montante, seguido por 23,54% do nível 6ª a 9ª completo. O ano de 2015 segue a mesma linha de destaques, sendo agora 32,57% e 18,49% respectivamente.

Em contrapartida com o crescimento da soma dos níveis de escolaridade presenciado no município de Forquilha, em Nova Veneza, houve um processo contrário de retração de -16,52% do número de trabalhadores no ano de 2015, observa-se então que só houve crescimento no nível de escolaridade 5ª incompleto de 82,61% em relação a 2010, nos demais graus de escolaridade houveram reduções destes trabalhadores, sendo a maior queda de -81,82% registrado no grupo dos analfabetos, seguida por quedas consistentes de -38,18% e -49,21% no ensino superior incompleto e superior completo respectivamente.

O Gráfico 26 aponta a somatória da composição da escolaridade dos municípios da microrregião de Criciúma, incluídos também os municípios de Forquilha e Nova Veneza.

Gráfico 26- Escolaridade total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

De acordo com o Gráfico 26, os municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Lauro Muller e Urussanga destacam uma participação não muito significativa na atividade de abate e fabricação de produtos de carne, no qual representam apenas 3,31% de toda a microrregião de Criciúma. Na somatória dos níveis de escolaridade de todos os municípios da microrregião de Criciúma, observa-se que Forquilha e Nova Veneza destacam volumosa participação neste setor, pois detinham 96,69% em 2010 e 94,25 em 2015.

O ensino médio completo se apresentou predominante nos dois anos analisados, havendo um aumento de 20,55% em 2015, seguido por ensino 6ª a 9ª completa que apesar de representar a maioria, exibiu uma retração de -27,06% do montante de trabalhadores em 2015.

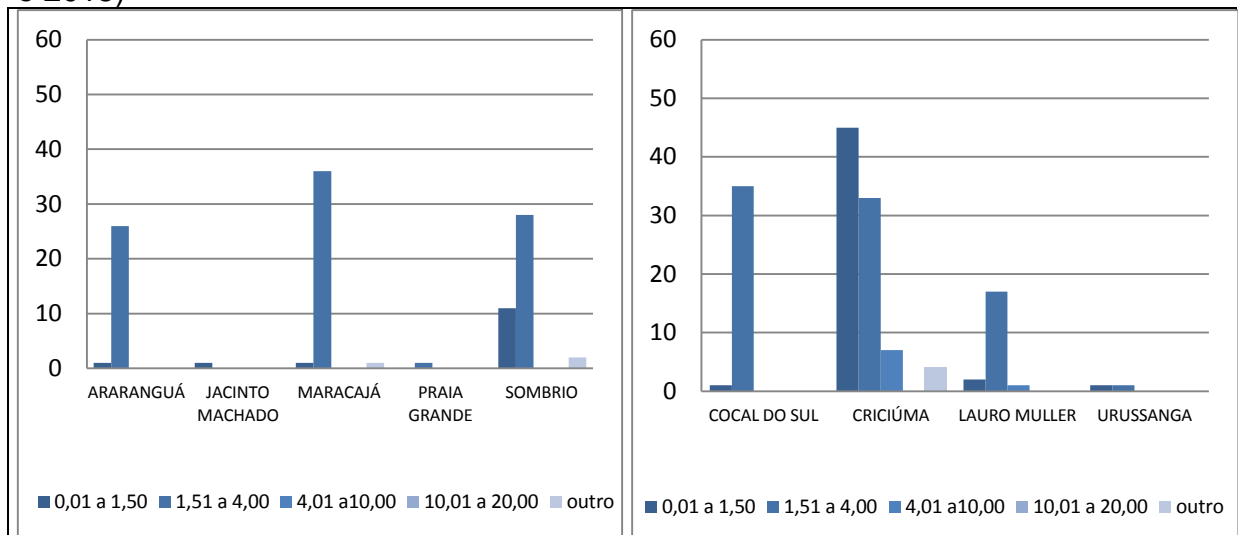
4.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NA ATIVIDADE DE ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA, SC

4.2.1 A política salarial nos frigoríficos

A partir dos Acordos Salariais do FETIAESC que determinam o piso salarial dos trabalhadores do setor da indústria de carnes em Santa Catarina, verifica-se que o salário destes funcionários era de R\$ 540,00 em 2010 sinalizando aproximadamente 6% maior se comparado com o salário mínimo que no mesmo período era de R\$ 510,00. Posteriormente em 2015 o salário mínimo era de R\$ 788,00 enquanto o piso salarial da indústria de carnes era de R\$ 1.100,00 encontrando-se 39,6% acima do salário mínimo.

O Gráfico 27 descreve a renda em salários mínimos dos trabalhadores da microrregião de Araranguá, não estando incluso o município de Morro Grande em 2010 e 2015.

Gráfico 27 - Renda (em SM) dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

O Gráfico 27 destaca a renda, em SM, dos trabalhadores na microrregião de Araranguá no qual se observa claramente que os salários destes trabalhadores nos dois períodos apontados se concentram ente 0,01 e 4,0 SM. Analisando mais detalhadamente, percebe-se que entre 2010 e 2015 há uma redução da faixa de salário menor de 0,01a 1,50 SM de cerca de -14% enquanto que em contraparte, a

faixa de salários maior de 1,51 a 4,00 apresentou aumento de 96,70%, ou seja, percebe-se uma melhoria na remuneração destes trabalhadores que pode estar associado ao Gráfico 23 que pontua a melhoria dos níveis de escolaridade.

A Tabela 24 aponta exclusivamente os salários dos trabalhadores dos abates de carne do município de Morro Grande em 2010 e 2015.

Tabela 24 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Morro Grande – 2010 e 2015

Renda	2010	% total 2010	2015	% total 2015
0,01 a 1,50	591	37,96	207	14,82
1,51 a 4,00	883	56,71	1056	75,59
4,01 a 10,00	33	2,12	34	2,43
10,01 a 20,00	2	0,13	6	0,43
Outro	48	3,08	94	6,73
Total MG	1.557	100	1.397	100

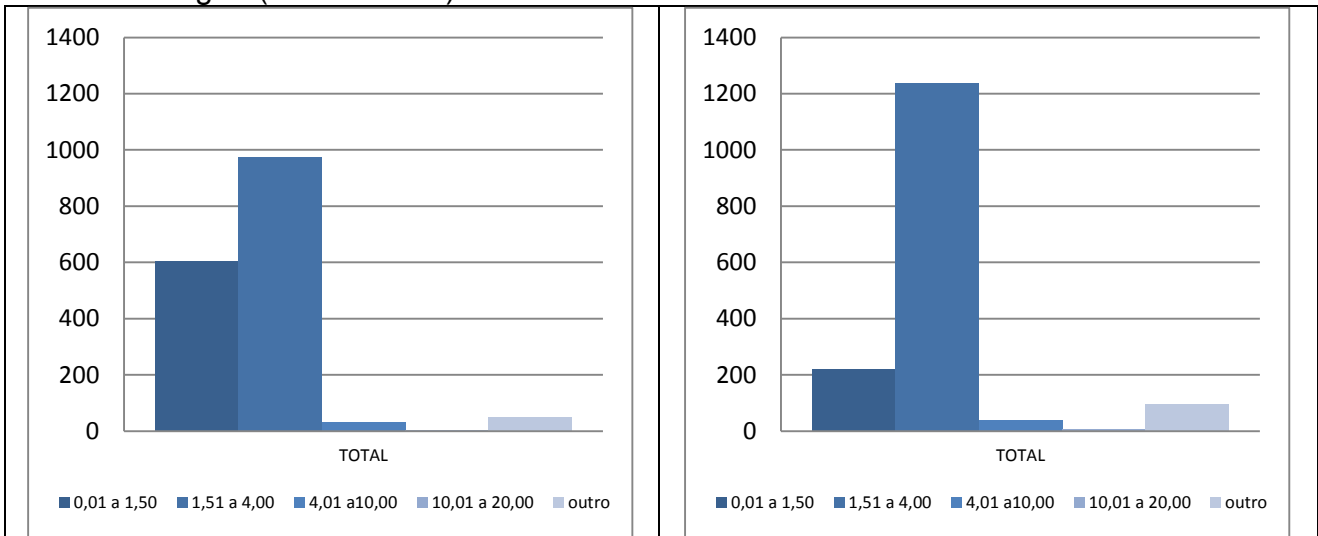
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Ao relacionar a tabela acima com a Tabela 5 que descreve a renda *per capita* de R\$ 809,37 dos trabalhadores de outros empregos de Morro Grande em 2010, percebe-se que os trabalhadores do setor de abates de carne estão com níveis salariais maiores, pois mais da metade dos trabalhadores do setor, cerca de 56,71% recebiam entre 1,51 a 4,00 SM, 37,96% recebiam entre 0,01 a 4,00 SM, 2,12% entre 4,01 A 10,00, 0,13% entre 10,01 a 20,00 SM e 3,08% recebiam outros valores. No ano de 2015 há uma concentração maior ainda de 75,59% com rendimentos de 1,51 a 4,00 SM e 14,82% recebendo de 0,01 a 1,50 SM.

A faixa salarial de 1,51 a 4,00 SM dos trabalhadores apresentou um crescimento de 19,59% em 2015 e maior ainda foi a faixa de outros salários que deu um salto de 95,83%, praticamente dobrando o número de empregados que passaram a ganhar mais. No conjunto dos níveis de escolaridade, houve retração de -10,28% de trabalhadores em 2015.

No Gráfico 28 será apontado o resultado da reunião dos salários de todos os trabalhadores dos municípios da microrregião de Araranguá em 2010 e 2015.

Gráfico 28 - Renda total (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)

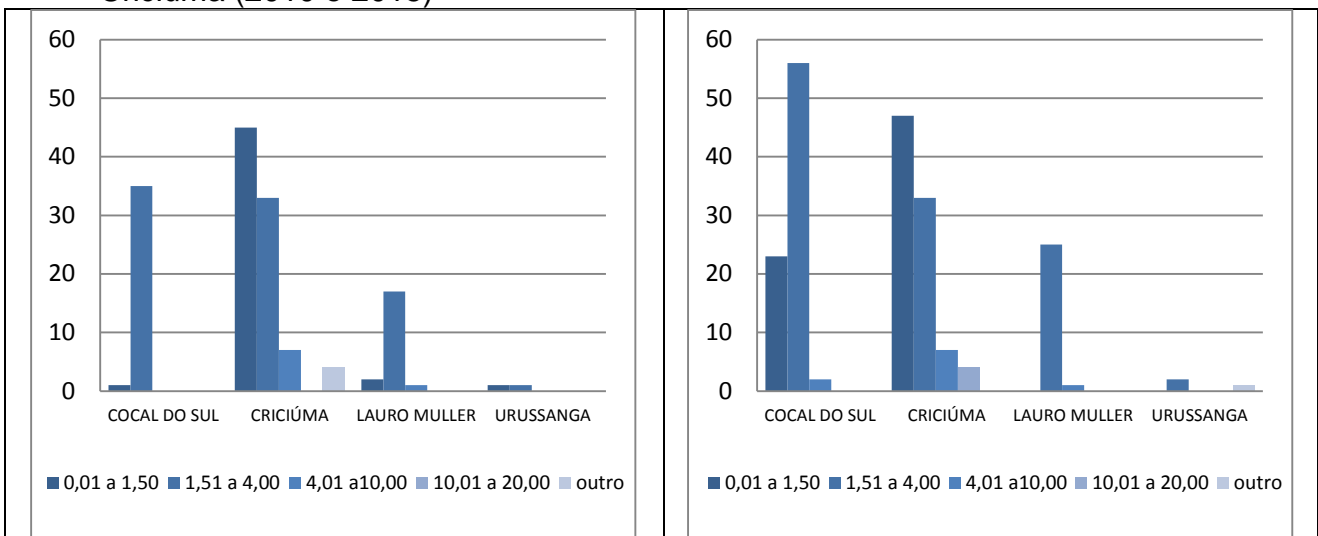


Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Como podemos distinguir facilmente ao observar o Gráfico 28, a renda em SM do conjunto desta microrregião no ano de 2015 aponta uma queda de -63,80% no nível mais inferior de salários, que é a faixa entre 0,01 a 1,51 SM, mas por outro lado, os outros níveis só apresentaram crescimentos de 26,80% na faixa entre 1,51 a 4,00 SM, 12,12% na faixa entre 4,01 a 10,01 SM, 200% na faixa entre 10,01 a 20,00 SM e 88,24% na faixa de outros.

O Gráfico 29 apresenta a composição da renda dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Criciúma em 2010 e 2015.

Gráfico 29 - Renda (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Diante da análise dos dados da microrregião de Criciúma, extraídos do Gráfico 29, são 58,50% de trabalhadores em 2010 que possuíam uma faixa salarial entre 1,51 a 4,00 SM, depois eram 33,33% com faixa salarial entre 0,01 a 1,50 SM, e 5,44% na faixa entre 4,01 a 20,00 SM. No ano de 2015 também predominou as duas primeiras faixas salariais com 57,71% para 1,51 a 4,00 SM e 34,83% para 0,01 a 1,50 SM.

A Tabela 25 expõe a renda dos trabalhadores dos abates de carne do município de Forquilha em 2010 e 2015.

Tabela 25 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Forquilha – 2010 e 2015

Renda	2010	% total 2010	2015	% total 2015
0,01 a 1,50	247	13,87	67	3,58
1,51 a 4,00	1.327	77,04	1.609	85,95
4,01 a 10,00	93	5,22	99	5,29
10,01 a 20,00	6	0,34	8	0,43
Outro	63	3,54	89	4,75
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

De acordo com a Tabela 25, no ano de 2010, a maioria dos trabalhadores tinha remuneração entre 1,51 a 4,00 SM, aproximadamente 77,04% do total, neste ano e 13,87% entre 0,01 a 1,50 SM, no qual representavam 90,91% da população total, se colocando assim bem acima da renda *per capita* de R\$ 870,85 dos trabalhadores de outros setores da economia conforme apresentado anteriormente na Tabela 11. Não diferentemente, no ano de 2015, cerca de 85,95% recebiam entre 1,51 a 4,00 SM.

Na Tabela 26, identifica-se a renda dos trabalhadores dos abates de carne no município de Nova Veneza em 2010 e 2015.

Tabela 26 - Renda (em SM) dos trabalhadores de Nova Veneza – 2010 e 2015

Renda	2010	% total 2010	2015	% total 2015
0,01 a 1,50	314	18,86	212	15,25
1,51 a 4,00	1.171	70,33	1.016	73,09
4,01 a 10,00	98	5,89	69	4,96
10,01 a 20,00	16	0,96	7	0,50
Outro	66	3,96	86	6,19
Total NV	1.665	100	1.390	100

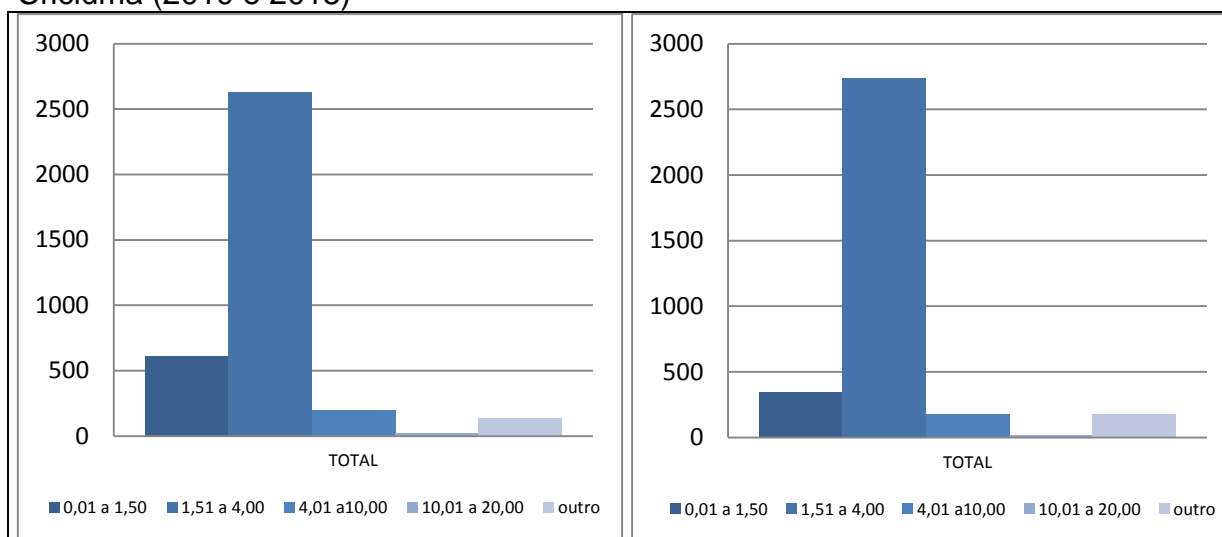
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Conforme aponta na Tabela 26, o ano de 2015 foi marcado por quedas no número de trabalhadores em todos os níveis salariais, exceto na faixa de outros

salários que demonstrou crescimento de 30,30%. Entre tantas quedas, a que mais foi impactante de 56,25 % na faixa entre 10,01 a 20,00 SM, que caiu pela metade, as faixas entre 0,01 a 1,50 e 4,01 a 10,00 SM caíram mais ou menos 30%. No conjunto dos níveis de remunerações, o ano de 2015 teve -16,52% em relação ao ano de 2010.

O Gráfico 30 apresenta o montante das remunerações dos trabalhadores de abates e produção de produtos de carne da microrregião de Criciúma em 2010 e 2015.

Gráfico 30 - Renda total (em salários mínimos) dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



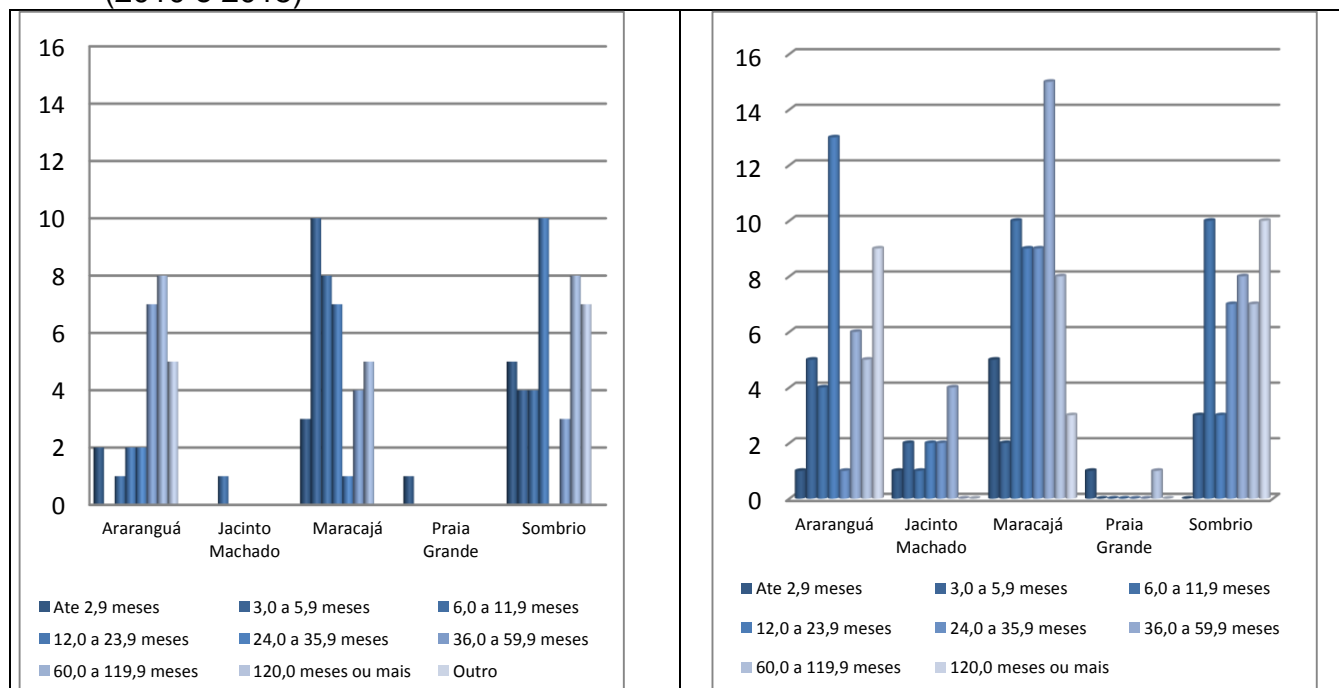
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Na somatória das remunerações de todos os municípios da microrregião de Criciúma, aponta-se no Gráfico 30 um destaque da faixa salarial entre 1,51 a 4,00 SM nos anos de 2010 e 2015 que teve crescimento de 4,26%, e a faixa salarial outros cresceu 32,33% em 2015. Os demais graus de remuneração apontaram reduções, de -42,79% na faixa entre 0,01 a 1,50 SM, de -10,55% na faixa entre 4,01 a 10,00 SM e -13,64% na faixa entre 10,01 a 20,00 SM.

4.2.2 Trabalhadores empregados e tempo de trabalho

Nesta seção será apontado o tempo de trabalho em meses dos trabalhadores da microrregião de Araranguá em 2010 e 2015, conforme o exposto no Gráfico 31.

Gráfico 31 - Tempo de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

De acordo com os dados do Gráfico 31, no ano de 2010 a maior parte dos trabalhadores dos municípios da microrregião de Araranguá, aproximadamente 19,44% do total dos trabalhadores permaneciam nos postos de trabalho por 60,0 a 119,9 meses, 17,59% permaneciam 12,0 a 23,9 meses, 12,96% permaneciam tanto de 3,0 a 5,9 meses, 6,0 a 11,9 ou 36,0 a 59,9 meses e 10,19% trabalham por até 2,9 meses. Para períodos mais longos, apenas 11,11% trabalham por 120 meses ou mais.

No ano de 2015, houve redução na permanência destes trabalhadores nos locais de trabalho, pois 19,76% permaneciam de 36,0 a 59,9 meses trabalhando, 16,17% permaneciam de 12,0 a 23,9 meses, 14,97% permaneciam por 6,0 a 11,9 meses, aproximadamente 13% permaneciam de 60,0 a 119,9 meses ou por 120,0 meses ou mais, e 12% permaneciam por até 2,9 meses ou de 3,0 a 5,9 meses.

Pode-se observar que em 2015 diminuíram em -20% o número de trabalhadores que permaneciam menos tempo no trabalho entre 3,0 a 11,9 meses, e em contraponto a isto, aumentou em 30% a quantidade de trabalhadores que permanecem mais tempo trabalhando, entre 60 a 120 meses ou mais.

A Tabela 27 descreve o tempo de trabalho dos trabalhadores do setor de abates de carne no município de Morro Grande em 2010 e 2015.

Tabela 27 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Morro Grande – 2010 e 2015

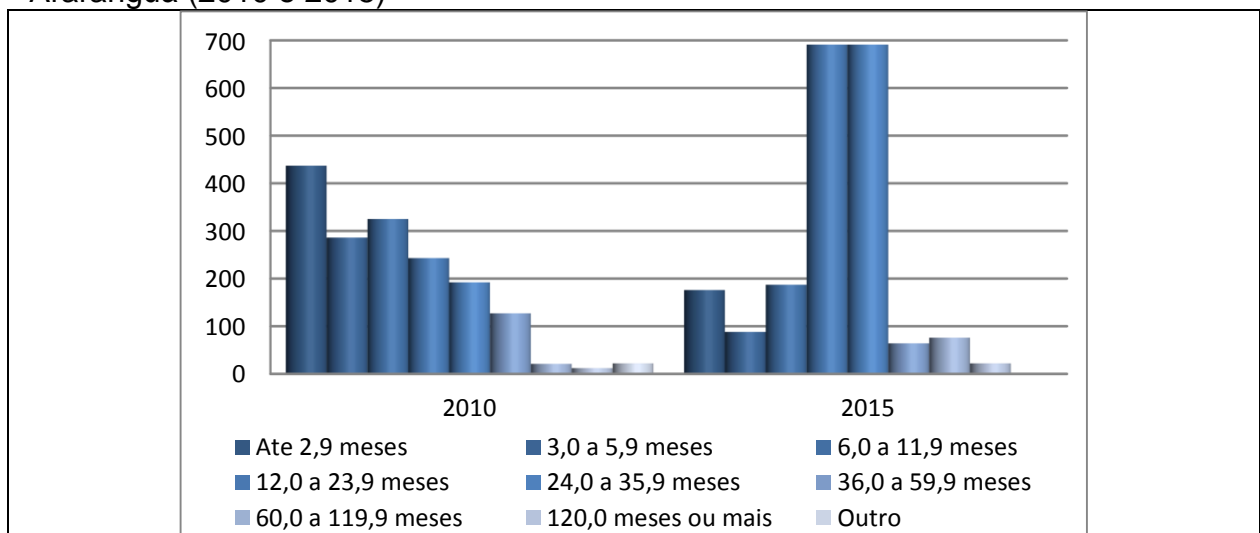
Meses	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Até 2,9 meses	426	27,36	168	12,03
3,0 a 5,9 meses	272	17,47	76	5,44
6,0 a 11,9 meses	311	19,97	162	11,60
12,0 a 23,9 meses	224	14,39	233	16,68
24,0 a 35,9 meses	189	12,14	672	48,10
36,0 a 59,9 meses	113	7,26	31	2,22
60,0 a 119,9 meses	0	0	55	3,94
120 mesesou mais	0	0	0	0
Outro	22	1,41	0	0
Total MG	1.557	100	1.397	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

A Tabela 27 aponta o número de trabalhadores do município de Morro Grande que em 2010 detinha 27,36%, a maior parte dos trabalhadores com o menor tempo de trabalho, de até 2,9 meses. Com mais tempo de trabalho, a partir de 60,0 meses, não havia nenhum trabalhador neste setor. No ano de 2015 há uma mudança neste cenário, pois observa-se neste período que apenas 12,03% trabalhavam por até 2,9 meses e que 48,10% trabalhavam entre 24,0 a 35,9 meses. Na soma geral de todos os níveis de renda, em 2015 houve -10,28% de decréscimo em comparação com 2010.

O Gráfico 32 discorre sobre o tempo total de trabalho dos trabalhadores da microrregião de Araranguá, em 2010 e 2015.

Gráfico 32 - Tempo total de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Ao avaliar o Gráfico 32 indica que houve uma reversão no tempo que os trabalhadores do setor de abate e fabricação de produtos de carne permanecem em seus empregos, pois houve em 2015 um crescimento altíssimo de 261,90% e 259,90% dos trabalhadores com 60 a 119,9 e 24,0 a 35,9 meses de tempo de serviço. Por outro lado, houve redução de -59,73% dos trabalhadores e de -69,23 % com até 2,9 meses e de 3,0 a 5,9 meses.

A Tabela 28 aponta o tempo que os trabalhadores, nos anos de 2010 e 2015 permaneciam em seus respectivos empregos.

Tabela 28 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Forquilha - 2010 e 2015

Meses	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Até 2,9 meses	167		148	7,91
3,0 a 5,9 meses	146		147	7,85
6,0 a 11,9 meses	162		244	13,03
12,0 a 23,9 meses	211		220	11,75
24,0 a 35,9 meses	170		124	6,62
36,0 a 59,9 meses	286		239	12,77
60,0 a 119,9 meses	438		309	16,51
120 meses ou mais	201		441	23,56
Outro	0	0	0	0
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Conforme aponta a Tabela 28, o município de Forquilha apresentou em 2015 quedas mais representativas de -27,06% na quantidade de trabalhadores que ficavam no trabalho de 24,0 a 35,9 meses, e uma quantidade maior ainda, cerca de -29,45% daqueles que permaneciam por 60,0 a 119,9 meses. Entretanto, ao olhar para a faixa de tempo de 120 meses ou mais, observa-se um crescimento de 119,40% em relação ao ano de 2010.

A Tabela 29 aponta o tempo que os trabalhadores, nos anos de 2010 e 2015 permaneciam em seus respectivos empregos.

Tabela 29 - Tempo de trabalho dos trabalhadores de Nova Veneza – 2010 e 2015

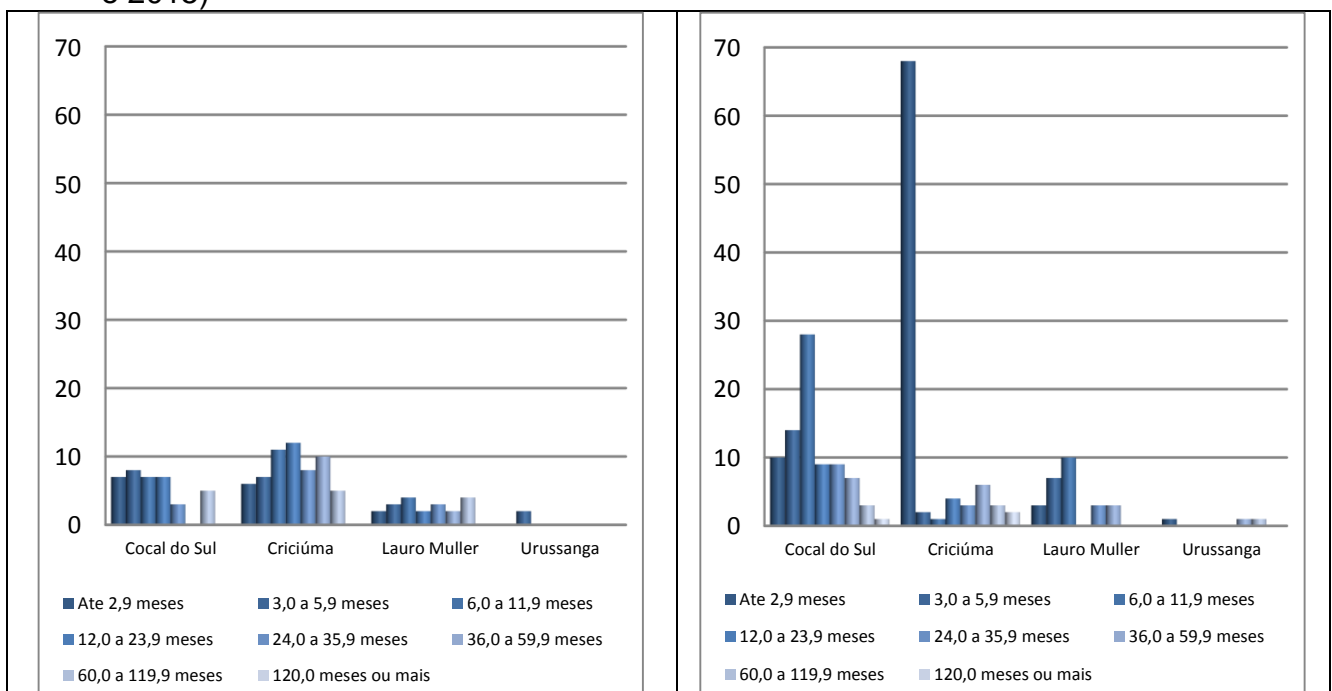
Meses	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Até 2,9 meses	155	9,31	132	9,50
3,0 a 5,9 meses	158	9,49	108	7,77
6,0 a 11,9 meses	205	12,31	146	10,50
12,0 a 23,9 meses	217	13,03	208	14,96
24,0 a 35,9 meses	238	14,29	175	12,59
36,0 a 59,9 meses	241	14,47	163	11,73
60,0 a 119,9 meses	331	19,88	241	17,34
120 meses ou mais	120	7,21	217	15,61
Outro	0	0	0	0
Total NV	1.665	100	1.390	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Conforme aponta a Tabela 29, o município de Nova Veneza, despontou 80,83% em 2015 os trabalhadores com tempo de trabalho de 120 meses ou mais. Nota-se que as outras faixas de tempo de trabalho obtiveram apenas quedas no ano de 2015, no qual a maior delas registrada foi de -32,37% na faixa de trabalho de 36,0 a 59,9 meses de trabalho, seguida por 31,65% da faixa de 3,0 a 5,9 meses.

O Gráfico 33 discorre sobre o tempo total de trabalho dos trabalhadores da microrregião de Araranguá, em 2010 e 2015.

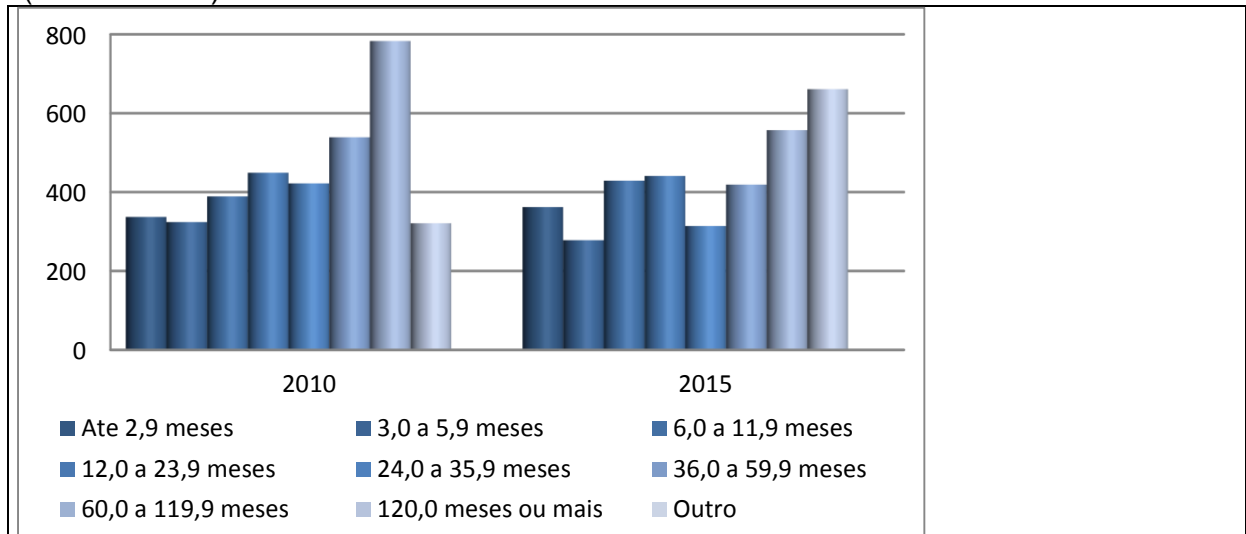
Gráfico 33 Tempo de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

De acordo com o Gráfico 33 na microrregião houve redução exclusivamente de -0,38% na faixa de tempo de serviço de 12,0 a 23,9 meses de trabalho. As demais faixas de tempo de serviço apresentaram aumentos, sendo o maior de 4,47% visualizado na faixa de tempo até 2,9 meses.

Gráfico 34 - Tempo total de trabalho dos trabalhadores na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

No Gráfico 34 está exposto a somatória do tempo total dos trabalhadores da microrregião de Criciúma, onde visualiza-se um crescimento bem acentuado de 105,92% na faixa de tempo de serviço de 120 meses ou mais e contrariando esse acréscimo, houve um decréscimo de -28,86% na faixa de 60,0 a 119,9 meses.

4.2.3 A rotatividade de trabalhadores

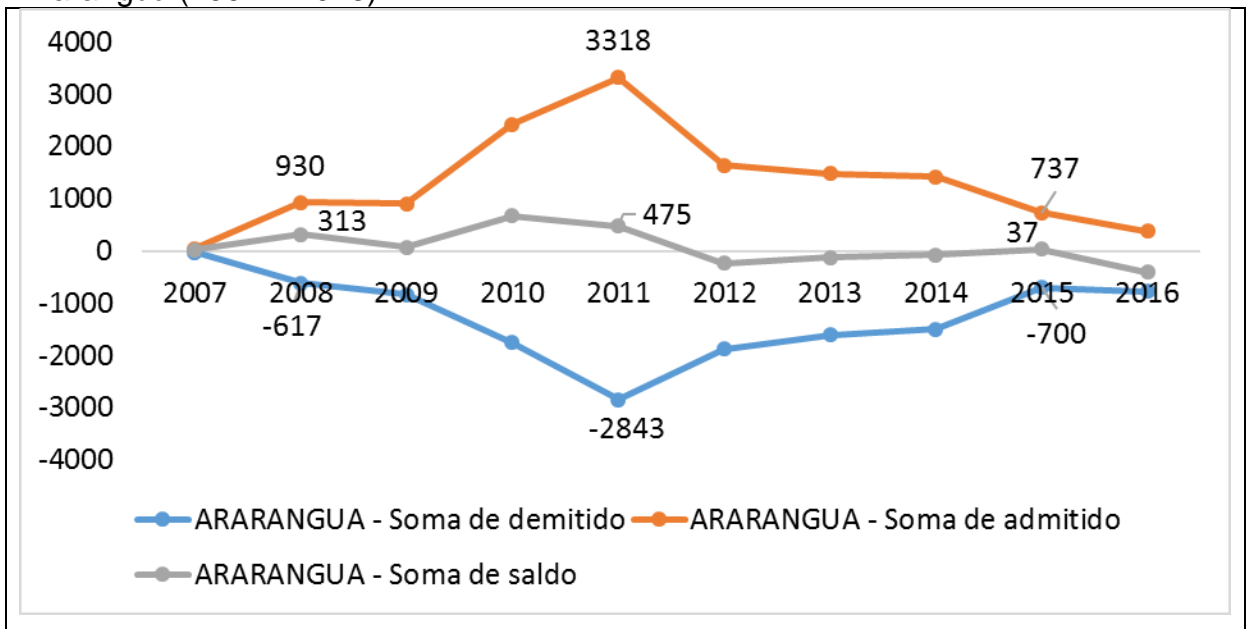
No que se refere ao grupo Atividade Abate e Fabricação de Produtos de Carne, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) demonstram que, entre 2007 e 2016, Forquilha, Morro Grande e Nova Veneza, municípios que integram o território da presente pesquisa, destacam-se por apresentarem números elevados de admissões e demissões, apresentando desta forma um alto índice de rotatividade no trabalho. A soma do total de trabalhadores admitidos nestes três municípios foi de 16.875 e os demitidos totalizaram 16.996, apresentando um resultado negativo, pois houve 121 trabalhadores que foram demitidos e não foram substituídos.

Morro Grande é o município que tem o maior destaque na movimentação de trabalhadores, pois aponta no decorrer dos anos 12.746 admissões e 12.036 demissões, salientando um saldo positivo. Em 2011, houve 3.254 admitidos e 2.806 demitidos, um índice maior de todos os anos, característica esta que também se aplica na soma dos municípios pertencentes à microrregião de Araranguá, pois se

encontra na região a agroindústria de carnes JBS que emprega milhares de trabalhadores de vários municípios e também de outros países. Neste município as mulheres se destacam na composição do mercado de trabalho deste setor, sendo um pouco mais da metade, pois representam 51% do total.

Na série, observa-se que a partir de 2007 tanto as somas das admissões quanto às demissões crescem até ano de 2011 que apresenta redução das contratações, mas também redução das demissões, onde mantém este aspecto de contração até o final do período analisado.

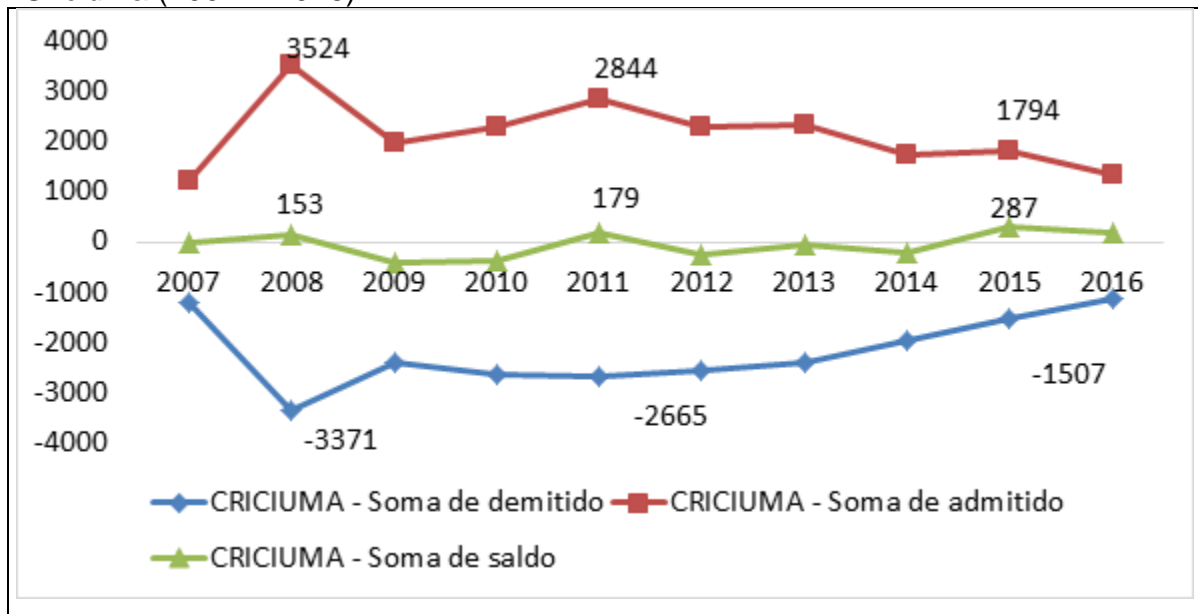
Gráfico 35- Soma dos trabalhadores admitidos e demitidos na microrregião de Araranguá (2007 – 2016)



Fonte: Elaborado com base nos dados do CAGED (2007-2016).

Na microrregião de Criciúma, cabe ressaltar a relevância dos impactos dos frigoríficos nesta região, onde aponta dois municípios, Forquilha e Nova Veneza com frigoríficos de grande porte que emprega mão de obra vinda de outros municípios da região e também de outros países.

Gráfico 36 - Soma dos trabalhadores admitidos e demitidos na microrregião de Criciúma (2007 – 2016)



Fonte: Elaborado com base nos dados do CAGED (2007-2016).

O município de Forquilha expressou um total em todos os anos analisados de trabalhadores homens e mulheres admitidos 9.529 e 9.852 demitidos, apresentando em 2008 o maior nível de rotatividade, pois neste ano foram contratados 1.263 e demitidos 1.397 funcionários, obtendo saldo negativo. Neste município as mulheres são a maioria dos funcionários deste setor de atividade, correspondendo a 52% dos funcionários contratados.

O município de Nova Veneza também manifesta destaque neste setor com 10.446 admissões e 10.885 demissões. Em 2008 foram admitidos 2.193 e demitidos 1.930 funcionários, apresentando um número maior de contratações. O município apresenta 52% de mulheres trabalhando neste setor.

Através da análise dos dados de contratações e demissões dos frigoríficos das microrregiões de Araranguá e Criciúma, verifica-se que há uma maior quantidade de mulheres trabalhando neste tipo de serviço, representando nos três municípios acima destacados uma média de 52% de trabalhadores mulheres.

A Tabela 30 apresenta um comparativo dos totais de empregados com os totais da indústria e do setor de carne nos municípios da microrregião de Araranguá no ano de 2015.

Tabela 30 – Comparativo dos totais de empregados com os totais do emprego da indústria e do setor da carne – 2015 – Microrregião de Araranguá

	Total	Indústria	% Total	Carne	% Ind.	% Total	PEA %
Araranguá	11.779	3220	27,34%	44	1,37%	0,37%	75,0
B. Arroio do Silva	921	187	20,30%	0	0,00%	0,00%	61,6
B. Gaivota	930	213	22,90%	0	0,00%	0,00%	64,6
Ermo	267	154	57,68%	0	0,00%	0,00%	75,4
Jacinto Machado	1.245	820	65,86%	12	1,46%	0,96%	73,6
Maracajá	1.007	745	73,98%	61	8,19%	6,06%	73,3
Meleiro	1.001	388	38,76%	0	0,00%	0,00%	74,3
Morro Grande	467	1588	340,04%	1397	87,97%	299,14%	77,5
Passo de Torres	704	214	30,40%	0	0,00%	0,00%	69,7
Praia Grande	704	690	98,01%	1	0,14%	0,14%	72,4
S. Rosa do Sul	773	342	44,24%	0	0,00%	0,00%	77,6
S. João do Sul	816	232	28,43%	0	0,00%	0,00%	74,7
Sombrio	3.953	2778	70,28%	48	1,73%	1,21%	76,1
Timbé do Sul	537	168	31,28%	0	0,00%	0,00%	71,4
Turvo	3.127	1303	41,67%	0	0,00%	0,00%	76,7
Total	28.231	13042	46,20%	1563	11,98%	5,54%	

Fonte: Elaborados com base nos dados Rais (2017).

Nota: Os dados relativos à PEA são de 2010 (IBGE, 2010).

A Tabela 30 aponta a participação dos empregados da indústria e do setor da carne nos totais, no qual pode perceber que o setor de carne no município de Morro Grande expressa forte atuação dentro da indústria, no qual os trabalhadores do setor de abate de carne representam 87,97% do total da indústria do município. Entretanto, os trabalhadores de Maracajá participam desse mercado com um percentual de 8,19% em relação à quantidade total da indústria e 6,06% em relação a soma dos outros setores da economia. Os demais municípios de destacam participações menores dentro da indústria e dos grandes setores da economia. Em relação a somatória dos municípios da microrregião de Araranguá, o setor de abate representa 11,98% do total da indústria da região e 5,54% do total dos empregos formais da região.

A Tabela 31 expõe um comparativo dos totais de empregados com os totais da indústria e do setor de carne nos municípios da microrregião de Criciúma no ano de 2015.

Tabela 31 - Comparativo dos totais de empregados com os totais do emprego da indústria e do setor da carne – 2015 – Microrregião de Criciúma

	Total	Indústria	% Total	CARNE	% Ind.	% Total	PEA %
Cocal do Sul	5.100	3.217	63,08%	81	2,52%	1,59%	71,0
Criciúma	67.642	19.015	28,11%	89	0,47%	0,13%	73,1
Içara	15.886	6.989	43,99%	-	0,00%	0,00%	78,7
Forquilhina	7.237	4.153	57,39%	1.872	45,08%	25,87%	70,8
Lauro Muller	3.219	1.148	35,66%	26	2,26%	0,81%	63,2
Morro da Fumaça	6.703	4.254	63,46%	-	0,00%	0,00%	73,4
Nova Veneza	6.974	4.620	66,25%	1.390	30,09%	19,93%	71,9
Siderópolis	3.566	1.625	45,57%	-	0,00%	0,00%	72,6
Treviso	1.741	1.381	79,32%	-	0,00%	0,00%	62,0
Urussangua	6.607	4.091	61,92%	3	0,07%	0,05%	70,2
Total	124.675	50.493	40,50%	3.461	6,85%	2,78%	

Fonte: Elaborados com base nos dados Rais (2017).

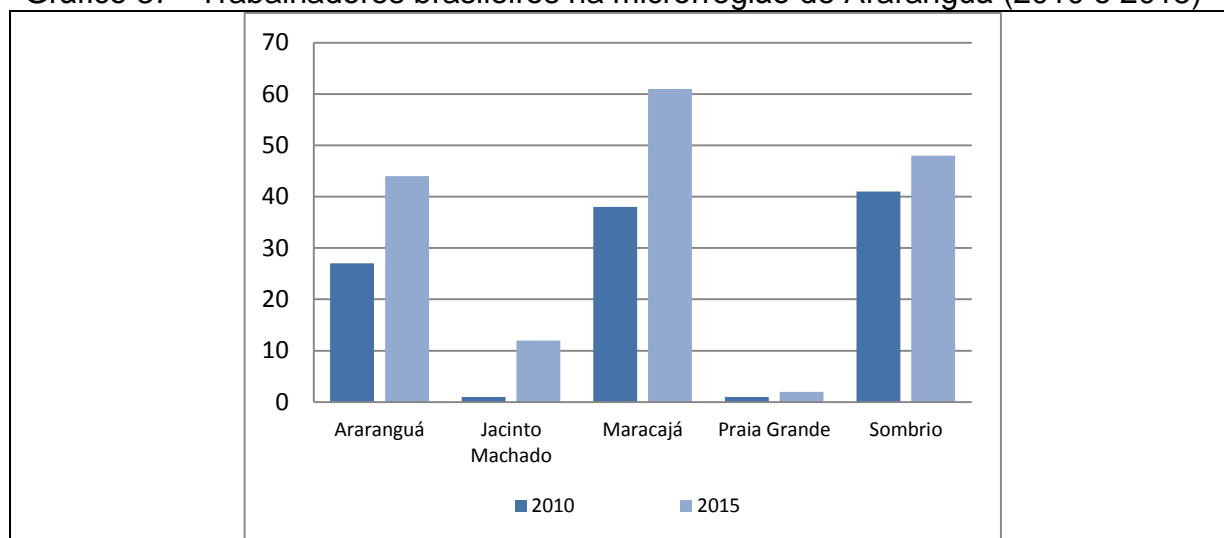
Nota: Os dados relativos à PEA são de 2010 (IBGE, 2010).

A Tabela 31 indica a participação dos empregados da indústria e do setor da carne nos totais, no qual nota-se que os trabalhadores do setor de abate de carne do município de Forquilhina representam 45,08% do total da indústria do município. Em relação a representatividade total dos grandes setores, caracteriza 25,78%. O município de Nova Veneza por sua vez, também tem altos índices de participação de trabalhadores do setor da carne, no qual simboliza 30,09% da indústria e 19,93% dos grandes setores. Em conjunto, todos os municípios da microrregião de Criciúma representam 6,85% do total da indústria e 2,78% do total do emprego gerado pelos grandes setores.

4.3 A MOBILIDADE EXTRAREGIONAL DE TRABALHADORES DO RAMO DE ATIVIDADE DE ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE NAS MICROREGIÕES DE ARARANGUÁ E CRICIÚMA

O setor de Abate e Fabricação de produtos de carne requer uso de mão de obra de centenas de trabalhadores por se tratar de uma atividade de trabalho intensivamente manual e repetitivo. Diante do exposto, o Gráfico 58 descreve a composição dos trabalhadores brasileiros neste setor, excluindo o município de Morro Grande que será explicado em seguida.

Gráfico 37– Trabalhadores brasileiros na microrregião de Araranguá (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Considera-se após análise do Gráfico 37 que houve um crescimento de 54,63% do número total de trabalhadores brasileiros em 2015. Os municípios de Araranguá e Maracajá foram os que contiveram uma variação maior no último ano, com índices de 62,96% e 60,53% respectivamente. Vale ressaltar que nestes municípios não foram evidenciados a existência de nenhum trabalhador de outro país em ambos os anos.

A Tabela 32 descreve como é composto a nacionalidade dos trabalhadores em Morro Grande, que oposto aos outros municípios que tinha mão de obra exclusivamente brasileira, agora conta com trabalhadores estrangeiros de diversos países, conforme veremos abaixo.

Tabela 32 - Nacionalidade dos trabalhadores de Morro Grande – 2010 e 2015

Nacionalidade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Brasileiro	1.557	100	1.317	94,27
Haitiano	0	0	19	1,36
Ganesa	0	0	47	3,36
Peruano	0	0	1	0,07
Outros	0	0	13	0,93
Total MG	1.557	100	1.397	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

No ano de 2010, só havia pessoas brasileiras trabalhando na atividade de abate e fabricação de produtos de carne em Morro Grande, porém em 2015 este cenário mudou e foram incluídos neste conjunto de trabalhadores outras pessoas de nacionalidades diferentes, dentre elas, 19 haitianos, 47 ganeses, 1 peruano e 13 trabalhadores de outros países, que juntos representam 5,12% do total. Em

contrapartida ao aumento de estrangeiros observa-se em 2015 uma diminuição de - 15,41% de brasileiros trabalhando neste setor se comparado com 2010.

A Tabela 33 refere-se a nacionalidade total dos trabalhadores de toda a microrregião de Araranguá, apontando como já foi visto anteriormente a predominância de trabalhadores brasileiros nesta atividade.

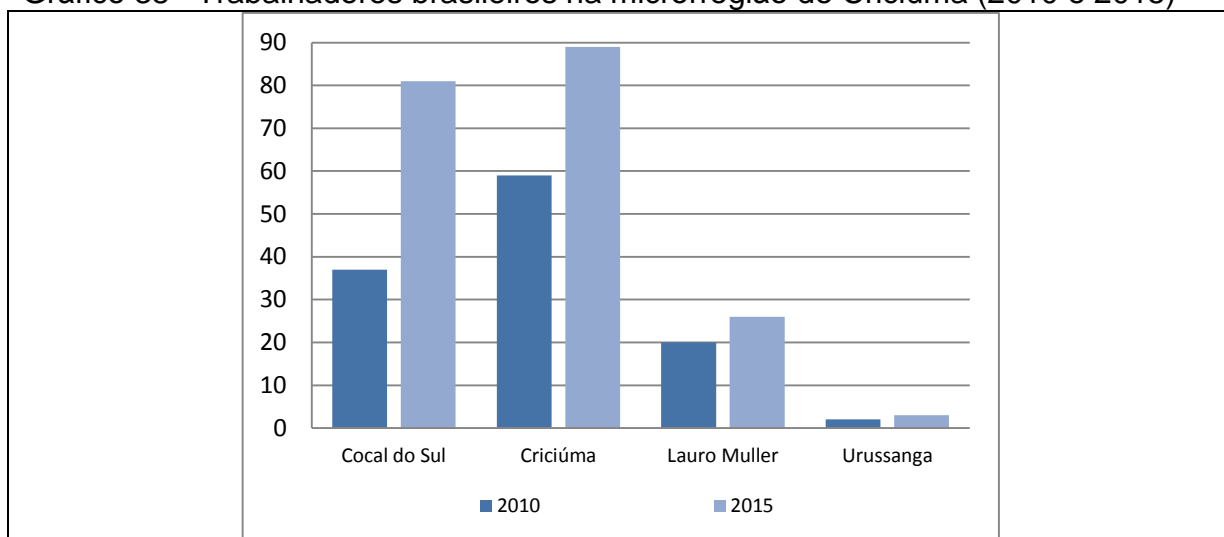
Tabela 33 - Nacionalidade total dos trabalhadores na microrregião de Araranguá – 2010 e 2015

Nacionalidade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Brasileiro	1.665	100	1.484	94,89
Haitiano	0	0	19	1,21
Ganesa	0	0	47	3,01
Peruano	0	0	1	0,06
Outros	0	0	13	0,83
Total	1.665	100	1.564	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Conforme está bem visível na Tabela 33, os trabalhadores brasileiros são quase o valor absoluto deste mercado de trabalho em 2015, pois representam o patamar de 94,89% do total, enquanto que os outros trabalhadores equipara-se ao no máximo 3,01% do integral.

Gráfico 38– Trabalhadores brasileiros na microrregião de Criciúma (2010 e 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Após análise do Gráfico 38, 68,64% da quantidade total de trabalhadores brasileiros na microrregião de Criciúma em 2015. Dentro da microrregião, o município de Cocal do Sul apresentou uma variação maior em 2015, com 118,92%. Criciúma e Urussanga cresceram em média 50%. Para estes municípios não há indício de presença de trabalhadores estrangeiros em nenhum dos anos.

A Tabela 34 aponta a nacionalidade dos trabalhadores de Forquilha nos anos de 2010 e 2015, enfatizando sua representatividade na região.

Tabela 34 - Nacionalidade dos trabalhadores de Forquilha – 2010 e 2015

Nacionalidade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Brasileiro	1.781	100	1.849	98,77
Paraguaia	0	0	1	0,05
Haitiano	0	0	3	0,16
Paquistanês	0	0	5	0,27
Ganesa	0	0	9	0,48
Senegalesa	0	0	2	0,11
Outros	0	0	3	0,16
Total Forquilha	1.781	100	1.872	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Analisando exclusivamente o município de Forquilha, observa-se que no ano de 2010 só haviam neste setor da economia trabalhadores com nacionalidade brasileira, no entanto, em 2015 há uma inserção neste grupo de trabalhadores advindos de outros países, dentre tais, 3 haitianos, 9 ganeses, 2 senegaleses, 1 paraguaia, 5 paquistaneses e 3 trabalhadores de outros países, que juntos representam 1,23% do total. Há também um aumento de 3,82% de brasileiros trabalhando neste setor, se comparado com 2010.

Conforme demonstra a Tabela 35, pode-se observar como é composto a nacionalidade dos trabalhadores em Nova Veneza que tem trabalhadores estrangeiros de diversos países, conforme veremos abaixo.

Tabela 35 - Nacionalidade dos trabalhadores de Nova Veneza – 2010 e 2015

Nacionalidade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Brasileiro	1.665	100	1.262	90,79
Paraguaia	0	0	2	0,14
Haitiano	0	0	15	1,08
Paquistanês	0	0	0	0
Ganesa	0	0	32	2,30
Senegalesa	0	0	78	5,61
Venezuelano	0	0	1	0,07
Outros	0	0	0	0
Total NV	1.665	100	1.390	100

Fonte: Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2010; 2015).

Agora, analisando exclusivamente na Tabela 35 o município de Nova Veneza, observa-se que igualmente ao município de Forquilha, no ano de 2010 só haviam mão de obra brasileira, entretanto, em 2015 se inserem neste ambiente de trabalho, pessoas de países distintos, dentre eles, 15 haitianos, 32 ganeses, 78 senegaleses, 2 paraguaia e 1 venezuelano, que neste município tem uma maior

representatividade de 9,21% do total. Os trabalhadores brasileiros, por sua vez reduzem-se em -24,20%.

A Tabela 36 descreve a composição da nacionalidade total dos trabalhadores da Microrregião de Criciúma em 2010 e 2015.

Tabela 36 - Nacionalidade total dos trabalhadores na microrregião de Criciúma – 2010 e 2015

Nacionalidade	2010	% total 2010	2015	% total 2015
Brasileiro	3.654	100	3.310	95,64
Paraguaia	0	0	3	0,09
Haitiano	0	0	18	0,52
Paquistanês	0	0	5	0,14
Ganesa	0	0	41	1,18
Senegalesa	0	0	80	2,31
Venezuelano	0	0	3	0,09
Outros	0	0	1	0,03
Total	3.654	100	3.461	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da Rais (2017).

Numa análise da Tabela 33, 2010 é marcado por mão de obra exclusivamente brasileira, e no ano de 2015 representam 95,64% do total enquanto que as outras nacionalidades são 4,36% do valor total.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou descrever e analisar as características principais do emprego, no ramo do Abate e Fabricação de produtos de Carne, nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, Estado de Santa Catarina, no período entre 2006 e 2015, utilizando-se da análise baseada em fontes bibliográficas e documentais.

Conforme Moretto (2010) salienta no decorrer do texto, para dar suporte para o equilíbrio do mercado no país, o governo adota um conjunto de políticas públicas e instrumentos que objetivam fomentar o investimento produtivo e ocupação da capacidade produtiva para aumentar a geração de emprego e renda, mediante a tomada das decisões de política econômica, industrial, comercial, científico-tecnológica e social.

Dentro da agroindústria brasileira, o segundo maior volume de produto exportado mundialmente é o da carne de frango e carne bovina, e o quarto de carne suína, sendo que estas exportações representam em média 22% de toda a produção nacional. Apesar de haver nacionalmente agroindústrias de grande porte, que detém tecnologias avançadas em seus processos de produção e comercialização, nota-se ainda que há níveis baixos em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o desenvolvimento de inovações para este mercado.

O setor da atividade de abate e fabricação de produtos de carne tem uma participação significativa dentro da economia catarinense e brasileira, emprega centenas de trabalhadores tanto brasileiros como também de outras nacionalidades e é responsável por gerar desenvolvimento regional, pois atrai investimentos para o local em que se instala.

A bibliografia descrita no Capítulo 2 mostra que os operários da agroindústria de carne trabalham com constantes esforços físicos e mentais, com execuções de movimentos rápidos, repetitivos e intensos durante a jornada de trabalho. Quanto ao ambiente de trabalho, observa-se que há diversos problemas referentes a temperatura que são extremamente baixas, presença de barulhos dos maquinários, causando desconfortos e até doenças para os trabalhadores, o que conseqüentemente ocasiona altos índices de rotatividade que é quando há intensas movimentações de admissões e demissões em curtos períodos de tempo, e absenteísmo caracterizado pela frequência de ausência ao trabalho são características presentes neste setor da economia.

Os resultados da pesquisa apontam que na microrregião de Araranguá, o município de Morro Grande se destaca no setor de abate e fabricação de produtos de carne, no qual representa grande parte da produção. Predomina-se neste município trabalhadores do sexo feminino, expressando em 2015, uma contração do número destas mulheres, que foram realocadas em outros setores da economia, conforme aponta os dados do IBGE. Esses trabalhadores na maioria são jovens entre 18 a 24 anos, que na maioria possuem o grau de escolaridade ensino fundamental completo e médio completo. Observou-se também que 56,71% dos trabalhadores deste município recebiam em 2010 a faixa salarial entre 1,51 a 4,00 SM se encontrando bem acima da renda *per capita* de R\$ 809,37 dos trabalhadores de outros setores. Em relação ao tempo de trabalho, em 2010 os trabalhadores permaneciam menos tempo trabalhando, apenas 2,9 meses, já no ano de 2015, passaram a permanecer por mais tempo, por 24,0 a 35,9 meses. Em 2010 os trabalhadores são somente brasileiros, mas em 2015 se inserem neste mercado trabalhadores de outras nações.

Já nos demais municípios que compõe a microrregião, aponta-se uma predominância maior os trabalhadores do sexo masculino, com faixa etária maior de 30 a 39 e 40 a 49 anos. Predomina-se trabalhadores com faixa etária de 30 a 39 e 40 a 49 anos boa parte com ensino médio completo. Nos dois períodos a faixa salarial se concentra entre 0,01 e 4,0 SM. Na questão do tempo de trabalho, em 2015 os trabalhadores passaram a permanecer menos tempo nos postos de trabalho, de 60,0 a 119,9 meses em 2010 para 36,0 a 59,9 meses. Não há trabalhadores de outros países nestes municípios.

Os dados documentais coletados, do período entre 2006 e 2015, mostraram que o ramo do Abate e Fabricação de produtos de Carne tem forte presença nos empregos formais gerados nas duas microrregiões de Araranguá e Criciúma, SC. A somatória dos municípios mostraram que o setor de abate representa 11,98% e 6,85% do total da indústria da região e 5,54% e 2,78% do total dos empregos da região, respectivamente.

A limitação para o desenvolvimento deste trabalho encontrou-se na dificuldade e restrição de tempo para realizar as coletas dos dados, assim como para elaborar o referencial teórico de estruturação do trabalho. Devido a dificuldades financeiras e de disponibilidade de horários, não foi possível fazer uma pesquisa de campo para analisar com mais veracidade a existência de mobilidade intrarregional,

de trabalhadores para trabalharem nos municípios com forte existência de atividades de abate e fabricação de carne, pois os dados levam a entender a existência de dessa movimentação de trabalhadores. Diante disso, sugere-se para trabalhos futuros o estudo mais aprofundado da mobilidade intrarregional de trabalhadores para os frigoríficos dessas regiões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2016.

ALONSO, Leandro Miguel; TORRICELLI, Telma Aline. Análise das causas da rotatividade em uma construtora de médio porte. In: 13º CONVIBRA, 13., 2016, Socorro (SP). **Anais eletrônicos...** Socorro: Faculdade XV de Agosto, 2016. p. 1-17. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2016/34/2016_34_12808.pdf>. Acesso em: 09 marc. 2017.

BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 95-114, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out.2016.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado De Trabalho: Uma Perspectiva De Longa Duração. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, Aug. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Nov. 2016.

BATALHA, Mário Otávio et al. **Os sistemas agroindustriais de carnes no Brasil: principais aspectos organizacionais**. Brasília: SENAI/DN, 2006. Disponível em: <<http://tracegp.senai.br/handle/uniepro/167>>. Acesso em: 05 marc. 2017.

BORJAS, George J.. **Economia do trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2012. 599 p.

CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz (et al). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Florianópolis: Nova Letra, 2008. 584 p.

CARNE Osso. Direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Roteiro: Caio Cavechini. Repórter Brasil: Repórter Brasil, 2011. (65 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_X8ALDZH_Dk. Acesso em: nov. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 2. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Campus, 2004. 529 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>>. Acesso em: 13 Abr.2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A política de valorização do Salário Mínimo: persistir para melhorar**, n.136, maio 2014. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec136SalarioMinimo.pdf>>. Acesso em: 12 marc. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Salário mínimo constitucional**, n.8, out. 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMIF.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Santa Catarina em dados**. Florianópolis, v.25, p.01-192, 2015. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CARNES, INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FETIAESC). **Convenção coletiva de trabalho**. 2017. Disponível em: <<http://www.fetiaesc.org.br/convencoes>>. Acesso em 22 abr. 2017.

FINKLER, Anna Luísa; MUROFUSE, Neide Tiemi. Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos. In: 3ª MOSTRA DE TRABALHOS EM SAÚDE PÚBLICA, 3., nov. 2009, Cascavel. **Anais eletrônicos...**Cascavel: UNIOESTE, 2009. p. 1-16. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/saudepublica/comunicacao_oral/os_problemas_de_saude_dos_trabalhadores_frigorificos.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Classificação disponível em:<<http://cnae.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=grupo&tipo=cnae&versao=9&grupo=101>>. Acesso em: 13 Abr.2017.

KON, Anita Okret. **Economia do trabalho: Qualificação e segmentação no Brasil**. São Paulo: Alta Books, 2016. 480 p.

LAMEIRA, Verônica de Castro; GONCALVES, Eduardo e FREGUGLIA, Ricardo da Silva. O papel das redes na mobilidade laboral de curta e longa distância: evidências para o Brasil formal. *Estud. Econ.* [online]. 2015, vol.45, n.2, p.401-435.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista *Thêma et Scientia***, v.5, n.2, p.8-23, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf>>. Acesso em: 22 marc. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, PhilippeScherrer; GONÇALVES, Eduardo; FREGUGLIA, Ricardo. Mobilidade interfirmas de trabalhadores no Brasil formal: composição e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.42, n.2, p. 211-238, ago. 2012. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1263/1116>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MORETTO, Amilton José. **Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro**: a experiência recente. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politica_emprego_248.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

MOTA, Leonardo de Araujo e; OLIVEIRA, Mayne Santos de. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo. **Periódicos dos Programas de Graduação e Pós Graduação em Administração e Recursos Humanos**, Coqueiral de Itaparica, v. 2, n. 8, p.90-102, 2 ago./dez. 2015. Trimestral.

OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de et al. Economia e estratégias no ramo frigorífico: um estudo de caso. In: SOBER 47º CONGRESSO – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/834.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PERTILE, Noeli. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **Geotextos**, Salvador, v. 1, n. 7, p.13-30, jul. 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5267>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. 2008. 322 f.Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/arquivos/links/alimentos_agronegocio/2008%20carnes%20no%20oeste.pdf. Acesso em: 22 nov.2016.

RICHARSON, Roberto J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 115-125, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SEREIA, Vanderlei José; STAL, Eva; CÂMARA, Márcia Regina Gabardo da. Fatores determinantes da inovação nas empresas agroindustriais de carne. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.25, n.3, p.647-672, set./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/neco/v25n3/1980-5381-neco-25-03-00647.pdf>>. Acesso em: 20 marc. 2017.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0873.pdf>. Acesso em: 14 marc. 2017.

TIRADO, Giovana et al. Cadeia produtiva da carne bovina no Brasil: um estudo dos principais fatores que influenciam as exportações. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: SOBER, 2008. p. 1-20. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/9/468.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.